

Ensaio sobre o Imaginário Marítimo dos Portugueses



Júlia Tomás

2013

© CECS 2013 Todos os direitos reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

<http://www.cecs.uminho.pt>

Título: ***Ensaio sobre o Imaginário Marítimo dos Portugueses***

Autora: **Júlia Tomás**

Editora: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Braga, Portugal

Formato: eBook, 81 páginas

Director Gráfico e
Edição Digital: Alberto Sá

Foto da Capa: António Tomás

Assistente de Edição: Ricardina Magalhães

ISBN: 978-989-8600-13-4

Publicação: 2013, Junho



Universidade do Minho
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



LASICS
www.lasics.uminho.pt

Para o António Tomás (afeiçoado aos pescadores)

E para o Iannis (perdido nas águas portuguesas)

ÍNDICE

Prólogo	5
1. Mar sagrado: deuses e monstros	9
2. O <i>Mare tenebrum</i> medieval	20
3. <i>Mare nostrum</i> nunca d'antes navegado	31
4. Mar salgado, as lágrimas de Portugal	38
5. O imaginário marítimo e a memória coletiva portuguesa	47
6. A estrutura antropológica do imaginário marítimo	63
Epílogo	73
Bibliografia	75

Prólogo

“Mar,
metade da minha alma é feita de maresia.”

(Sophia de Mello Breyner Andresen, “Atlântico”)

Portugal, pela sua situação geográfica e pelo seu passado histórico da época dos Descobrimentos, está intimamente unido ao imaginário marítimo. Após uma breve análise, é fácil notar a importância real deste tema na cultura nacional cujo perfume é de maresia e cujo sabor é de sal. Os portugueses sentem o mar.

O mar traduz a expressão de sentimentos tão dicotómicos como são a serenidade e a raiva; a esperança e a angústia; a felicidade e a tristeza. O mar provoca igualmente o sentimento de medo ao evocar a imensidão, os poderes da natureza, da força cósmica e da glória divina. Os oceanos representam o perigo e a sedução: por um lado as tempestades e os monstros marinhos, por outro lado o sonho de riquezas exóticas, de terras desconhecidas, de liberdade.

As representações deste espaço lendário constituem uma tradição e uma memória comum no imaginário coletivo da “Casa Lusitana”. Considerando que as produções do imaginário e das fantasmagorias de uma comunidade humana expressam o que essa comunidade é e foi, uma análise profunda da *rêverie* do mar revela-se incontornável para compreender a idiossincrasia do povo português. A presente reflexão sobre a temática do Mar baseia-se nas Estruturas Antropológicas do Imaginário elaboradas pelo sociólogo e antropólogo francês Gilbert Durand (1969). Este autor aborda as construções do imaginário de um ponto de vista social e poético, baseando-se nas narrativas históricas e míticas que edificam a identidade coletiva. Ao pôr em evidência certas estruturas de pensamento, comuns a toda a humanidade, Durand demonstra a importância do imaginário para a construção social da atual realidade.

O presente ensaio insere-se no âmbito da História das Mentalidades e da Sociologia do Imaginário, apresentando brevemente as representações marítimas portuguesas construídas ao longo dos séculos. Os objetivos são, por um lado, refletir a partir de um pensamento de cariz hermenêutico sobre o Mar, tema profundamente enraizado na existência portuguesa que se assume como expressão simbólica; e por outro lado, estabelecer os pontos de ligação de relevância assinalável entre este tema e a construção antropológica do imaginário segundo Durand. Por outras palavras, numa primeira fase propomos não só uma classificação dos vários arquétipos marítimos (monstros, deuses, heróis, ilhas fabulosas, tesouros, águas perigosas, o Outro: piratas e selvagens), como também uma análise dos temas-chave específicos do imaginário português (memórias do império, o abismo depois do horizonte, as trevas do Atlântico, a morte, a vitória sobre o mar, a saudade, a névoa e a esperança). Numa segunda fase integramos esta constelação de imagens e símbolos numa estrutura antropológica existente para revelar o que o povo português partilha com todos os outros povos marítimos.

A intenção é de conduzir o leitor através do espaço e do tempo numa viagem totalmente inspirada pelo Mar. Esta jornada marítima começa nos mares sagrados, elemento primordial para várias civilizações do mundo antigo, ou nos mares criados pelos deuses noutras culturas. A presença dos oceanos (celestes ou terrestres) nas cosmogonias demonstra a importância dos mesmos para o Homem. Na Antiguidade o mar era um elemento ignoto. Suas dimensões, profundidade e movimento eram desconhecidos. Homero descreve este espaço como um lugar sombrio e hostil, tumba dos heróis anónimos e sem glória. Daremos especial relevo à mitologia porque o mito é das primeiras manifestações da inteligência humana, interpretando aquilo cujo sentido o Homem não dominava. Por força da sua natureza, bela e inspiradora, a forma mítica está na origem da poesia e da literatura, daí o seu interesse na análise de certas produções artísticas.

O segundo capítulo transporta o leitor para o Mar da imagética bíblica medieval. Na Idade Média o mar era, seguindo a tradição greco-romana, um sítio horrendo, um inferno líquido povoado por monstros marinhos aterradores e devoradores. Todavia as suas representações maravilhosas apresentam sempre ilhas fabulosas incluindo o paraíso terrestre, “a Ilha da Promissão”. O imaginário marítimo europeu sofre assim uma metamorfose gradual: o mar, embora perigoso, pode ser o portal de acesso a riquezas terrestres. Notemos que na esfera religiosa tal magnificência residia na ideia da viagem como uma renovação espiritual de si próprio. A lenda do Preste João, cujo fundo é o Mitema¹ do Rei Escondido, é igualmente crucial no imaginário dos Descobrimentos. É fácil de compreender a relação entre estes temas, na medida em que as imagens de cada um destes arquétipos (a Ilha-Paraíso e o Rei Escondido) se encadeiam e se complementam numa convergência de símbolos. Percebemos assim a construção do discurso arturiano do aventureiro do mar (Herói Solar ou Santo). A sujeição aos poderes divinos é uma constante significativa quer no mito quer na lenda, devido certamente à falta de conhecimentos náuticos, geográficos e meteorológicos.

Relembraremos, em seguida, no terceiro capítulo, as Descobertas portuguesas num contexto histórico e de forma linear, com o objetivo de salientar a interrelação subtil entre os factos reais e o imaginário que os propulsaram. Veremos igualmente o movimento oposto, ou seja como os Descobrimentos deram, por sua vez, origem a um desenvolvimento profundo do imaginário e da razão permitindo uma glorificação justificada – mítica e histórica – do povo luso. Notamos porém que o elo do povo ribeirinho com o mar provém de atividades anteriores, como a pesca e o comércio do sal. Consideramos portanto que o imaginário marítimo português não emergiu na época do Renascimento mas na Idade Média².

Como comprova o quarto capítulo, a ilustre aventura lusitana custou muitas vidas e muitas lágrimas: o *mare nostrum* transforma-se no mar salgado pessoano. Na época moderna a iconografia fantástica conferiu uma intensidade renovada ao Medo, com uma crescente produção da literatura sobre naufrágios e tempestades. Os naufrágios não foram a causa única de tantas mortes. As doenças, o contacto agressivo com algumas populações indígenas, os confrontos navais ou as condições extremas da vida dos marujos também

¹ Os mitemas são narrativas subjacentes que estruturam o mito.

² É nossa convicção que o imaginário marítimo estava já presente durante a ocupação do litoral pelo povo lusitano. Mas a inexistência de provas concretas sobre essas crenças torna arriscado fazer tal proposta.

contribuíram para um aumento da mortandade. Este aspeto trágico das navegações suscita angústia e nostalgia comuns a todo o povo luso.

Os grandes feitos históricos encaixam-se totalmente no trajeto do imaginário marítimo português com os seus heróis, as suas desventuras, as suas esperanças e as suas vitórias. No entanto, este trajeto não é único no mundo. O mar está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento civilizacional e, por conseguinte, ao património do imaginário. Não foi por acaso que as grandes civilizações europeias se desenvolveram à beira-mar. O mar fornece alimento, mas sobretudo, quando compreendido, transforma-se numa autêntica via de comunicação que abre as portas à economia. Com o comércio, desenvolvem-se as comunicações, o conhecimento e a partilha cultural. As riquezas do comércio financiam monumentos, estilos arquitetónicos, produções artísticas. Os imaginários marítimos apresentam por isso uma variedade riquíssima de símbolos, imagens e lendas numa miríade intercultural. Portanto é possível desenhar um trajeto antropológico de figuras que convergem numa constelação de imagens isomorfas.

O último capítulo constrói tal trajetória com o objetivo de desenredar o fio condutor de inspirações e aspirações, tanto de outrora como de agora. Influenciado pelas culturas greco-romana e cristã, o discurso do imaginário marítimo português alicerça-se na relação imemorial com o mar, transportando-nos para um passado mítico.

Este ensaio não pretende evocar nenhum discurso saudosista. Devido à sua situação geográfica, Portugal sempre esteve e estará intimamente unido ao elemento Água. Tal como aconteceu no passado, o mar continuará, no futuro, a ser fonte de avanço tecnológico, desta feita em matéria de energia renovável. Atualmente os oceanos representam possibilidades energéticas. A era da globalização é marcada pelo desafio das alterações climáticas e pela consequente procura de fontes alternativas de energia não fóssil, que melhor protegem o ambiente.

O mar, ao condicionar a política, a economia e a cultura, marca indelevelmente a história portuguesa e determina também o imaginário nacional, unindo as memórias do passado às projeções do futuro. O imaginário português apresenta um elo forte com o espaço geográfico do país: nos confins da terra. Este aspeto, salientado por Tiago Pitta e Cunha (2011:10), “marcou não apenas a sua história, mas até o destino e o caráter coletivo dos portugueses. Uma história em que, por muito tempo, as opções se reduziram entre escolher o mar ou o isolamento.”

Numa época em que os governos portugueses não parecem ter grande interesse pelos assuntos marítimos, e em que Portugal parece ter perdido a união paradigmática com o mar, tendo deixado de o ver como um símbolo e recurso nacionais, este ensaio pretende, acessoriamente, tecer um elogio do mar e reavivar a consciência coletiva.

O mar marcou uma grande fase da vida nacional, desde a Escola de Sagres até ao fim do Estado Novo. Apesar da adesão de Portugal à União Europeia e o consequente desvanecimento da ligação ao mar, os portugueses mantiveram uma veneração, como prova a festividade da Nossa Senhora dos Navegantes, festejada a dia 15 de agosto em várias comunidades piscatórias de norte a sul, desde a Póvoa de Varzim até Armação de Pêra. Foi mesmo criada a paróquia desta Santa no Parque das Nações, Lisboa, no âmbito da Expo'98 que tinha por tema “Os oceanos: património para o futuro”. O pavilhão mais conhecido é o Oceanário

cuja mascote é o boneco Vasco (com o mote “O Vasco é boa onda”) que faz claramente alusão a Vasco da Gama.

Ao rever a literatura portuguesa é fácil constatar a contribuição para o património cultural lusitano de mitos, contos e lendas cujo pano de fundo é o mar. Por esta razão, são inúmeras as referências à literatura e à poesia, desde as Cantigas de Amigo, aos Autos de Gil Vicente, à Epopeia de Camões, à literatura romântica de um Alexandre Herculano ou de um Almeida Garrett, à poesia do século passado – de Fernando Pessoa e de Sofia de Mello Breyner Andresen –, até às letras de músicas contemporâneas e aos romances históricos. Não é objetivo do presente ensaio fazer a lista exaustiva da atividade artística portuguesa ligada ao mar. Essa investigação ficará para outros, ou para mais tarde. No entanto é importante pôr em relevo a literatura e a cultura popular pois são estas que preservam a memória coletiva. A identidade da Casa Lusitana forjou-se no imaginário daqueles que tiveram por vocação a autognose coletiva e por destino o salvaguardar da memória nacional. Assim como os navegadores, também os escritores usufruíram da imaginação dinâmica que Bachelard atribui à alma atlântica. Este dinamismo torna a imaginação criadora em si própria: se os navegadores marcaram grandes episódios da História portuguesa, os escritores gravaram-na na memória coletiva. Assim, as determinantes na constituição da identidade coletiva – e individual – não são os dados históricos, mas outrossim as imagens da História que se cristalizam.

Por último, é de realçar a importância da Sociologia do Imaginário, ainda pouco reconhecida em Portugal, para analisar o mundo social que está impregnado de sentimentos e de sonhos específicos do ser humano. Este tipo de sociologia, inovadora nas suas teorias, acompanha os tempos pós-modernos e oferece uma nova visão do elo que unifica a consciência coletiva. As permanentes referências mitológicas e literárias têm dois fitos: um contacto direto com a alma de um povo, e o elogio da poesia e da literatura, pois é nelas que encontramos as crenças, as tradições e as aspirações nacionais. Se durante séculos a fonte do poder e da riqueza de Portugal residiu no atravessar dos mares, o imaginário marítimo é, logicamente, um dos elementos constituintes da cultura e do sentir português.

1. Mar sagrado: deuses e monstros

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

O mar é o símbolo da matriz universal, das águas primordiais, da origem de todas as coisas. Várias cosmogonias fazem referência ao mar cósmico ou à criação *ex nihilo* do mar. “No princípio era o caos, o abismo vasto e imenso, violento como um mar escuro, devastador, selvático” (Hamilton, 1983: 85). Na cosmogonia egípcia de Hermópolis, o oceano originário chama-se *Nun*. Trata-se, na realidade, mais de um conceito subjetivo do que de um deus objetivo. Nun é o líquido cósmico infinito que cria a vida e traz a morte, sem criador sobre o mundo. Para os egípcios Nun dormia como a água escura e parada. Ao acordar encontrou-se só, por isso criou a terra (o Egito) sendo o Nilo o rio divino e a fonte da vida. Também no hinduísmo *Vixnu* – princípio luminoso – dormia sobre as águas cósmicas entre as sucessivas criações. Este sono, de mil milhões de anos, permitiu o amadurecimento do deus e o despontar de um novo universo. Na cosmogonia dos *Vedas* da tradição bramânica, antes do “ser” e do “não-ser” existia um caos aquático e tenebroso. Em seguida nasceu um embrião de vida desenvolvendo um calor espontâneo. Na obra da criação interveio um ovo de ouro produzido pelas águas da criação. Ao cabo de mil anos o ovo abriu-se e dele saiu *Brama* que, vendo a Terra mergulhada nas águas, se transformou em javali e a ergueu nas suas presas. Segundo a mitologia zoroastriana (Pérsia) o oceano celestial tem o nome de *Vourukasha* e possui no seu centro a “árvore de todas as sementes” e no topo da árvore um pássaro, o *Sinamru*, que parte as sementes e com elas fertiliza a terra. Mais a Ocidente, na mitologia suméria, a água também é o elemento primordial. Todos os seres, incluindo os deuses, resultaram da

união de *Apsu* (água doce e calma) e *Tiamat* (água salgada e tumultuosa). No Pacífico uma das cosmogonias oceânicas (mais particularmente na ilha Nauru) conta que no início havia apenas mar sobre o qual planava a *Aranha-Antiga*. Na Polinésia a mitologia dos primeiros tempos descreve como *Tangaroa*, o pai dos oceanos, ao aperceber-se que existia apenas água no mundo, lançou pedras para o mar que se transformaram em ilhas. Tangaroa é o progenitor de todas as espécies marinhas e era considerado como o grande protetor das canoas.

Paralelamente às tradições que consideram o mar como um elemento primordial pré-existente aos deuses existem cosmogonias que por sua vez fazem das águas marinhas uma criação de entidades superiores. Segundo a Bíblia (Génese 1: 1-10) Deus criou o Céu e a Terra, em seguida, no primeiro dia criou o dia e a noite e no segundo dia “separou as águas das águas”, formando as águas terrestres e as águas celestes. Ao terceiro dia, Deus criou os continentes e chamou “mares” às acumulações de águas e “terras” aos lugares que se encontravam secos.

A mitologia japonesa narra o mito de *Izanagi* e *Izanami*, um casal sagrado que recebeu a ordem celeste de fecundar a terra. De pé sobre o céu remexeram a água do mar com uma lança divina criando a ilha de Onokoro. Em seguida o casal deu à luz múltiplas ilhas constituindo deste modo o Japão. Na mitologia helénica *Eurínoma*, a Deusa de Todas as Coisas, nasceu nua do Caos mas os seus pés não encontraram nenhum lugar onde pousar. Decidiu, por isso, separar o mar do céu e dançou sobre as ondas. Neste movimento ondulante, apoderou-se do Vento do Norte, ou *Bóreas*, e esfregou-o nas suas mãos divinas criando a serpente gigante *Ofíon*. *Eurínoma* dançou então mais vigorosamente para se aquecer e a dança excitou *Ofíon* que a engravidou. Depois desta orgia divina a deusa transformou-se numa pomba branca voando sobre as ondas e, em devido tempo, gerou o Ovo Universal. O mito olímpico da criação conta, por seu lado, que a Mãe-Terra nasceu do Caos e, enquanto dormia, deu à luz um filho chamado *Úrano*. Os mares, bem como todas as coisas do universo, foram criados pela união entre mãe e filho, incesto primordial. Nos mitos homéricos, antes de tudo, tinham-se formado o Céu (*Úrano*) e a Terra (*Geia*) que deram origem aos *Titãs*, considerados geralmente como a geração primitiva dos deuses. Um dos mais importantes, juntamente com *Cronos* (o Tempo), é *Oceano* o rio que, segundo se supunha, envolvia a terra. Mais tarde, *Cronos* desposou *Reia* e desta união nasceram *Héstia* (deusa do lar e do fogo doméstico), *Deméter* (deusa da terra e da agricultura), *Hera* (virgem celeste, deusa do casamento e da maternidade), *Hades* (deus dos infernos, para lá dos vastos oceanos) e *Posídon* (deus e senhor dos mares). No entanto, à medida que nasciam, *Cronos* ia-os engolindo até ao nascimento de *Zeus* que, ao matar o pai e libertar os irmãos, se tornou no deus do universo.

As epifanias marítimas europeias tornam-se antropomorfas na época clássica grega. As figuras míticas repetem sempre o mesmo *leitmotiv*: as divindades neptunianas têm geralmente um corpo de monstro marinho e reinam nas águas profundas. Como o elemento que representam, são caprichosas e tão facilmente podem ser benéficas como malévolas. “Mais que os outros deuses, elas [as divindades oceânicas] vivem além do tempo e além da história. Muito próximas da origem do mundo participam apenas ocasionalmente ao seu destino.” (Eliade, 1949: 212).

A *Odisseia* e a *Ilíada* de Homero, obras baseadas em mitos da Grécia Antiga, descrevem com clareza a hierarquia familiar dos deuses do Olimpo. Conhecemos assim os deuses e

outros seres marítimos do mundo helénico, dos quais o mais poderoso é Posídon (o equivalente romano é Neptuno) que, à imagem do mar, pode ser benigno formando novas ilhas e oferecendo águas calmas. No entanto se o ofenderem (o que acontece facilmente), ele bate com o tridente no chão provocando maremotos e cruéis vendavais que causam afogamentos e naufrágios. É por esta razão que também lhe chamavam “o Agitador da Terra”.

“Ajax sucumbiu no meio das suas naus de longos remos. Primeiro Posídon impeliu-o na direção das altas rochas Gírias e salvava-o do mar, e ele ter-se-ia livrado da morte, não obstante o ódio de Atena, se não tivesse proferido, na sua grande cegueira, um dito insolente; gabou-se de ter escapado, a despeito dos deuses, ao profundo abismo do mar. Posídon ouviu estas palavras orgulhosas. Logo ali agarrou o seu tridente com as suas pesadas mãos, e batendo na rocha Gíria, fendeu-a. Uma parte ficou de pé; o outro fragmento despenhou-se no mar, esse mesmo a que se agarrava Ajax quando se deixou assim alucinar pelo delírio, e que o arrastou sob as vagas do mar imenso. Eis como ele pereceu naquele lugar, depois de ter bebido a água salgada.” (Homero, Canto IV: 52).

Após a queda de Tróia, de regresso ao lar, Ulisses comete um grande erro: cega o único olho de um *Ciclope* filho de Posídon. O deus encolerizado resolve então vingar-se amaldiçoando implacavelmente toda a viagem do herói e dos seus companheiros. Faz assim com que toda uma gama de monstros marinhos e fabulosas tempestades caiam sobre o navio. Para Homero o mar é, claramente, um lugar de perdição, uma ameaça perpétua na qual só com a ajuda divina se consegue navegar. Ulisses, caindo nas graças de *Atena*, alcança o seu destino, Ítaca. Segundo a lenda da fundação de Lisboa, foi este herói que, ao chegar ao porto natural na foz do Tejo, fundou *Olisipo* que se tornaria, mais tarde, numa das cidades mais importantes da Lusitânia romana.



Neptuno e Anfitrite segundo Bon Boullongne (1649-1717)

Na *Teogonia* de Hesíodo o Mar faz parte das três Linhagens primordiais enraizadas nas origens. *Nereu*, o Velho Homem do Mar (o Mediterrâneo), era bondoso e justo. As suas

cinquenta filhas, as *Nereidas*, tinham a forma de sereias, seres deslumbrantes. É interessante notar que este elemento inspira o autor enquanto uma fonte de conhecimentos como lhe suscita sentimentos de esperança e imenso respeito face ao espaço marítimo:

“O Mar, este ser mutável e informe, funda a Linhagem dos que se marcam predominantemente por essa natureza primordial do Mar. A variabilidade, as transformações, o disforme e a imensidade são traços pertinentes, sob aspetos positivos ou negativos, desta Linhagem. Os aspetos positivos do Mar exprimem-se em Nereu e nas Nereidas. A navegação propícia, fonte de riquezas, ligação e caminho entre as terras, os ingredientes marinhos das belas paisagens mediterrâneas, tudo isso se revela nos nomes das Nereidas; – e não só isso: mutável, imenso e informe, o Mar representa também um tipo de sabedoria de inesgotáveis recursos, que prevê o imprevisível, que enxerga o recôndito e o inescrutável; – em suma: uma consciência que, como o Mar, domina, em todas as suas dimensões, a amplitude temporal e espacial.” (Hesíodo: 50).

Poderíamos comparar Nereu ao Velho do Restelo camoniano que representa a oposição passado/presente, antigo/novo. O Velho põe em relevo o esforço heroico mas insensato da expansão marítima, apodando de vaidoso quem, por cobiça ou ânsia de glória, se lança à aventura “por mares nunca d’antes navegados”. Esta figura simboliza a preocupação daqueles que antevêm um futuro sombrio: “Miserável sorte! Estranha condição”. A analogia entre a *Odisseia* e os *Lusíadas* é clara e foi já alvo de diversos estudos pelo que não a analisaremos. Notemos apenas um ponto essencial no que respeita às “marítimas águas consagradas”: ao passo que Homero escreveu as aventuras de um determinado herói, Camões sofreu no próprio corpo as suas narrativas marítimas e se Ulisses faz frente ao mar mediterrânico de forma involuntária, Vasco da Gama vence dois oceanos voluntariamente: o Atlântico e o Índico. É ainda de notar que, não obstante a celebridade de Ulisses, o primeiro herói mítico europeu a empreender uma grande viagem no mar alto, além das Colunas de Hércules (Gibraltar), é *Jasão* na *Demanda do Velo de Ouro*. Este poema, da autoria de Apolónio de Rodes, poeta do século III, relata as aventuras dos argonautas (os navegadores do navio *Argos* comandado por Jasão). Nesta jornada, o herói passou por Lemnos onde só viviam mulheres, atacou as *Hárpias* (seres voadores terríficos mais conhecidos como as cadelas de Zeus), sobreviveu aos Rochedos Movediços e matou *Talo*, o último homem da raça de bronze. Jasão e os Argonautas são, na realidade, os iniciadores das navegações imaginárias do mar tenebroso (o Atlântico).

As divindades marítimas são numerosas em todas as culturas sendo impossível expor aqui a extensa lista antropológica. Contudo, quanto às influências helénicas nas crenças portuguesas, é interessante rever a existência de algumas entidades divinas. Os mitos de *Ganimedes* e de *Delfinos* são particularmente atraentes. Ganimedes, um mortal jovem e esbelto, captou o interesse de Zeus que o raptou e fez dele o escanção dos deuses. Face à tristeza do pai de Ganimedes por ter perdido o filho, Zeus elevou a imagem do jovem às estrelas formando a constelação do Aquário, o “carregador da água”. Por sua vez, Delfinos era um mensageiro de Posídon que fora enviado a Anfitrite, uma das Nereidas, para a convencer a casar com o deus do mar. Delfinos defendeu tão bem a causa de Posídon que Anfitrite

acabou por aceitar.¹ Grato, Posídon elevou a imagem do mensageiro ao céu para criar a constelação do Golfinho. Os golfinhos são, por esta razão, venerados como seres extremamente simpáticos e simbolizam o mar calmo. Mais incerta é a figura de Fórcis, o “ancião que comanda as vagas”. Fórcis, pai das *Górgonas*, personificava o mar pérfido.

Segundo diversas mitologias e hagiografias, juntamente com os deuses aquáticos existem também vários tipos de animais marinhos fabulosos ou reais. O imaginário marítimo passa assim subtilmente do maravilhoso divino ao maravilhoso popular. Um mito particularmente interessante provém-nos da tradição inuíte (Canadá, Alasca e Gronelândia) sobre *Sedna*, deusa do mar e dos animais marítimos. Esta história relata como Sedna, uma mortal, se apaixonou por um ser com aparência de homem que navegava numa canoa. Porém o marinheiro era um espírito-pássaro e obrigou-a a desposá-lo. O pai de Sedna, ao ter conhecimento de tal acontecimento, foi buscá-la. Quando pai e filha fugiram o espírito-pássaro criou uma terrível tempestade para impedir a fuga e o pai, para apaziguar a ira dos deuses, lançou a filha à água. Sedna, desesperada, agarrou-se ao barco, mas o pai cortou-lhe os dedos que se transformaram nos animais marinhos do ártico: focas, baleias e morsas. Sedna, ao morrer afogada transformou-se na deusa imortal do mar.

Muitos seres fantásticos foram desenhados e catalogados durante a época Medieval usando como fonte as escrituras antigas. Os gregos foram separando as divindades do elemento com o qual elas se confundiam. Uma vez personificadas e detentoras de poderes mágicos, as deidades tornaram-se lendas, intervindo nas epopeias e sendo, por fim, solicitadas pela taumaturgia. Nesta extensa lista de figuras míticas, talvez a mais célebre seja a sereia.

“Chegarás primeiro à terra das sereias, cuja voz seduz qualquer homem que caminha para elas. Se algum se aproxima sem estar prevenido e as ouve, jamais a sua mulher e os seus filhos pequerruchos se reúnem em torno dele e festejam o seu regresso; o canto harmonioso das sereias cativa-o. Elas habitam num prado, e a toda a volta a margem está cheia das ossadas de corpos que se decompõem.” (Homero, Canto XII: 133-134).



Detalhe do mapa de Abraham Ortelius (1574), *Theatrum orbis terrarum*.

As sereias tinham originariamente um corpo de pássaro e simbolizavam a alma dos mortos. Divindades fluviais, já encantavam com as suas vozes. Segundo se diz, um dia

¹ O nome de Anfitrite refere-se ao “terceiro elemento”, o mar, existindo ao lado da terra, “primeiro elemento”, sob o ar, “segundo elemento”.

desafiaram as *Musas* mas foram vencidas e privadas das suas penas. Então, para esconder a vergonha, fugiram dos vales para os rochedos das costas da Itália, nas ilhas Sirenes. Era aí que, com os seus cantos, atraíam os navegantes para os devorar. Um dia, quando *Argos* por lá passou, *Orfeu* (um dos argonautas) afinou a sua lira, pôs-se a cantar e a sua voz sedutora venceu o encanto das sereias. Vencidas mais uma vez, transformaram-se em rochedos, à parte *Parténope* que fugiu. A sereia evoca ainda *Afrodite*, deusa do amor, que nasceu numa concha na espuma dos oceanos².

Na mesma família encontramos também as Nereidas que vivem num palácio no fundo do mar. Quando vêm à superfície, cantam, dançam e nadam com os golfinhos “e os seus cabelos ondulam no movimento aquático” (Peyron, 2003: 12). Segundo Plínio, uma Nereida foi, um dia, dar à costa lusa e aí morreu. Plínio conta que os habitantes dessa zona conseguiam ouvir os seus lamentos. Além delas, existem ainda as *Oceânidas*, filhas de Oceano e de *Tétis*, homólogas das *Ondinas* das mitologias germânicas e escandinavas.

A imagem da sereia evolui e muda de forma segundo as épocas. Jorge Luís Borges constata o seguinte no seu *Livro dos Seres Imaginários*:

“O dicionário clássico de Lemprière entende que são ninfas, o de Quicherat diz que são monstros e o de Grimal que são demónios. Vivem numa ilha do Poente, perto da ilha de Circe, mas o cadáver de uma delas, Parténope, foi encontrada na Campânia, e deu o seu nome à famosa cidade que se chama Nápoles. [...] No século VI, uma sereia foi capturada e batizada no norte de Gales e figurou como uma santa em certos almanaques antigos, sob o nome de Murgem.” (1989: 181-182).

Símbolo do conhecimento durante a Antiguidade, a sereia personifica a luxúria na Idade Média. No Renascimento representa a eloquência e a erudição, enquanto os românticos a pintam como sendo uma bela rapariga com cauda de peixe de cabelos louros e ondulados que canta para seduzir os marinheiros e os lançar contra as rochas. O que permanece constante é a associação das sereias à morte, contrariamente às Nereidas que protegem os marinheiros.

A versão masculina da sereia é o *Tritão*, filho de Posídon e de Anfitrite, que viaja sobre as ondas num carro atrelado a cavalos com patas de lagostim. Prestável e benéfico, foi ele quem ajudou os argonautas e quem se encarregou de fazer recuar as águas do grande dilúvio helénico.

Na *Odisseia* os dois monstros aquáticos mais terríveis do que as sereias são *Cila* e *Caríbdis*. Cila era uma bela ninfa por quem o deus marinho *Glauco* se apaixonou. Para a encantar, Glauco pediu a poção do amor à feiticeira Circe. Esta, porém, tendo-se enamorado do magnífico deus, envenenou as águas onde a ninfa se banhava e Cila transformou-se num monstro horrendo. E ali permaneceu, enraizada à rocha numa inexprimível miséria, odiando e destruindo todos os que por lá passassem. Foi o caso de Jasão, Ulisses e *Eneias*³. Numa outra versão, foi o próprio Posídon que se apaixonou por Cila e Anfitrite, ao ter conhecimento desta paixão, transformou-a num monstro com seis cabeças, doze pés e que latia. Caríbdis

² É interessante notar que, tal como Afrodite, *Lakshmi* (a esposa de Vixnu na mitologia do hinduísmo) também nasceu da batedura do mar e representa igualmente o ideal do amor e da beleza.

³ Eneias é o herói de *Eneida*, poema épico de Virgílio, poeta romano do século I a.C.. Eneias fora um dos raros sobreviventes troianos ao massacre perpetrado pelos gregos. Quando voltou à cidade em chamas à procura da sua esposa, apenas encontrou o seu espírito que o exortou a partir num navio em busca de novas terras. Não incluímos as aventuras deste herói na categoria da narração de viagem pois grande parte da aventura passa-se em terra, nos mundos subterrâneos e nos Campos Elísios.

era, por seu lado, um turbilhão, filha de Posídon. Os dois seres estavam situados lado a lado para que os marinheiros não pudessem passar.

“É lá dentro que se oculta Cila dos terríveis latidos. [...] Ela tem doze pés, todos disformes; e seis pescoços, de um comprimento singular, e sobre cada um uma pavorosa cabeça, com três filas de dentes, cerrados, múltiplos, cheios das trevas da morte.” (Ibid. Canto XII: 134).

“Ao pé do penedo a famosa Caríbdis engole a terra negra. Três vezes por dia ela expele e três vezes ela a engole com um ruído medonho. Não estejas lá, quando ela começar a tragá-la, pois nem o próprio Sacudidor da Terra poderia salvar-te da desgraça.” (Ibid. Canto XII: 135).

O animal mais famoso no imaginário dos navegantes é a serpente marinha: gigante, poderosa e assustadora. Encontramos referência a esta criatura mítica em várias civilizações e em todas as épocas. A referência mais antiga a este monstro aquático está presente na iconografia suméria passando, em seguida, para a cultura babilónica. O mito relata o nascimento das duas serpentes monstruosas *Lahmu* e *Lahamu*, filhas de Apsu e Tiamat. Mais tarde, no Antigo Testamento, a serpente marinha é figurada na imagem do *Leviatã*, descrita no Livro de Job como um monstro marinho gigantesco, musculado e forte, que cospe fogo e cujas escamas são impossíveis de trespassar.



O Anticristo sentado sobre o Leviatã
Lambert de Saint-Omer *Liber Floridus*. Século XIII

Numa das versões da *Navegação de São Brandão*⁴ uma serpente marinha gigante ataca os monges.

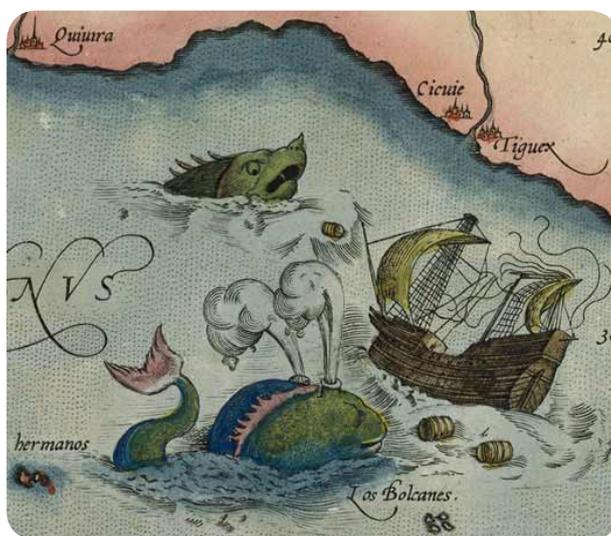
“Pela boca e pelas narinas lança chamas maiores que as de uma fornalha. As chamas são enormes e deitam grande calor, pelo que [os monges] receiam a morte. Quanto ao volume do corpo excede a normalidade. Emite um mugido mais forte que vinte touros. Se outro perigo não houvesse que temer mais que as suas dentadas, mesmo assim, muitos milhares de homens fugiriam dele. O tormento das garras seria indescritível.” (Nascimento, 1998: 165).

Curiosamente, a lendária serpente marinha não só é descrita em diversas mitologias e lendas mas também por tripulações de tal forma que o animal é classificado formalmente pela primeira vez, em 1817, sob a apelação de *Megofias* como segue:

⁴ Traduzido e analisado por Aires Nascimento, 1998) *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais*. Lisboa: Colibri.

“O comprimento médio é de quinze a trinta metros; o corpo é arredondado e adelgaça-se até à cauda que ocupa metade do comprimento total; a cabeça pequena apresenta um focinho alongado; uma longa boca transversal, grandes olhos negros de reflexos vermelhos. O Megofias possui duas barbatanas na base do pescoço. A sua pele lisa e brilhante é de cor cinzenta ou castanha.” (De la Croix, 1998: 101).

Incluído na categoria de monstro marinho fabuloso está também o polvo ou a lula gigante, conhecido por *Kraken* nas lendas escandinavas. Segundo os pescadores do Mar do Norte e do Mar Báltico o monstro tinha mais de cem tentáculos e as suas costas eram do tamanho de uma ilha. É interessante sublinhar o facto de o polvo gigante ter existido no imaginário marítimo bem antes de ser realmente descoberto nos mares da Terra Nova, no Canadá, no século XIX. O octópode colossal foi amplamente descrito no romance de Júlio Verne, *Vinte Mil Léguas Submarinas* (1870), como uma criatura cruel escondida nos confins dos oceanos.



A baleia provocando um naufrágio
 Detalhe do mapa de Abraham Orteliu (1574) *Theatrum orbis terrarum*

No topo da hierarquia dos gigantes encontra-se a baleia ou o cachalote. Durante muito tempo acreditou-se que a baleia era perigosa e assassina. Esta ideia provém da Bíblia que conta como o profeta Jonas foi engolido por uma baleia e permaneceu no seu ventre durante três dias e três noites. Foi contudo com Herman Melville, autor de *Moby Dick* (1851), que a baleia se tornou, assaz injustamente, num monstro sem piedade. É de realçar que o escritor se inspirou num naufrágio real de uma baleeira em 1821. A baleia foi sempre considerada como um monstro, não só pelas suas dimensões exageradas, mas também pela violência e perigo que a caça à baleia representa. Existem lendas de diversos países que relatam como os marinheiros confundiram uma baleia adormecida com uma ilha. Por exemplo um dos episódios da lenda medieval de São Brandão descreve a proeza do monge ao atracar numa ilha deserta e cinzenta. Depois de a tripulação ter feito uma fogueira e ter comido, a ilha começou a afastar-se do barco. São Brandão disse então aos companheiros para não terem medo da baleia *lascónio*. Os monges passariam sete Páscoas no dorso da baleia antes de encontrarem o paraíso. *Sinbad*, um dos heróis das *Mil e Uma Noites*, também

atraca no dorso de uma baleia gigante. Aliás, o conto persa das sete viagens de Sinbad descreve toda esta panóplia de monstros marinhos. À imagem de Ulisses e de Jasão, também ele navega por mares tenebrosos.

Outro prodígio marinho é a medusa, ou alforreca, o celenterado marinho. O nome de medusa provém do mito grego da *Medusa*, uma das três Górgonas, filhas de Fórcis e de *Cetos* (uma serpente gigante). Medusa, outrora bonita, encantou Posídon que, sem mais, se acasalou com ela. Atena, furiosa por eles terem cometido blasfémia num dos seus templos, transformou Medusa num monstro cruel e horrendo de olhos ferozes, dentes aguçados, língua de víbora, garras afiadas e cujos cabelos eram serpentes. Os infelizes que cometiam o erro de olhar para ela transformavam-se de imediato em estátuas de pedra. Quando por fim *Perseu* a decapitou, do sangue do monstro nasceu a progenitura concebida com o Senhor dos Mares: *Pégaso*.

Uma criatura fantástica bem mais simpática é o cavalo-marinho. Este animal, contudo, não tinha outrora a mesma fisionomia que tem hoje. Na ficção islâmica e chinesa, o *Cavalo Marinho* era um cavalo selvagem que vivia no mar e só vinha a terra nas noites sem luar, quando sentia o cheiro de éguas. A cultura greco-latina adotou esta figura numa representação do vento que fecunda as éguas. Plínio o Velho, na sua *Naturalis Historia* (VIII, 67) descreve o animal da seguinte maneira:

“Ninguém ignora que na Lusitânia, nas proximidades de Olisipo e nas margens do Tejo, as éguas voltam a cabeça para o vento ocidental e ficam fecundadas por ele; os potros assim gerados possuem uma admirável ligeireza, mas morrem antes dos três anos.”⁵

Este animal fabuloso é igualmente descrito pelas testemunhas do naufrágio de Fernão de Mendonça em 1585:

“Uma vez postos na outra margem, saiu a eles um cavalo marinho. Meteram-se com medo pela vaza dentro, atolando-se até à cinta. O animal, com efeito, dava mostras de os querer seguir; mas pouco depois se tornou à água.” (Sérgio, 1985: 57).

Devido à presença destes prodígios marinhos na costa atlântica, Lisboa era vista como um espaço limite do império romano onde a terra e o mar se misturavam numa estranha coexistência. É de realçar que Posídon, além de senhor dos mares, é também senhor dos cavalos e foi ele quem ofereceu este animal ao Homem. Além disso, dois dos seus filhos são cavalos: *Pégaso* (o cavalo alado, filho de Medusa) e *Arion* (o cavalo selvagem, filho de Deméter). Parece que a veneração do cavalo por Posídon deve-se ao facto de sua mãe, Reia, ter oferecido a Cronos uma refeição da carne deste animal. É sem dúvida por esta razão que os gregos sacrificavam cavalos a Posídon antes de embarcarem. O nome do deus do mar está ainda associado ao touro. Notemos que as imagens do cavalo e do touro no mar ou na praia evocam ao português a pesca costeira do século passado na qual os barcos, ao chegarem à praia, eram puxados por tais animais. Ainda hoje se pode observar esta atividade na praia da Nazaré.

No que respeita Portugal o monstro fabuloso mais célebre é o Gigante Adamastor, filho da Terra e Capitão do Mar. Adamastor enamorou-se de Tétis mas esta logrou-o com

⁵ Citação em Jorge Luís Borges e Margarita Guerrero (2009) [1989] *O Livro dos Seres Imaginários*. Lisboa: Editorial Teorema, p. 46.

palavras doces. O gigante, para se vingar, lutou ferozmente contra Júpiter mas foi vencido. O castigo dos deuses foi severo: Adamastor foi-se degradando lentamente. Transformou-se em terra e penedos e alastrou pelo mar tornando-se num cabo medonho rodeado por Tétis em forma de vaga.

“De disforme e grandíssima estatura;
O rosto carregado, a barba esquelada,
Os olhos encovados, e postura
Medonha e má e a cor terrena e pálida;
Cheios de terra e crespos os cabelos,
A boca negra, os dentes amarelos.”

(Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto V).



O Gigante Adamastor
Jorge Colaço (1868-1942)

Outro ser fantástico é a *alma de mestre* que, nas tradições dos pescadores e marinheiros de Portugal, se traduz pela alma de um mestre ou capitão de um navio naufragado. Esta crença deve-se aos pios das gaivotas que os marinheiros creem ser os lamentos das almas dos capitães que não obtiveram uma sepultura cristã (Braga, 1988: 131). Eça de Queiroz escreveu nas suas *Prosas Bárbaras* (1903: 7):

“E então o piloto, que seguia atento, no galeão silencioso, a viagem das estrelas dizia: «De joelhos, companheiros, é a alma de mestre que passa!» E todos, de joelhos, rezavam tristemente, na noite, pela alma dos pilotos mortos na viagem das Índias!”

Talvez esta crença provenha do mito de *Ceys e Alcione* (contado por Ovídio), um casal extremamente apaixonado. Ceys decidiu um dia partir à descoberta dos mares, não obstante o amor profundo que tinha por Alcione que chorou e implorou para que o marido não partisse. Em vão. Na mesma noite em que Ceys embarcou, uma tremenda tempestade causou o naufrágio do barco e ele morreu afogado. Alcione, que esperava o marido na praia, viu o seu cadáver flutuar nas águas e correu na sua direção. E em vez de correr, começou a voar sobre as ondas: tinha sido transformada em pássaro. Os deuses, comovidos pela dor da mulher, transformaram o cadáver de Ceys num pássaro marinho. O amor unira-os outra vez.

Segundo consta, estas aves vêm-se sempre juntas, voando sobre as vagas.

É fácil constatar que o mar é dos temas mais ricos em imagens e símbolos, em lendas e narrativas. Este espaço lendário representa a vida (águas transparentes) e a morte (águas negras e profundas). O maravilhoso pagão apresenta uma autêntica panóplia de monstros, deuses e heróis.

Para manter a heroicidade dos acontecimentos, a narrativa é acrescida da intervenção de entidades superiores, favoráveis ou opostas à causa. Com esse recurso ao sobrenatural, não só os feitos se tornam extraordinários como os próprios heróis podem ser deificados. Todos os poemas da Antiguidade têm esta raiz no universo do maravilhoso. A literatura e a arte do Renascimento (mil e quinhentos anos mais tarde) refletem a reapropriação dos valores culturais da Antiguidade Clássica. Entre estas duas épocas históricas, durante a Idade Média, o imaginário popular e lendas fantásticas sobre o mar continuaram presentes.

Em suma, o valor espiritual e iniciático do mar revela-se sob a inspiração mitológica e religiosa. Uma análise mítico-religiosa, mesmo breve, dá indicações sobre os sentimentos que o mar suscita ao Homem: admiração mas sobretudo medo. Desbravar os mares era, no dealbar dos tempos, não só uma prova de coragem mas também de fé. As crenças e superstições dos marinheiros passaram de boca em boca, através dos tempos, sofrendo transformações ligadas aos acontecimentos históricos e à metamorfose das religiões. Estas histórias têm um elo evidente com as realidades vividas no mar sendo que os fenómenos meteorológicos e o desconhecimento geográfico agiram, certamente, como forças inspiradoras mas, simultaneamente, aterradoras. Devido ao número elevado de naufrágios podemos entrever a quantidade de rumores que navegavam de porto em porto. Estes rumores transformavam-se em histórias que a marinhagem mais velha contava à mais nova nas tabernas escuras e sujas das zonas portuárias. Mas não era apenas nestes lugares que o imaginário se transmitia: nas cortes europeias as histórias eram as mesmas mas contadas por trovadores e poetas. Também as hagiografias medievais são inspiradas pelos mitos ancestrais transformando-os em lendas cristãs.

2. O *Mare tenebrum* medieval

“São ilhas afortunadas,
São terras sem ter lugar,
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos despertando,
Cala a voz, e há só mar.”

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

Na transição da Idade Média para o Renascimento, o maravilhoso oceânico era um universo ilustrado por representações imaginárias da realidade ausente. Notemos que não era o oceano que era maravilhoso, ao invés, o maravilhoso situava-se no oceano. Por outras palavras, o “mar oceânico” era um espaço desconhecido onde existiam monstros terríveis e tempestades tumultuosas. A ideia medieval do oceano como um elemento adverso e destruidor provém diretamente da Bíblia e dos textos da Antiguidade que revelam sempre os mesmos tópicos em relação ao mar: a tempestade (fúria divina), os monstros devoradores, as ilhas misteriosas e a dispersão infinita. O mar é um espaço letal. O simbolismo é forte: a travessia é – em geral – figurativa, o mar instável representa as dificuldades da vida, o barco exprime a passagem de um mundo para o outro (ou da vida para a morte, ou de um estado espiritual para outro mais elevado). O navio – a arca – é a casa de Deus e Cristo é o piloto da vida dos cristãos. Na Bíblia o mar simboliza a hostilidade de Deus e é do mar que virão os primeiros sinais do apocalipse. Paradoxalmente, se este espaço geográfico, criação divina, produzia monstruosidades e anormalidades criadas por Deus – para o crente tudo é criado por Ele – era porque o milagre tinha lugar em tal espaço. Portanto se a primeira ideia do Atlântico é negativa, o conceito do *mar aberto* possibilita, simultaneamente, a existência de outros mundos. O imaginário do Atlântico concebe este espaço como um oceano horizontal povoado de ilhas. Estas, reais ou imaginárias, tornam a navegação possível, talvez mesmo apetecível. Na hagiografia medieval o herói é o santo e o mar, embora permanecendo hostil, torna-se um lugar que esconde fabulosos segredos.

Beda, *o Venerável*, (672-735) compreende o mundo à imagem de um ovo. A terra, como a gema, situa-se no centro rodeada pelo vasto oceano, como a clara, e à volta da água situa-se o ar, como a membrana que contém o ovo (Fonseca, 1992). Por esta razão se pensava que o mundo acabava para além do oceano. Nos mapas-múndi da altura a terra habitada estava cercada por uma faixa aquática supostamente caótica. Esta teoria sobreviveu nos meios religiosos e letrados até Alberto de Saxónia (1316-1390), reitor das universidades de Paris e de Viena. Estamos perante a eterna lógica do centro-periferia: quanto mais nos afastamos do centro e nos aproximamos da periferia mais o espaço é propício a monstrosidades e seres excessivos.

Para certos teólogos medievais a terra era dividida em três partes correspondentes ao povoamento pelos três filhos de Noé, *Sem*, *Cão* e *Jafeth*. Cada espaço terrestre era separado dos outros por uma zona aquática. O mundo da cristandade – o conhecido – era ordenado e povoado por homens com aspeto humano. A África – o desconhecido – era vista como uma terra satânica com tempestades terríveis, temperaturas elevadíssimas e homens disformes. Aí residia o perigo e a morte certa. Já o Oriente era considerado como o paraíso terrestre, abundante em riquezas, mas para sempre perdido entre as mãos dos infieis. Esta conceção geográfica afasta-se radicalmente da visão grega do mundo, para o qual o elemento aquático era central. No entanto, a tradição geográfica da Antiguidade perdurou entre os portugueses através de adaptações árabes.



A separação das águas
Livro Missal da ordem franciscana, cerca de 1385-1390

Os mapas medievais são configurações simbólicas onde transparece uma “geografia mítica” (Godinho, 1962: 43). Os mapas mais importantes e reconhecidos desta época foram desenhados por dois autores da Península Ibérica, Isidoro de Sevilha (século VII) e Beato de Liébana (século VIII), e por um autor inglês, Beda, *o Venerável*. Segundo Mattoso (2009: 238), este facto não é de espantar pois os três homens viviam em regiões em contacto direto com o mar. Os mapas-múndi por eles desenhados têm a particularidade de sintetizar a cultura

romana, germânica¹ e cristã. A obra *Etimologias* (627-630) de Isidoro de Sevilha descreve os mares na sua ambivalência: por um lado é benigno pois o homem não pode viver sem água, por outro o mar alto é marcado por ondas enormes e destruidoras. O mar mediterrâneo era, por isso, considerado como “o nosso mar” e o vasto oceano como “o mar tenebroso”. Para Isidoro a visão dos ventos é povoada pelo *maribili*. É de notar que, em sua opinião, na margem do mar existe uma terra incógnita, uma quarta parte adicionada ao mapa-múndi tripartido. Reduzida a ilha, esta terra poderia identificar-se com as míticas Ilhas Afortunadas².

O Apocalipse de Lorvão é uma criação portuguesa de 1189 assinada por Beato de Liébana. Baseado na visão de Isidoro esta carta resume perfeitamente a expressão do medo medieval: o carácter monstruoso dos seres vivos é acentuado, bem como o calor da região sul, enquanto o mar exterior atenua o negativismo: os animais são peixes e não monstros e existem ilhas, que mais tarde se transformariam em paraísos terrestres, Taprobana, *Esperidum insula* e *Fortuniarum insula*. O imaginário atlântico revela-se, portanto, bastante complexo. Segundo o Guarda-mor da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurara (século XV), o Cabo Bojador – ou Cabo Não – era o ponto limite “para além do qual se não regressa”. Este aspeto do *não-regresso*, inerente a toda a viagem iniciática, aponta para a procura do paraíso. O carácter perigoso do mar é uma constante significativa no imaginário marítimo. Todavia é precisamente este aspeto que conduz à ideia da navegação como um itinerário purgativo rumo ao divino. O Atlântico torna-se subtilmente na via de acesso ao Éden. A cartografia da época exprime claramente a sacralização do oceano: as ilhas descobertas eram sempre acompanhadas por lendas de santos. Estamos, pois, perante a “cristianização do oceano” (Lopes, 2009: 45).

As bibliotecas portuguesas da Idade Média (do século XIII ao século XV) são ricas em obras eclesiásticas marcadas por uma espiritualidade popular e sentimental. A persistência da literatura da Antiguidade, juntamente com o imaginário oriental, deu origem a lendas e contos. A influência céltica também é omnipresente nas narrativas de viagens maravilhosas, de ilhas fabulosas e de navios que vogam, sem vela nem leme, além dos mares e do tempo. Alguns textos hagiográficos nos quais o mar tem um papel central são “A transladação e milagres de São Vicente”, “A vida de São Geraldo de Braga” (compilados por Alexandre Herculano na sua *História Monumental*), ou ainda “A navegação de São Brandão”, o “Conto de Amaro”, e “A vida de São Teotónio” (considerada por muitos como a mais antiga das histórias marítimas genuinamente portuguesas). O país possui dois exemplares em latim da *Navigatio Sancti Brendani* – um no mosteiro de Alcobaça outro no mosteiro da Santa Cruz em Coimbra – e uma cópia do *Conto de Amaro* em português do século XIV no mosteiro de Alcobaça. As lendas confirmam a associação da viagem, no sentido de errância cristã, à purificação divina. A travessia é um aperfeiçoamento interior.

A demanda do paraíso terrestre por Brandão é inspirada por uma antiga crença celta na existência de um Além numa ilha longínqua, geralmente encoberta por um nevoeiro espesso e cujo acesso só seria possível com a ajuda de entidades sobrenaturais. Faz igualmente referência ao mito das Ilhas Afortunadas helénicas situadas no meio ou além do

¹ As noções germânicas do mundo também opõem a terra habitada pelos humanos, o Mitgard, ao mundo caótico dos monstros e dos gigantes, o Utgard.

² Na mitologia helénica, as Ilhas Afortunadas são o lar das Hespérides, ninfas do poente, que guardaram as maçãs de ouro até Hércules as receber de Atlas, obtendo desta forma a vida eterna.

Oceano. Notemos que o mito grego pode ter sido, por sua vez, inspirado pelos fenícios que já sulcavam o “mar aberto”. São Brandão é o epónimo da Ilha Encoberta e Encantada no imaginário medieval precisamente quando o Homem vai aprendendo a percorrer o grande espaço oceânico. A lenda do santo revela que apesar de o mar ser um lugar monstruoso de errância, é também a via de acesso ao Éden. O oceano, espaço desconhecido e vasto, é o lugar onde o Homem se encontra com ele mesmo na superação do obstáculo.

Brandão e os seus companheiros fazem viagens cíclicas que os levam a passar pelos mesmos sítios de sete em sete anos. O aspeto cíclico é dado pelas festas litúrgicas (Natal, Páscoa, Pentecostes). Nesta travessia os monges passam por várias ilhas fabulosas (a Ilha Deserta, a Ilha dos Rebanhos, o Cetáceo-Ilha, a Ilha das Aves Paradisiacas, a Ilha de Albeu e a Ilha das Uvas). Antes de encontrar a “Terra da Promissão dos Santos que Deus dará aos nossos vindouros no último dia”, os homens santos passaram pelo Inferno (como Ulisses tivera de passar por Tártaro), mar de fogo com ilhas em brasa, lugar de tortura onde vivia Leviatã.

Segundo a *Navegação*, a Ilha-Paraíso situa-se a oriente (contudo os monges navegam para ocidente), é encoberta de nevoeiro, tem uma luminosidade perene (não existe a noite) e a amenidade local (perpétuo outono) faz as árvores estarem permanentemente em fruto. Nela se sente saciedade e plenitude permanentes, nela a finitude humana é revelada. A “Ilha da Promissão” descrita nas *Navigatio Sancti Brendani* ficou conhecida por Ilha de São Brandão (facilmente confundida com as Ilhas Afortunadas, a Ilha do Solstício ou a Ilha das Sete Cidades), vindo juntar-se ao numeroso grupo de terras que se dizia existir no Atlântico. Estas terras foi, no dealbar do Renascimento, uma das mais importantes motivações do movimento dos Descobrimientos europeus quer pela sua descrição geográfica – se bem que irreal – quer pela conceção da viagem no oceano como crescimento ascético. A Ilha de São Brandão aparece em quase todos os mapas medievais ocupando diversas posições. Uns situaram-na nos Açores, outros na Madeira ou ainda nas Canárias. A última representação da ilha terá sido no Atlas de Stietler em 1867 (Nascimento, 1998: 56). Evidentemente, a ilha encantada é sempre deslocada para mares menos conhecidos.



São Brandão na Ilha Afortunada
Chants Royaux sur la Conception Couronnées au Puy de Rouen (1519-1528)

Na Península Ibérica existem, pelo menos, duas lendas que se assemelham à história da navegação de São Brandão. Uma é a lenda da Ilha das Sete Cidades que relata como sete bispos cristãos, para fugir dos ataques dos mouros, se fizeram ao mar em busca da ilha remota. Ao encontrarem tal lugar paradisíaco fundaram sete cidades e viveram em paz. Conta-se que mais tarde partiu de Portugal uma caravela em busca da ilha conseguindo encontrar aquela terra maravilhosa. No final de uma estadia de três dias os marinheiros embarcaram para regressar a Portugal e ao afastarem-se da ilha esta foi repentinamente envolta em brumas e, como por encanto, desapareceu no mar. A outra conta a história de um bispo português que também teria fugido dos sarracenos para uma ilha ao largo da costa tendo-a encoberta com um espesso nevoeiro para que fosse invisível ao inimigo. O Professor Nascimento chama a atenção para uma narrativa do início do século XIV de Eustache Delafosse³:

“Terminada a pesca, pusemo-nos à vela rumo a Portugal. Tivemos primeiro vento a meio-quarto, depois um bom vento. Navegando avistámos várias aves a esvoaçar, e os nossos marinheiros diziam que elas vinham das ilhas encantadas, ilhas essas que não se deixavam ver, por causa de um bispo de Portugal que aí se salvou com todos os que quiseram acompanhá-lo. [...] Fizeram vários navios por chegar às ditas ilhas, como me foi contado pelos portugueses. Então tal bispo, que era grande sabedor e perito na arte de nigromancia, encantou as ditas ilhas e elas nunca mais se deixarão ver a ninguém enquanto as Espanhas todas não forem restituídas à nossa boa-fé católica.”

O *Conto de Amaro*⁴, idêntica à lenda de São Brandão, é a história de uma travessia marítima que também tem por destino o paraíso terrestre. Amaro, um homem simples (ao invés de Brandão que era um monge), sente a necessidade de um retiro espiritual em busca de si próprio e de Deus. Nesta viagem iniciática, Amaro enfrenta perigos e uma longa solidão para testar a sua fé. O herói pára em várias ilhas fabulosas, defronta monstros marinhos aterradores e é amparado por homens e damas da Igreja até encontrar o paraíso terrestre. Ao contrário da *Navegação*, as ilhas são locais terrivelmente desfavoráveis com animais ferozes. O paralelo entre Ulisses, Sinbad, São Brandão e Amaro é evidente. Podemos, ao ler os mitos e lendas acima descritos, observar a influência greco-latina, árabe, celta e cristã no imaginário português. Notemos que a lenda de São Brandão e o conto de Amaro são sagas de caráter arturiano e contribuem para a sacralização dos mares, pois em cada ilha existem templos ou relíquias. Este facto comprova a transformação do imaginário que se adapta à nova situação sócio-histórica na qual os objetivos mercantis e cristão são predominantes.

A *Viagem de Trezenzónio ao Paraíso, na Ilha do Solstício*⁵, texto em escrita visigótica e recolhido no mosteiro de Alcobaça provavelmente no século XIII, merece também a nossa atenção. Aqui a Ilha-Paraíso encontra-se no largo da foz do rio Minho. Trezenzónio viaja sozinho e a travessia é breve e sem incidentes. Não existe neste texto uma sobrecarga do

³ Citação de Denis Escudier (1992) *Voyages d'Eustache Delafosse sur la côte de la Guinée, au Portugal et en Espagne (1479-1481)*. Paris: Éditions Chandeigne, p. 44 em Aires Augusto Nascimento (1998) *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais*. Lisboa: Colibri, p. 59.

⁴ Traduzido e analisado por Aires de Nascimento (1998) *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais*. Lisboa: Colibri; e em Irene Freire Nunes (dir.) (2008) *Récits Mythiques du Moyen Âge Portugais*. Grenoble: Ellug.

⁵ Traduzido e analisado por Aires de Nascimento, *op. cit.*

maravilhoso a não ser o facto de a ilha ser irreal. A ilha do paraíso de Trezenzónio está presente nos mapas que acompanham o *Beato de Liébano*. A sua situação geográfica é fiel ao texto mas tem o nome de *Solitio Magna*.

Anterior à ilha de São Brandão e às crenças célticas no paraíso terrestre, e ainda presente no imaginário insular contemporâneo, é a existência da Atlântida, outro símbolo do paraíso perdido. A Atlântida é descrita detalhadamente por Platão como uma ilha maior do que a Líbia e a Ásia juntas e situada para além das míticas Colunas de Hércules. Esta civilização fora destruída por Posídon num dia e uma noite através de violentos tremores de terra e dilúvios, após os Atlântidos terem atacado Atenas. Como as Ilhas Afortunadas, o mito da Atlântida fornece um excelente exemplo do imaginário insular uma vez que não existe no espaço geográfico mas apenas no domínio do pensamento. É talvez por esta razão que a ilha fabulosa está sempre escondida na bruma. Aristóteles faz referência à Atlântida no texto *De Caelo*, cuja importância histórica é considerável por ter inspirado Cristóvão Colombo. O texto revela que a terra é esférica e que há uma continuidade entre as regiões desde as Colunas de Hércules até às regiões da Índia porque existe um só mar. Muitos acreditaram que a Atlântida, como a Ilha de São Brandão, se situava nas ilhas da Madeira, dos Açores, das Canárias ou ainda na América.

Os mapas medievais confundem a Atlântida com a Ilha de São Brandão ou ainda com o país de *Gogue* e *Magogue*. Em qualquer caso, quer os navegadores seguissem a tradição greco-romana ou bíblica, a veracidade destas ilhas estava bem inscrita nas mentalidades. Aliás, os primeiros reis da Atlântida – os dez filhos de Posídon e Cleito – podiam ser (e foram) facilmente confundidos com as dez tribos perdidas de Israel. No século XIV, observa-se uma adaptação do mito da Atlântida à descoberta do Novo Mundo (Francisco Lopez de Gomara (1552) *Historia General de las Indias* e Pedro Sarmiento de Gamboa (1572) *Historia General llamada Indica*). Não é um acaso os dois escritores serem espanhóis. De facto estes defendiam a tese segundo a qual a América era a sobrevivência da Atlântida. O grande dilúvio inundara apenas uma parte da ilha separando a América da Europa, assim sendo, o novo continente pertencia, por direito divino, à velha Europa.

Uma identidade fabulosa particularmente importante no imaginário medieval português, que completa o mito do paraíso terrestre, é o Preste João. Se o paraíso ocidental era a Ilha das Sete Cidades, o éden oriental era a terra do Preste João. Pensava-se que o soberano cristão vivia na Etiópia ou na Ásia e dizia-se que era um governante sábio e generoso. A atracção pelo reino do Preste João marcou, nos séculos XV e XVI, a cultura e a imaginação europeias. Ter este rei como aliado seria um enorme e necessário auxílio nas guerras contra os muçulmanos. Inúmeros aventureiros, navegadores e reis dedicaram fortunas à busca de tal rei. A lenda apoia-se no registo de um bispo arménio de visita a Roma em 1145 que relata a conquista de Edessa pelos muçulmanos. Segundo este religioso, os Templários não deviam deixar a Terra Santa, pois existia um rei cristão que marchava em direcção a Jerusalém e que já tinha derrotado vários infiéis. Depois deste episódio historicamente real, chegam ao papa Alexandre III e a vários reis cartas assinadas pelo Preste João, ou Presbyter Johannes, confirmando a sua existência como o soberano cristão das Três Índias e das Dez Tribos Perdidas de Israel. No seu país, declara o Rei-Sacerdote, vivem inúmeros animais como o tigre, o urso, o leão, etc. Com o tempo a carta original evolui e passa a incluir todos os seres

fabulosos do bestiário medieval: unicórnios, gigantes, ciclopes, a Fénix. Nesta terra corre leite e mel e um rio chega diretamente do paraíso. Pela altura dos Descobrimentos a lenda tinha já bastantes detalhes quiméricos. Testemunhas sérias de várias crónicas de viagem fazem referência ao Preste João. Por exemplo, no Diário de Viagem de Vasco da Gama (1945: 33) consta o seguinte:

“Mais nos disseram que o Preste João estava dali perto, e que tinha muitas cidades ao longo do mar, e que os moradores delas eram grandes moradores e tinham grandes naus; mas que o Preste João estava muito dentro pelo sertão, e que não nos podiam lá ir senão em camelos.”

Lima de Freitas (2006: 41) relata um episódio histórico que revela até que ponto convergem o maravilhoso e o real. Em 1514 um arménio chamado Mateus apresenta-se a D. Manuel I como um emissário do Preste João. No seguimento desta visita, o rei enviou uma embaixada à Etiópia que só lá chegaria em 1521. À chegada os portugueses depararam-se com um vasto território dividido entre cristãos, muçulmanos e somalis. Lá ficaram para combater os mouros. Cristóvão da Gama (filho de Vasco da Gama) aí morreu, tal como centenas de soldados, ajudando um Preste João inexistente. Estamos, aqui, perante um caso no qual o imaginário prevalece sobre o real.

Com os portugueses, a Guerra Santa e a ideologia das Cruzadas ultrapassaram os limites da reconquista continental, constituindo por isso um imaginário recetivo às Descobertas e privilegiando os mitos culturais da Europa cristã. A demanda do Preste João (personagem fictícia) insere-se no ambiente cavaleiresco com os Cavaleiros da Ordem de Cristo a navegarem em caravelas ornadas com a cruz herdada dos Templários (facto histórico real). A situação geográfica das terras do Rei-Sacerdote, localizadas no Oriente (paraíso terrestre onde se encontram também o templo de Salomão, o Graal e o túmulo de Jesus), avulta este clima lendário.

Outro tema, igualmente importante, é a tempestade em alto mar. Se nas tradições ancestrais a tempestade era vista como a manifestação de uma teratologia ativa, ou seja era considerada como o resultado dos movimentos dos monstros marinhos inquietantes que se dissimulam sob a água calma e lisa, para a crença cristã a tempestade era a marca do castigo de um pecado pessoal ou coletivo. Devemos reconhecer que uma tempestade no mar impressiona qualquer um e pode ser vivida como uma manifestação de um poder divino superior à compreensão humana. O poder natural marítimo é aterrador, seja para quem está na costa à espera dos entes queridos, seja para o marinheiro que o vive. A obra de Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-marítima* (1736), reúne vários testemunhos de marinheiros que viveram e sobreviveram a naufrágios, dos quais salientamos o seguinte extrato:

“...Uma coisa espantosa e nunca vista; porque sendo às dez horas do dia, se escureceu o tempo de maneira que parecia ser noite, e o mar com os grandes encontros, que umas ondas davam nas outras, parecia que dava claridade, por encher tudo de escumas. O mar e o vento faziam tamanho estrondo, que quase não ouvíamos nem entendíamos uns aos outros. [...] Neste momento se levantou um mar muito mais alto que o primeiro, e se veio direito à Nau, tão negro e escuro por baixo, e tão alvo por cima. Esta onda arrasou por completo os mastros e as velas e perderam-se alguns homens também.” (Gomes de Brito, 1736: 24-25).



Figura 8: “Sob o rugido da tempestade”
Gustave Doré (1832-1883)

O imaginário do *mare tenebrum* reúne todas as imagens e representações descritas na citação precedente. O termo, traduzido igualmente por “mar brumoso”, é já utilizado por Homero na *Odisseia* (Canto V), descrevendo o oceano como um abismo do mar agitado por violentas tempestades. Desde então a lenda do mar tenebroso evoluiu e passou a integrar céus de cinza, uma escuridão eterna, águas que fervem e onde os navios naufragam nas ondas gigantes. É, no entanto, interessante sublinhar o facto de os marinheiros do século XIV, que diziam ter visto o mar tenebroso, não mentirem. Com efeito, por volta de 1332, deu-se a erupção vulcânica que formou a Lagoa das Sete Cidades nos Açores.

“A coluna de gases, fumo e cinza teria atingido muitos quilómetros de altura e seria, portanto, visível numa enorme zona do Atlântico Norte. Sabe-se que no seu regresso dos portos do sul de Marrocos, os navios rumavam para oeste até encontrarem os ventos alísios, que os traziam de regresso à Península. Os navegadores não podiam, portanto, deixar de avistar ao longe os vulcões que revelavam a existências das ilhas.” (Saraiva, 1993: 145).

Antes de atingir o deslumbramento da descoberta, o marinheiro tinha de ultrapassar o pavor e a loucura. Assim, se tinha o mérito de partir à descoberta, ainda mais respeito ganhava se voltasse. E havia um santo que ajudava no regresso a Lisboa: São Vicente. Segundo a lenda, depois da ocupação da Península Ibérica pelos mouros, os cristãos de Valência quiseram pôr a salvo as relíquias do mártir São Vicente. Partiram de barco para as Astúrias. No entanto, como as águas estavam revoltas, foram obrigados a aproximar-se da costa e encalharam nas praias do Algarve. Os monges edificaram no local um templo em memória do santo e construíram uma aldeia. Mas logo os sarracenos incendiam a aldeia e levam os cristãos como cativos. Passados uns anos, depois de uma batalha, D. Afonso Henriques teve conhecimento de que existiam cristãos entre os prisioneiros. Chamados à sua presença, um deles, já velho, contou-lhe a história das relíquias e confidenciou-lhe que

estavam enterradas num local secreto. O nosso primeiro rei resolveu então viajar com o velho para resgatar o corpo do santo e o pôr em lugar seguro. Contudo o homem morreu pelo caminho. Não conhecendo o sítio exato, D. Afonso Henriques aproximou-se das ruínas da igreja e avistou dois corvos que voavam sobre uma determinada duna: os seus homens escavaram e encontraram as relíquias que de seguida foram transportadas para Lisboa numa barca sem navegadores pois os corvos a comandavam. Durante a travessia o santo abençoou o mar. Por isso os marinheiros e os pescadores de Lisboa invocavam São Vicente para os proteger. É por esta razão que São Vicente, a barca e os corvos estão presentes no brasão e nos selos da cidade.⁶ Para Gilbert Durand (2008: 26), o “imaginário fundador da santa navegação” transparece nesta lenda.



“S. Vicente Em Lisboa”
Lima de Freitas, 1996

No norte de Portugal invocava-se outro santo: São Pedro Gonçalves Telmo (Kruz: 1983, 273). Este sacerdote católico castelhano é popular porque, segundo a tradição, um dia, estando a pregar na Galiza, ao levantar-se uma forte tempestade, São Telmo, seguindo o exemplo de Jesus Cristo, pediu aos elementos que se acalmassem fazendo-se logo a bonança. O sacerdote foi nomeado prior do convento de Guimarães. Daí que os portugueses do Minho litoral invocassem o santo contra as tempestades no mar. A luz que aparece por cima dos mastros em noites de tempestade era considerada como um sinal de proteção, por isso lhe chamavam “o fogo-de-santelmo”. Mattoso (2009: 246) constata que estas duas crenças (em São Vicente e em São Telmo) realçam o facto de as atitudes mentais das gentes do sul e do norte diferirem. Se aquelas tinham tendência a desenvolver técnicas para desbravar o mar

⁶ Esta lenda é contestada por historiadores atuais (Picoito, 2008). Segundo estes, os moçárabes protetores do santuário de São Vicente (grande mártir da Hispânia pré-gótica e pré-islâmica) teriam sido resgatados e instalaram-se em Lisboa. Estes teriam revelado o paradeiro exato aos Lisboetas (e não a D. Afonso Henriques em pessoa), que se fizeram ao mar e desceram a costa vicentina até Sagres – onde se encontrava o túmulo do santo. A transladação do santo tem uma importância central na fase da cristianização de Lisboa.

(que foram diretamente influenciadas pelos moçárabes), estes pareciam preocupar-se mais com a neutralização dos poderes sobrenaturais e destruidores do oceano (em conformidade com a tradição celta).

São Teotónio, o primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, também afastou um monstro marinho e diabólico numa das suas viagens marítimas à Terra Santa. Quando a tragédia parecia inevitável, o santo orou a Deus e o mar acalmou. A mensagem subjacente na hagiografia deste santo é clara: os seres terríveis do oceano só podem ser vencidos por santos. A transformação do maravilhoso aniquilador em expressões oníricas positivas pode ainda ser observada na história da linhagem dos Marinheiros⁷ que relata como Dom Froiã encontrou uma mulher marinha que jazia, dormindo nas margens de um ribeiro que desaguava no mar. O cavaleiro enamorou-se de imediato por tamanha beleza, capturou-a e desposou-a. A união entre um homem e o que a religião cristã considerava um monstro aniquilador, na realidade, o medo do desconhecido e do Outro.

Lembremos, a tal propósito, que os temas marítimos estão presentes de forma positiva na arquitetura românica no norte do país. A representação figurativa da sereia é particularmente importante como um exorcismo contra os perigos do mar. Muitas vezes representada com peixes na mão, a sereia simboliza a fecundidade do meio marítimo.



Sereia, símbolo de fecundidade marítima
Guillaume le Clerc da Normandia, *O Bestiário divino*
Século XIII

Aliás, a presença da sereia como elemento iconográfico em várias igrejas revela uma adaptação cristã das crenças mais antigas pagãs e romanas. A ambiguidade desta figura reflete a dupla perceção do mar. Luís Kruz explica (1983: 272-273): existem dois tipos de sereias, as sereia-pássaro e as sereia-peixe (descritas no primeiro capítulo). A primeira é considerada, no bestiário medieval português, uma força diabólica e tentadora e a segunda é considerada uma força protetora. A mesma simbologia mística perpassa nas páginas de um texto alcobacense do fim do século XIV ou começo do XV, *Horto do Esposo*, um bestiário sobre as “coisas maravilhosas do mundo”. A representação da sereia encontra-se também

⁷ José Mattoso (ed.) (1980) *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências, p. 73.

presente em zonas fortemente influenciadas pelas divindades marinhas romanas como Coimbra ou Braga.

O final da Idade Média testemunha esta metamorfose através da reinserção de símbolos marinhos como o peixe, a embarcação ou a sereia na escultura e na arquitetura. O mar negro e instável começa a ser iluminado pela estabilidade cristã. A navegação torna-se numa atividade benigna que se identifica com as navegações dos santos. A literatura de viagem alimenta, na Europa, a quimera da riqueza: nasce a cobiça pela opulência oriental. O medo do mar, contudo, não desaparece: à medida que a técnica se desenvolve, mudam os cenários de perigo, transforma-se o imaginário.

O oceano como confim do mundo habitável deu asas à imaginação de importantes escritores. Para eles, devido ao aspeto vasto e inumano do mar, parecia impossível que o Homem o conseguisse desbravar. Como referimos, as ilhas eram vistas como terras fabulosas mas apenas para as almas dos mortos, ou como terras de monstros horrendos. Todavia, à medida que o conhecimento do oceano aumentava, o medo ia-se transformando em curiosidade e em sonhos de abundância. Assistimos, deste modo, a uma mutação do imaginário: o temor dos lugares distantes transforma-se em miragem de uma abundância ardentemente desejada. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.”

A ambivalência presente no imaginário português é evidente: por um lado, o cristianismo e a visão rural do mar fazem deste espaço um lugar inumano e monstruoso, por outro, os povos litorais vêem o mar como uma fonte de alimento que, para além disso, contem o ouro branco (o sal). A primeira visão é essencialmente a dos eruditos cristãos e a segunda é tendencialmente mercantil. Estas duas visões interagem, pois se a segunda conceção prevalece desde a aurora da época dos Descobrimentos, a primeira está sempre presente através de representações como, por exemplo, o abismo do mar figurado no Cabo Bojador e, em seguida, no Cabo da Boa Esperança. De igual modo, a forte presença das visões cristãs manifesta-se na vontade de cristianizar o mar e os “selvagens”, bem como nos ex-votos rituais quotidianos dos navios e dos marinheiros.

A influência do imaginário, depois desta metamorfose das mentalidades, contribuiu, em parte, para o início das navegações quatrocentistas. O sonho de fabulosas riquezas em ilhas paradisíacas teve certamente um impacto importante numa população cuja vida era penosa devido à situação climática pouco clemente e à instabilidade social com revoluções, fome e peste. Podemos por isso concluir que o imaginário do mar alimentou também o desejo de evasão.

Se o imaginário marítimo sempre existiu na cultura portuguesa, foi a partir do início da época dos Descobrimentos que se estabeleceu enquanto marco central na memória coletiva da nação. As razões são claras: a Lisboa quinhentista expandia-se rapidamente através do seu porto de onde partiam milhares de portugueses. No entanto não era a única cidade portuária: desde Lagos ao Porto algumas regiões litorais destacaram-se como Tavira, Setúbal e Aveiro. Estas povoações estavam em contacto permanente com navios estrangeiros, permitindo não só o acumular de conhecimentos como também a transmissão de mitos e lendas. Na realidade, à medida que a ciência se desenvolvia, os monstros iam-se transformando em lendas. Mas os perigos continuavam a existir, o que justifica a permanência deste tipo de imaginário.

3. *Mare nostrum* nunca d'antes navegado

“Há sempre um Vasco da Gama num marujo português”

(Amália Rodrigues, “Fado Marujo”)

A época de ouro dos portugueses, desde os primórdios da expansão ultramarina até à queda do império, faz do imaginário do mar, com os seus monstros, tempestades, naufrágios e tesouros, uma realidade vivida – e contada – por muitos. O medo dá lugar ao exagero. O heroísmo patriótico é realçado. À medida que os “mareantes” instruídos na escola de Sagres iam sulcando o Atlântico, desfaziam-se as fantasias do Mar Tenebroso. Os Descobrimientos, ao tornarem-se um empreendimento nacional, verdadeira “epopeia coletiva” (Saraiva, 1993: 138), não só transfiguraram a configuração do mundo, mas também contribuíram para uma evolução sócio-cultural.

A época dos Descobrimientos dividiu-se em dois grandes momentos: o primeiro (de D. João I a D. Manuel I) foi ascendente e heroico, o segundo marcou o declínio da epopeia e culminou com a morte de D. Sebastião. O horizonte da casa lusitana era sem limites e, contrariamente ao resto da Europa, Portugal tinha as suas fronteiras já bem definidas, o que, sem dúvida, contribuiu para a ideia deste povo estar predestinado a grandes feitos. Com a opulência surgiu também a cobiça e a violência. A queda do império era inevitável. Este capítulo expõe muito brevemente alguns feitos portugueses pertinentes para o presente estudo. O objetivo não é glorificar, mas explicar a importância desta época na construção do imaginário português.

A navegação lusa tem por antepassado o povo fenício que, no século X a.C., já viajava por todo o Mediterrâneo. Os fenícios chegaram à Península Ibérica para obter ouro, prata, cobre e estanho. Ao estabelecer relações comerciais duradouras criaram-se feitorias que se

tornaram povoações, origem de algumas cidades marítimas portuguesas como Porto, Lisboa ou Alcácer do Sal. Estes excelentes marinheiros e mercantes transmitiram-nos o princípio dos mapas astronómicos, permitindo navegar de noite orientados a norte pela estrela polar. A arte grega introduziu, no século VII a.C., a ideia de uma construção naval com diferentes objetivos: o navio mercante e o navio de combate. A batalha de Salamina (480 a.C.) entre gregos e persas, considerada geralmente como a primeira batalha naval do Mediterrâneo, demonstra já um bom conhecimento náutico. Posteriormente foram introduzidos os conhecimentos sobre os ventos, permitindo desenhar uma rota.

No início da Idade Média, quando a navegação se limitava a seguir as costas, os vikings destacaram-se pela bravura em enfrentar os mares nórdicos e avançar para além do horizonte. As primeiras cartas náuticas indicando as rotas entre os portos foram transmitidas pelos nórdicos e mais tarde desenvolvidas na Escola de Sagres. Com a bússola, a rosa-dos-ventos e o astrolábio desenharam-se mapas mais corretos em termos de cálculo das distâncias. Foi contudo o leme que produziu a metamorfose essencial da navegação ao permitir, com um sistema de fixação, a manobra da embarcação.

Só a partir do século XII é que a Europa se lança num movimento expansionista devido às Cruzadas e ao crescimento demográfico que gerou um aumento da produção e do consumo. Tal fenómeno implicou um aumento da circulação de materiais, facilitando desta forma as construções náuticas. Em Portugal existem provas anteriores aos Descobrimentos que demonstram uma contínua convivência com o mar através da pesca, dos mercadores moçárabes que atracavam em Lisboa e da pirataria na costa (os normandos atacaram esta zona nos séculos X e XI e os piratas sarracenos nos séculos XI e XII).

Neste mesmo século, os portugueses travaram os dois primeiros confrontos navais da história nacional: a batalha naval para conquistar Lisboa (1147) comandada por D. Fuas Roupinho e a batalha naval do Cabo Espichel (1180) na qual D. Fuas derrota os muçulmanos. A conquista de Lisboa aos mouros foi feita com o auxílio de uma esquadra de cruzados que seguia para a Terra Santa. Desde então, as frotas portuguesas e muçulmanas saqueavam as aldeias do litoral. A frota portuguesa chegou mesmo aos arredores de Sevilha subindo o rio Guadalquivir e destruindo todas as embarcações muçulmanas que cruzava. Em 1180, os mouros lançam um ataque à costa lusitana com o objetivo de capturar D. Fuas. Este, ao ter conhecimento do ataque, reúne os seus homens e os das aldeias próximas e conseguem atacar o inimigo com sucesso. Apesar da vitória, D. Fuas organiza uma frota de nove galés para dar caça ao sarraceno. Travando uma batalha no cabo Espichel, o nobre derrota uma vez mais o inimigo. Como recompensa, D. Fuas recebeu o título de Almirante tornando-se assim no primeiro almirante português. Esta batalha naval é particularmente importante na mudança da mentalidade portuguesa face ao infiel: vencedor na terra e no mar, o povo luso lança-se, a partir desta época, contra a costa norte-africana. Uma força naval permanente é constituída para defender o território a partir de 1312. José António Rodrigues Pereira, capitão-de-mar-e-guerra e professor de História Naval descreve as batalhas marítimas da Idade Média (2009: 51) travadas com as galés (as barcas eram utilizadas nas viagens de descobrimento). A guarnição das embarcações seria constituída “por 5 oficiais, 10 marinheiros, 40 soldados e 150 remadores”. Estes eram, geralmente, pescadores e marinheiros “da vintena do conto”

(cada povoação era obrigada a fornecer ao rei um em cada vinte homens). Devido à dureza do trabalho, os remadores foram posteriormente substituídos pelos escravos e pelos condenados.

Com a conquista do Algarve e a destruição dos seus portos de abrigo, a pirataria árabe diminuiu resultando não só no aumento dos negócios, mas também no repovoamento do litoral. A atividade mercantil amplifica-se a partir do século XII: uma série de documentos atestam a presença de mercadores e de pescadores portugueses no Mar do Norte e em Constantinopla. No século seguinte, um acordo datado de 1274 entre o rei Afonso III e a Ordem de Santiago comprova a importância da pesca na zona de Setúbal.

No século XIV, a convivência com o mar e as tradições a ele ligadas estavam já bem consolidadas. O seguro marítimo foi instituído em 1323. As zonas portuárias fervilhavam de atividades comerciais marítimas e os pescadores transportavam vinho, sal e azeite para portos estrangeiros. A pesca dos séculos XIII e XIV incluía peixe miúdo bem como peixe de maior gabarito como atum, bacalhau e baleia, o que levava os caçadores para bem longe da costa. Por outras palavras, o conhecimento náutico dos pescadores era já bastante desenvolvido nesta altura pois tinham de saber construir embarcações adequadas à caça da baleia, atividade particularmente difícil e arriscada. Sabe-se que, em 1340, o rei D. Afonso IV concedeu a um mercador lisboeta o direito de caçar baleias desde o Minho até à foz do Guadiana por cinco mil libras anuais, um valor importante para a altura que releva a importância da caça (Saraiva: 1993: 140). Os portugueses obtiveram ainda, em 1353, a autorização do rei Eduardo III de Inglaterra para pescar nas costas inglesas.

Porém, o interesse dos reis pelas atividades marítimas não se deve à pesca mas à guerra contra o Islão. Três elementos principais traçaram o destino luso: primeiro, o espírito da guerra santa contra os mouros; em seguida, os negócios; e finalmente, a vantagem de Portugal se encontrar entre o 42º e o 35º de latitude, onde os ventos de oeste enviam os barcos de volta para casa e os ventos alísios, que sopram de nordeste para sudoeste, levam os navios para o Novo Mundo. O papel da Escola de Sagres, construída por volta de 1417, foi central. Aí, foi inventado o astrolábio, permitindo calcular a latitude no mar, e as tabelas de navegação que possibilitam corrigir a altura do sol. Em 1420 o Infante D. Henrique foi nomeado dirigente da Ordem de Cristo que tinha por missão o dever da guerra contra os infiéis. É por esta razão que os navios do Infante, ao princípio da guerra de corso, arvoravam a Cruz de Cristo nas velas. Guerra de corso, pois a atividade marítima quatrocentista era intensa por causa da guerra contra o Islão e devido à contínua ação naval contra os corsários franceses e espanhóis que flagelavam o litoral.

O Infante é uma das personagens chave na emergência do fenómeno dos Descobrimentos. Várias teorias defendem que foi a busca do Preste João da Etiópia que o convenceu a ir além dos mouros por via marítima. Outras teorias propõem, não sem razão, que o estímulo veio do interesse mercantil e do conhecimento da existência de grandes quantidades de ouro na Guiné. Outras, ainda, sublinham a importância do espírito de cruzada.

A conquista de Ceuta, em 1415, é o acontecimento que inicia a época dos Descobrimentos. A primeira fase desta era, dita “henriquina” (até 1460), é marcada pela descoberta e exploração de quatro mil quilómetros de costa africana (até à Serra Leoa). O primeiro marco das navegações atlânticas é a descoberta da ilha de Porto Santo por Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira (c. 1419). No ano seguinte, os mesmos descobridores

chegam à Madeira. Mas esta fase é sobretudo notável pela passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes em 1434. Ultrapassar este obstáculo, com as suas correntes, ventos e penhascos, permitiu desenvolver o conhecimento da geografia física, humana e económica do litoral africano. Todavia a passagem do cabo tardou a ser concretizada. Para o superar, D. Henrique ordenou quinze tentativas: viagens infrutíferas realizadas durante doze anos. Até à passagem do Cabo Bojador utilizavam-se barcas, em seguida, depois de se compreenderem os ventos, a caravela tornou-se a embarcação principal. A razão é a seguinte: a caravela pode navegar à bolina, ou seja, o velame pode ser modificado de maneira a avançar contra o vento. Com o aparecimento da caravela e da nau, Portugal passou a ser o centro da construção naval europeia.

A exploração do Atlântico pelos portugueses é um tanto nebulosa devido ao alto secretismo mantido pelos monarcas. Sabe-se que houve viagens para ocidente, porém ou os navios nunca voltaram, ou os resultados foram mantidos secretos. Se no início as viagens tinham um objetivo descobridor, rapidamente se transformaram em campanhas expansionistas com objetivos comerciais. Notemos que a expansão tinha efeitos positivos para todas as classes sociais: os pobres tinham a possibilidade de emigrar, os clérigos viam a conquista como uma forma de servir Deus, os nobres serviam o rei e recebiam recompensas, e o rei adquiria prestígio a nível internacional. Os pescadores fizeram-se mareantes, ou seja, tornaram-se tripulantes de navios mercantes. O negócio do vinho, do sal e do azeite rendia. A partir de 1441, foram os escravos e o ouro que se tornaram no maior incentivo mercantil. Sabemos que, de 1469 a 1474, o aventureiro e mercador Fernão Gomes arrendou à Coroa o comércio com a Guiné. Durante estes cinco anos, o mareante explorou intensivamente oitocentos quilómetros da costa africana. Quando acabou o contrato, o mercador foi nobilitado e recebeu como brasão de armas um escudo com cabeças de negros enfeitados de brincos de ouro nas orelhas e nos narizes. Começou, nessa época, a construção da feitoria de São Jorge da Mina, entreposto de ouro e de escravos de ignóbil reputação no golfo da Guiné.

Se o mar foi para os portugueses a via para a concretização dos sonhos de uma vida rica, foi também uma funesta rota de morte e de destruição para os africanos. Para um país com pouca mão-de-obra, os africanos tornaram-se numa das mercadorias mais rentáveis. O grandioso mar português foi testemunha do sofrimento infligido a outros povos, quer em África quer na América do Sul. O imaginário marítimo nessas zonas geográficas sofreu, por conseguinte, uma transformação radical. Por exemplo, até ao século XV, o oceano era representado na mitologia ioruba por *Olókum* e na mitologia bantu pelas deusas marítimas *Dandalunda* e *Kianda*, forças criadoras da vida. Porém, com a chegada dos exploradores, o mar passou a representar morte e sangue¹. Este aspeto é ainda pouco analisado na História de Portugal.

Durante o reinado de D. João II, o *Príncipe Perfeito*, as navegações foram claramente orientadas pelo objetivo de superar o Cabo da Boa Esperança. A viagem de Diogo Cão de 1482

¹ Cármen Lúcia Tindó Ribeiro Secco (1997) "Imagens da expansão portuguesa no espelho das letras e mares africanos" in Almir Aquino Corrêa, *Navegantes dos Mares às Letras: Ideário da Navegação na Literatura Portuguesa*. Londrina: Ed. UEL, p. 123, citado por Tatiana Sena (2009) "O velho, o mar e a saudade: literatura, identidade e grandes navegações na memória cultural portuguesa", *Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP*, [http://www.abraplip.org/anais_abraplip/documentos/comunicacoes_orais/tatiana_sena.pdf].

a 1483 tornou-se histórica pela utilização dos primeiros padrões para registar a presença portuguesa nas terras descobertas. Diogo Cão revelou uma imensidão insuspeitada (mil e quinhentos quilómetros) do continente africano no hemisfério sul. Com ele, descobre-se a existência do rei do Congo, com quem se podia negociar, e o rio Zaire.

O reinado de D. Manuel I, *o Venturoso*, marcou a segunda etapa, dita “manuelina”, o auge de fase ascendente dos Descobrimentos. Esta etapa é considerada como a época de ouro pois o reino português obteve o monopólio do Oriente devido à descoberta da rota marítima para a Índia por Vasco da Gama (1497-1499). Em 1500, Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil após uma travessia dramática que ficou histórica, não só pela descoberta deste novo território, mas também porque a armada atingiu, pela primeira vez, quatro continentes numa travessia de seis meses: Europa, América, África e Ásia. Portugal estabelece-se assim como uma potência económica, pois possui o ouro e os escravos de África – que são deportados para o Brasil para cultivar cana-de-açúcar e algodão – bem como as especiarias e sedas do Oriente. Não devemos esquecer, contudo, os feitos de exploração anteriores.

Podemos dizer que desbravar os mares foi, antes de tudo, desbravar os ventos. A descoberta da costa africana, ocidental e oriental, demorou mais de cem anos. A preparação da viagem de Vasco da Gama foi longa e precedida de inúmeras travessias de reconhecimento dos ventos e das correntes que permitiram verificar que as caravelas tinham de se afastar bastante da costa africana para poderem dobrar o Cabo da Boa Esperança. É de salientar que antes de enviar Vasco da Gama, D. João II dedicou anos à exploração de rotas marítimas propícias a tal travessia porque para além do Equador existe um outro regime de ventos. As viagens de Bartolomeu Dias permitiram este conhecimento primordial e foi desta informação que resultou a descoberta da rota marítima para a Índia. Com a “volta do sargaço” no Atlântico Norte e com “a volta do Brasil” no Atlântico Sul, os navegadores tinham quase a certeza de regressar e sabiam que, de Portugal, podiam chegar a todos os oceanos. As Descobertas não foram aventuras ao acaso, muito pelo contrário, demonstram uma tenacidade e racionalidade espantosas. Apesar do medo do mar tenebroso estar presente e ser relatado em tantas obras, não eram estas lendas que entravavam os navegantes, mas sim a falta de conhecimentos de tecnologia naval.



Uma das raras cartas náuticas portuguesas do século XV
Nicolay de Caverio, *Planisfério Náutico*
Génova, anterior a 1506

A passagem dos cabos foi um verdadeiro problema, quer do ponto de vista técnico quer psicológico. Os cabos constituíam problemas reais e eram marcados por uma profunda carga imaginária. A maior dificuldade que os cabos apresentavam não era a passagem em si própria mas o regresso devido às correntes contrárias. Naturalmente, ao vencer cada cabo, o imaginário do desconhecido avançava para a etapa geográfica seguinte. A dobragem do Cabo Bojador constitui um primeiro “momento arquétipo de convivência direta e real com uma das maiores fontes de terror da Idade Média” (Lopes, 1993: 89). O perigo real deste cabo reside no facto de ser um recife que se estende até longe da costa e onde as águas são pouco profundas. Existem certas zonas a vinte e cinco quilómetros de distância da costa com apenas dois metros de profundidade. Os navegadores, ao quererem ter sempre terra à vista, aproximavam-se demasiado embatendo no recife. É de notar, no entanto, que do ponto de vista técnico a dobragem não se averigua difícil pois basta que o navio se afaste da costa. A verdadeira dificuldade residia na resistência mental por causa da incerteza do regresso. Gil Eanes destaca-se não só pelo feito da dobragem, mas também por ter conseguido vencer o medo da queda no abismo do mar que a sua tripulação sentia. Com a passagem do Cabo Bojador, o medo viajou mais para sul, para o Cabo da Boa Esperança que se tornou no recetáculo dos medos anteriores. Aqui o medo tem todo o direito de existir pois ainda hoje é considerado um cabo difícil que constitui um verdadeiro desafio à mestria das técnicas náuticas. Notemos que devido às cruéis manifestações naturais nesta zona geográfica o imaginário tormentoso do desconhecido, mais uma vez, se consolidou através da angústia do vivido. Observa-se, por isso, uma revivência ainda mais intensa do sentimento místico-religioso, o que é natural quando o Homem sofre uma rutura física e psicológica face aos elementos indomáveis. Nesta situação os elementos naturais adquirem uma força simbólica pesada. A morte trágica de Bartolomeu Dias, um dos melhores comandantes da época, comprova a dificuldade da passagem. A mudança do nome de Cabo das Tormentas para Cabo da Boa Esperança é um verdadeiro marco que ilustra a passagem do imaginário medieval para o imaginário renascentista e prometeico.

As grandes riquezas do além-mar começaram a afluir à metrópole nesta fase e grande parte delas foi dedicada à arte. O intercâmbio cultural e económico com os outros países europeus intensificou-se, permitindo um rápido desenvolvimento tecnológico e artístico. O século XV assistiu ao nascimento de uma escola de pintura portuguesa em que se destacam as iluminuras de António de Holanda. A importação de arte flamenga é igualmente notável. Pintura, mas também literatura são profundamente influenciadas pelo sucesso das Descobertas. O primeiro livro foi impresso no país em Chaves no ano de 1489.

A partir de 1500, a Coroa portuguesa ganha outra importância. D. Manuel, Rei de Portugal e dos Algarves, acrescenta ao seu título, nada mais, nada menos do que “Senhor da Conquista, da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Os paços reais mudam-se de Alcáçova para a beira-rio lisboeta e o palácio real principal começa a ser conhecido pelo Paço da Casa da Índia, de onde, segundo consta, saía um aroma de canela e pimenta. São construídos edifícios monumentais num estilo que combina elementos clássicos e góticos, como os Jerónimos, a Torre de Belém, as Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha, bem como imensas pequenas janelas e pórticos graciosos. Em suma, a produção

cultural era elevadíssima. O movimento literário e artístico dos séculos XV e XVI conheceu um nível de produtividade que não mais voltou a ser registado.

O reinado de D. João III marcou o início do declínio económico com o défice do comércio oriental e o abandono das praças no norte de África. Na realidade, os navios portugueses conseguiam impor a supremacia naval, todavia os fortes terrestres eram difíceis de manter. O império desmoronava-se à medida que os custos em material e em vidas aumentavam. O monopólio oriental foi uma desilusão pois as guerras em terra e em mar eram incessantes. O número de baixas era elevadíssimo devido aos massacres de guarnições e aos incêndios de feitorias. A guerra contra os mouros acabou também por desgastar o povo, os emigrantes civis eram vendidos como escravos, os oficiais eram mortos. A morte, inútil, de D. Sebastião em 1578 na batalha de Alcácer-Quibir, um falhanço militar total, concluiu numa nota ingloriosa o que outrora fora um êxito na história da humanidade.

O lado sombrio destes momentos bem-aventurados esconde factos bem menos gloriosos. Por exemplo, a emigração para o ultramar não era nem livre, nem espontânea. Era uma aventura mas acabava mais vezes na morte do que na riqueza. Depois da conquista de Ceuta todos os navios levavam degredados para explorar a costa africana. A primeira lei instituindo esta prática data de 1434 (Ferro, 1996: 179). Angola foi a primeira colónia penitenciária, povoada por delinquentes e por judeus (*Ibid.*: 178). Mais tarde, o Marquês de Pombal enviaria também para lá os jesuítas.

A expansão para a China no século XVI, oficialmente um insucesso mas oficiosamente um êxito em termos económicos, foi agressiva e violenta. Durante esse século, desenvolveu-se no Pacífico um tipo de “epopeia espontânea” (Saraiva, 1993: 165) em que reinava a pirataria. Os marujos fugiam e tornavam-se aventureiros sem escrúpulos em nome do rei. Conquistavam e pilhavam ilhas. Formavam pequenas colónias de mercadores. Houve até um português, Sebastião Gonçalves Tibau, que liderou uma república pirata (Pelúcia, 2010).

Um dos fatores que alimentou as lendas da Índia e a literatura épica foi o secretismo das cartas náuticas. Navegar era ter acesso a riquezas e por isso os mapas permaneciam bem guardados. Imperava a lei do silêncio. A transmissão das informações geográficas e meteorológicas era feita em segredo. A Escola de Sagres era famosa pelo extremo secretismo dos conhecimentos marítimos. Os reis de Portugal monopolizavam o acesso ao conhecimento cartográfico, condenando à morte as pessoas que divulgassem informações sobre as descobertas. Para garantir o segredo, todos os diários de bordo eram confiscados à chegada das caravelas a Lisboa. As viagens não eram documentadas devidamente, ou se o foram terão sido tão bem guardadas que até hoje não há conhecimento da existência de tais documentos. Alguns dizem que o terramoto de Lisboa destruiu a maioria dos registos. O facto de que já nos tempos do Infante D. Henrique se regressava pelo mar alto, ao largo da costa da África, revela ao historiador atento que o mito do mar tenebroso já só vivia nas mentalidades populares. Os “caravelistas” e “doutores” da Escola de Sagres – e certamente o rei e os seus analistas – sabiam bem que o mar, de demoníaco, nada tinha. Mas o segredo provoca murmúrios de incerteza que dão origem a rumores e lendas de imensa riqueza em terras exóticas.

A realidade foi bem diferente. O desenvolvimento tecnológico tardou. Muitos dos marinheiros e capitães que partiram em busca de um sonho, de um paraíso, de mulheres e de terras luxuriantes só encontraram violência, miséria, infortúnio, doença e arrependimento. Portugal pagou o preço forte: lágrimas e sangue. “Compra-se a glória com a desgraça”.

4. Mar salgado, as lágrimas de Portugal

“Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!”

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

As expedições marítimas foram grandes triunfos ou grandes tragédias graças a sonhos, pesquisas e ilusões. Os lugares propícios a fatalidades foram as passagens entre dois oceanos, os cabos, as expedições nos trópicos e as expedições polares. O sonho da passagem pelo nordeste para alcançar a China e a passagem pelo noroeste através do Alasca causaram desastres e inúmeras baixas. A maioria dos navios despedaçou-se contra os icebergs e contra as lajes de gelo derivantes que as correntes arrastam. Outros ficaram imobilizados nos bancos de gelo. Existem vários relatos de marinheiros que avistaram navios abandonados, presos no silencioso e longínquo inferno gelado.

Os exemplos mais famosos a nível internacional de tais desastres foram as expedições de Jean e Sébastien Cabot (fim do século XV) e de Chancellor e Dunforth (1554), que desapareceram ao norte da Rússia. Quanto à passagem pelo noroeste, a expedição de Sir John Franklin, explorador do Ártico, marcou a História ao encalhar por volta de 1846 nas águas geladas. O peso dramático desta história revela-se na sua continuação pois Lady Franklin enviou o comandante Mc Clintock à procura do marido e, efetivamente, o comandante encontrou o navio abandonado e descobriu o último documento escrito pela tripulação. Sir John Franklin tinha falecido com outros vinte e quatro marinheiros em 1847. Os restos mortais da restante tripulação foram encontrados um pouco mais longe.

O descobrimento das terras austrais também se revelou uma aventura perdida. Para os marinheiros, o sul do mundo era povoado por espetros perdidos nas brumas. Aliás, é sob

este mesmo nome, *Brumae*, que se nomeia o mar austral no século XIV. Oronce Finé, um matemático e cartógrafo francês, desenhou um mapa, em 1531, no qual os traços são ainda extremamente vagos. Acreditava-se nessa altura que havia um continente mas mais tarde, em 1772, soube-se que, na realidade, não existe nenhum continente: são apenas regiões cinzentas e hostis, rodeadas de espuma.

O oceano desafia a imaginação. Um navio abandonado no mar, ou uma embarcação sem tripulação, ou ainda um barco cheio de cadáveres, inspira por si mistério e pavor. Todos os navios naufragados possuem o seu enigma. Alguns destes naufrágios tornaram-se lendas como, por exemplo, o do bergantim *Mary Celeste* em 1872. Este veleiro foi encontrado em aparente bom estado entre os Açores e Portugal continental sem os seus ocupantes (o comandante, a esposa, a filha de dois anos e mais sete tripulantes), tendo os botes de salvação desaparecido. O interesse particular desta história é o ter suscitado um impacto mediático forte nos Estados Unidos e na Europa. Diversos artigos foram escritos sobre este mistério o que evidencia o apetite humano pelos factos desconhecidos e pelo absurdo. Tentou-se desta forma encontrar diversas soluções para este enigma: monstros, loucura, motim, piratas e até extraterrestres.

Para além da imagem do navio fantasma há ainda outras representações arrepiantes como a visão de uma caravela em chamas ou o som de uma voz que indica para onde ir ou por onde passar (como na Bíblia ou na *Tempestade* de Shakespeare). O navio em chamas mais famoso é o do Estreito de Northumberland na costa este da América do Norte. “Uma explosão de chamas e um clarão repentino, e sobre as águas uma visão assustadora, a de um imponente navio em chamas que ilumina o céu.”¹

Há que reconhecer que existem situações extremas das quais nem a ciência nem a experiência podem salvar um navio. Muitas vezes o comandante nada podia contra os caprichos do mar. Visto não existirem motores, as embarcações dependiam dos ventos e das correntes. Por exemplo, a bússola revela-se inoperante em certas regiões com um determinado magnetismo, o astrolábio é inútil com tempo encoberto, o quadrante, um círculo de madeira onde estão marcados os graus de latitude e a que está suspenso um fio-de-prumo que deve estar paralelo ao chão, tinha uma precisão aleatória devido ao balanço do navio, as ampulhetas marcavam de forma imprecisa períodos de meia hora, e cordas com nós permitiam avaliar a profundidade do mar. Com tal equipamento a navegação era uma aventura perigosa, mesmo inconsciente. Até à época dos radares, os navios pura e simplesmente desapareciam e nunca mais eram vistos. Poucos foram encontrados e é precisamente por essa razão que se tornaram lendas. Encontramos no imaginário trágico-marítimo a presença dos quatro elementos nas suas formas mais medonhas: o ar transforma-se em vento poderoso e em tempestades, o fogo devora o barco, a terra fenda o casco e a água inunda-o ou, quando gelo, esmaga-o.

Em Portugal, a lista dos infortunados é bastante longa. Se as descobertas eram aventuras arriscadas, o regresso à metrópole era-o ainda mais devido ao transporte de cargas excessivas que ultrapassavam, de longe, as possibilidades das naus. A glória lusa relatada

¹ Tradução livre da letra da música de Lenny Gallant (1988), “Tales of the phantom ship”. “There’s a burst of flame and a flash of light, And there on the tide is a frightening sight, As a tall ship all a flame lights up the sky.”

nas crónicas oficiais, que exaltam os triunfos do império em terras remotas, é desmistificada na Literatura de Viagens, nos relatos de naufrágios e nos valores estatísticos que dispomos atualmente. Sabemos (Vaz, 2005: 27), por exemplo, que na zona dos Açores, mais de uma centena de naufrágios ocorreram só no século XVI. Na Índia, os registos reais confirmam que entre 1629 e 1636 perderam-se cerca de 155 navios. Na Rota de Macau, contabilizam-se 245 naufrágios entre 1601 e 1683. Quanto à Rota do Cabo contam-se 233 afundamentos entre 1497 e 1700 (Ibid: 24).

Para além de milhares de marinheiros incógnitos, Portugal perdeu alguns dos melhores capitães e comandantes da escola de pilotagem. A travessia dramática mais conhecida é, sem dúvida, a de Pedro Álvares Cabral (1500), por nos ser relatada pelo escrivão da armada, Pêro Vaz de Caminha, na sua famosa carta a D. Manuel I. Esta frota era composta por treze navios e cerca de mil e quinhentos homens. Durante esta estranha travessia, o navio comandado por Vasco de Ataíde desaparece misteriosamente e quatro navios afundam no Cabo da Boa Esperança. Um deles era comandado precisamente por Bartolomeu Dias, “o Capitão do Fim”. A primeira armada enviada para as Índias, que marcou o sucesso de Vasco da Gama, foi também uma catástrofe do ponto de vista humano: se a viagem da ida fora arriscada e perigosa, a viagem de volta fora marcada pelo escorbuto. De mais de cento e cinquenta homens, apenas cerca de cinquenta regressam a Lisboa. O irmão do Almirante, Paulo da Gama, fez parte das baixas.

“E foi que, de doença crua e feia,
A mais que eu nunca vi, desampararam
Muitos a vida, e em terra estranha e alheia
Os ossos para sempre sepultaram.
Quem haverá que, sem o ver, o creia,
Que tão disformemente ali lhe incharam
As gengivas na boca, que crescia
A carne e juntamente apodrecia?

Apodrecia c’um fétido e bruto
Cheiro, que o ar vizinho inficionava.
Não tínhamos ali médico astuto,
Cirurgião subtil menos se achava;
Mas qualquer, neste ofício pouco instruto,
Pela carne já podre assim cortava
Como se fora morta, e bem convinha
Pois que morto ficava quem a tinha.

Enfim que, nesta incógnita espessura
Deixámos para sempre os companheiros
Que em tal caminho e em tanta desventura
Foram sempre connosco aventureiros.
Quão fácil é ao corpo a sepultura!
Quaisquer ondas do mar, quaisquer outeiros
Estranhos, assim mesmo como aos nossos,
Receberão de todo o Ilustre os ossos.”

(Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V)

Gaspar Corte Real desaparece na exploração da Terra Nova em 1501 e Miguel Corte Real desaparece no ano seguinte à procura do irmão. Fernando Pessoa dedicou-lhes o poema “Noite” na sua *Mensagem*:

“A nau de um deles tinha-se perdido
No mar indefinido.
O segundo pediu licença ao Rei
De, na fé e na lei
Da descoberta, ir em procura
Do irmão no mar sem fim e na névoa escura.
Tempo foi. Nem primeiro nem segundo
Volveu do fim profundo.”

Outros náufragos célebres são Diogo Cão (desaparecido no rio Zaire por volta de 1484), Nuno Tristão (assassinado com toda a tripulação pelos indígenas quando capturava escravos no rio Gâmbia em 1446), Vicente Sodré (naufragado nas ilhas Curia Muria em 1503), Fernão de Magalhães (assassinado por flechas envenenadas em 1522, nas Filipinas). Como constata amargamente o historiador David Lopes: “... É santa a memória dos homens que além-mar sofreram por bem servir a nação e deve gravar-se nos nossos corações, porque eles criaram o Portugal maior que está na História.” (Lopes, 1989: 85).

A história da pesca do bacalhau – peixe-símbolo de Portugal – é especialmente importante para a cultura nacional devido à natureza desta atividade, embora estes trabalhadores do mar permaneçam consideravelmente invisíveis. Já no século XII existia o comércio deste peixe nos portos bretões e normandos (nessa altura o animal existia em abundância no Canal da Mancha, no Mar do Norte e no Mar Báltico). No século XV, as frotas bacalhoeiras deslocam-se à procura de outras paragens mais a norte: no planalto islandês onde os bascos faziam a caça à baleia. Com a descoberta do Atlântico Norte e a confirmação da existência de cardumes vastos nas águas da Terra Nova, a pesca do bacalhau aí se implantou de forma duradoura provocando o desenvolvimento mercantil desta atividade. Para o comandante Valdemar Aveiro (2006: 29), “esta foi a primeira consequência direta da Grande Epopeia dos Descobrimentos naquela parte do mundo.”

A vida do pescador de bacalhau do século XV e XVI era terrível durante os longos meses na extensíssima costa da Terra Nova. Longe de tudo e de todos eram como que “esquecidos, votados ao mais sombrio abandono” e “a norma verificada era viverem num regime de trabalho, onde a nota dominante era a dureza de uma vida angustiante” (*Ibid.*: 37) com temperaturas que rondavam os 30 graus negativos, ventos sibilantes, escorbuto, tifo e infeções. Notemos que as regras de proteção sanitária das equipagens só foram estabelecidas no século XVIII, uma vez que os técnicos de saúde eram, na maioria, os chamados “cirurgiões-barbeiros” ou curandeiros sem quaisquer conhecimentos médicos.²

A navegação no fim do século XVI regista não só de um aumento dos naufrágios, mas também das baixas, especialmente durante as calmarias no mar alto. A estas mortes devemos acrescentar as provocadas pelos combates incessantes nas colónias e no mar – milhares de combatentes morreram a lutar sob a bandeira portuguesa, o que provocou um aumento das

² Estas condições só mudaram depois da Primeira Guerra Mundial, em 1923, quando um navio pertencente à Armada Portuguesa se transformou num navio-hospital para assistência médica e apoio aos trabalhadores do mar.

despesas com as armadas. Ao invés, a pirataria rendia bastante, as naus mercantes necessitavam de uma maior proteção. Os mares de todos os oceanos estavam infestados de piratas, sendo o Índico um lugar privilegiado. A violência dos confrontos é amplamente exposta por Alexandra Pelúcia. Os historiadores indianos são também categóricos neste aspeto. Para eles, a expansão portuguesa não passou de um “empreendimento de pirataria crua e pura” (Pelúcia, 2010: 17), onde os portugueses se mostraram “grosseiros, sem apreço pela mulher, incapazes de compreender a arte e a cultura e unicamente sensíveis à linguagem da força” (Ferro, 1996: 49). O que interessa aqui realçar é o facto de a vasta maioria da tripulação ser constituída por marinheiros simples e pobres que pouco recebiam e que viviam amarguras quando estavam no mar. Neste contexto é fácil perceber a atracão coletiva pela pirataria, cuja realidade e importância na história de Portugal surpreendentemente só há pouco foi reconhecida e estudada (Pelúcia, 2010). O fascínio pela quimera do ouro transparece na obra de Fernão Mendes Pinto.

“Certo corsário, chamado Similau, contava-lhe coisas prodigiosas de uma ilha, por nome Calempluí, na qual havia dezassete jazigos de imperadores da China, com muito ouro e prata, e tudo tão mal guardado que era só carregar para as naus.” (Ribeiro, 1933: 66).

Os combates e abordagens violentas fazem parte integrante da pirataria portuguesa e, por conseguinte, do imaginário luso.

“Fomos ao rio de Meca
pelejámos e roubámos
e muito risco passámos
à vela, árvore seca.”

(Gil Vicente, *Auto da Índia*)

A violência de um encontro infeliz (com piratas, indígenas ou frotas inimigas) é relatada com relativa frequência. Se bem que exageradas e romanescas, as aventuras do autor da *Peregrinação* ilustram brilhantemente a depredação provocada pela aventura marítima. Existem contudo testemunhos, considerados mais sérios, como o do comandante Martim Afonso de Sousa que descreve o que presenciou após um violento confronto: “era o mar tão vermelho em redor dos navios, assim do sangue dos nossos como dos seus, que era coisa muito medonha de ver”³. Outros testemunhos descrevem o ataque fatal perpetrado por holandeses em 1603 à nau *Santa Catarina*, navio de mil e quatrocentas toneladas e com mais de seiscentas almas a bordo. Dispomos também do relato trágico de Gomes de Brito sobre o naufrágio do capitão Manuel de Sousa Sepúlveda em 1552.

Segundo consta, o galeão partira não obstante o excesso de carga e as velas em mau estado. Durante a viagem, uma tempestade destruiu o mastro, as velas e o leme e o galeão acabou por se quebrar. Num movimento de desespero, a tripulação lançou-se à água tendo-se afogado quarenta portugueses e setenta escravos. Os sobreviventes chegaram por acaso a Moçambique e viram-se obrigados a andar até às praias de Lourenço Marques. Nesta dramática viagem, o grupo foi diminuindo devido à fome e à sede. Muitos deixavam-se cair

³ Citação de Martim Afonso de Sousa em Alexandra Pelúcia *Ibid.*, p. 53.

e ficavam à espera de ser devorados pelos animais. A errância durou três meses. Durante o percurso, conheceram várias tribos e a última que encontraram armou-lhes uma cilada: foram roubados, espancados e levados como escravos. Apenas noventa pessoas conseguiram continuar o trajeto, incluindo o comandante, a esposa e os filhos. Todavia estes não sobreviveram à fome e morreram numa praia. Face a tamanha desgraça, o comandante Sepúlveda acabou por enlouquecer e desapareceu no mato. Só oito portugueses e catorze escravos sobreviveram tendo sido encontrados por outros navegantes portugueses no ano seguinte. Devido à triste sorte de muitos marujos que sucumbiram nestas aventuras loucas a praia de Belém ficou conhecida pela “praia das lágrimas”. Aliás, tendo em conta o nível de perigo e de dificuldade das viagens, muitos não queriam partir.

“O barco vai de saída
Adeus ó cais de Alfama
Que agora vou de partida
Levo-te comigo ó cana verde
Lembra-te de mim ó meu amor
Lembra-te de mim nesta aventura
Para lá da loucura
Para lá do Equador.

Ah mas que ingrata ventura
Bem me posso queixar
Da Pátria a pouca fartura
Cheia de mágoas ai quebra-mar
Com tantos perigos ai minha vida
Com tantos medos e sobressaltos
Que eu já vou aos saltos
Que eu vou de fugida.”⁴

A bordo, para além do escorbuto e do tifo, os longos períodos nas águas calmas eram marcados pela fome, pela sede, pelo sol ou pelo frio e, sobretudo, pelo medo. Referindo novamente Gomes de Brito reiteramos as seguintes palavras do marinheiro Bento Teixeira Pinto que naufragou durante a viagem de regresso do Brasil em 1565:

“E ao derradeiro de Julho, querendo demandar a ilha [de Cabo Verde], nos deu o vento por cima da terra, tão rijo que nos foi forçado fazer nossa viagem por não poder tomar a ilha, indo arriscados a muito perigo. [...] Faltava já neste tempo a água e mantimentos na nau, e padeciam-se muitas necessidades de fome e sede.” (Gomes de Brito, 1736: 14).

As tragédias marítimas marcaram profundamente a imaginação popular. Lembremos, por exemplo, a lenda da Nau Catrineta relativa ao desaparecimento em 1565 do navio Santo António que transportava José Albuquerque Coelho. Almeida Garrett reproduziu esta lenda no seu *Romanceiro e Cancioneiro Geral* (1843):

“Lá vem a Nau Catrineta,
Que tem muito que contar!
Ouvide, agora, senhores,
Uma história de pasmar.

⁴ Fausto (1982) “O Barco vai de saída”, *Por este Rio acima*.

Passava mais de ano e dia,
Que iam na volta do mar.
Já não tinham que comer,
Nem tão pouco que manjar.

Já mataram o seu galo,
Que tinham para cantar.
Já mataram o seu cão,
Que tinham para ladrar.

Já não tinham que comer,
Nem tão pouco que manjar.
Deitaram sola de molho,
Para o outro dia jantar.
Mas a sola era tão rija,
Que a não puderam tragar.”

Os sobreviventes escreviam e contavam bem alto as desventuras vividas e quem não as viveu contava-as baseando-se nas informações fornecidas por testemunhas oculares. A fantasia dos marinheiros é bem conhecida, contudo nunca deixavam de ser relatos mais ou menos fiéis de tragédias onde o sofrimento humano é omnipresente. Estes testemunhos são ainda, numa perspetiva científica, elementos históricos de grande valia para o estudo da epopeia portuguesa.

Para tentar apreender os momentos de pânico de um naufrágio é necessário imaginar as reações dos homens e das mulheres confrontados a esta experiência única e, na maioria das vezes, última. O sentimento de impotência angustiante que se apodera da tripulação está relatado em várias obras. Graças aos testemunhos relatados sabemos quais os sentimentos vividos quando, na vastidão do mar violento sob um céu negro, se eleva uma onda enorme que submerge uma parte do navio. Notemos todavia que uma grande parte dos naufrágios não foi causada pelos elementos mas pela ignorância dos homens ou pelos combates navais. Não dispenho de cartografias do fundo do oceano e com instrumentos de navegação básicos, era fácil, ao seguir a costa, encalhar em bancos de areia ou em recifes de coral. Registam-se também um grande número de naufrágios nos portos porque a chegada, após o cansaço da viagem, requeria bastante empenho.

As atitudes registadas na obra de Gomes de Brito revelam vários aspetos da crença religiosa relativamente às pessoas embarcadas e às suas funções no navio. Se havia padres a bordo, estes, geralmente, levavam os passageiros para os sítios mais abrigados da embarcação para rezarem enquanto os marinheiros se preparavam para um combate incerto. Esta prática produzia uma estranha atmosfera sonora pois a par do estrondo do mar e dos gritos e ordens da tripulação, se ouviam também os cantos, rezas e gritos de socorro dos passageiros, numa cacofonia inimaginável.

A Carreira de Índia era a mais perigosa pois nela se deparava com todas as desgraças: tempestades, passagens de cabos, calmarias, “selvagens” e piratas. As calmarias, quer no Atlântico Norte, quer no Atlântico Sul, eram propícias à propagação de doenças. As calmarias, geralmente na Costa da Guiné, além de desidratarem os humanos, putrificavam os alimentos e as bebidas (a água criava germes e o vinho virava vinagre). Depois da calmaria havia que

enfrentar o frio e a tempestade do Cabo da Boa Esperança cuja dobragem era o auge da viagem. Calcula-se que nos séculos XVI e XVII um em cada cinco navios portugueses tenha naufragado naquela zona (Lopes, 1993: 185). Segundo o testemunho de Henrique Dias relativo à viagem da nau São Paulo (1560), “*de quinhentas e tantas pessoas, que na Nao hião, não ficarão senão só quinze*” (Gomes de Brito, 1736: 364). As dimensões desmesuradas das ondas nesta parte do globo são representadas, na maioria da literatura de viagem, sob a forma de torres ou de montanhas. Uma característica particular do naufrágio é o aspeto demorado: muitas vezes, a luta pela sobrevivência durava desde o cair da noite até à madrugada. E o pior não seria a morte – que é definitiva e só acontece uma vez – mas o pavor contínuo em que a morte é imaginada inúmeras vezes. Os baixios e os recifes constituíam outro grande perigo. O navio encalhava, quebrava-se com a força das ondas e os naufragados ficavam prisioneiros em rochas isoladas no meio do mar.

O reverso da medalha, e talvez uma versão bem mais realista, da suposta glória epopeica portuguesa é cruamente exposta por François Pyrard de Laval nos finais do século XVII (Pyrard, 1679: 184-185):

“Não há gente tão mal aventurada em suas viagens, e que navegam tão mal, e em tão grande desordem, como elles próprios confessam, e não há quem os iguale em desastres no mar. Eu mesmo tenho conhecimento de vinte e cinco embarcações, assim naos como galeões, e outros navios grandes, que saíram em tres annos successivos de Lisboa para Goa, partindo n’um destes annos quatorze, e com elles o Conde da Feira, que hia por Vice-Rei, e morreo na viagem na altura da Costa da Guiné; e nos dous annos seguinte partiram onze navios; mas posso certificar que destes vinte e cinco não voltaram a Portugal mais de quatro; os outros deram à costa, perderam-se, e foram ao fundo na India, fóra tres ou quatro tomados pelos Hollandezes; não fallando nos outros navios da India que em grande numero se perderam cá e lá.

O defeito não está nos navios, que são mui bons, nem nos seus pilotos, que são mui expertos; mas em verdade se pode dizer que como os seus navios são grandes, acham também grandes tormentos; a gente não é para grandes fadigas; e os officiais, excepto os pilotos, não são mui expertos nos seus cargos, porque a maior parte delles, ou para melhor dizer todos, tanto capitães, mestres, contramestres, guardiães, como marinheiros, bombardeiros, e outros tem os seus officios por favor, ou por dinheiro, ou em recompensa de serviços ou perdas passadas; e ás vezes até estes officios são dados ás viúvas, ou filhos dos que morrem nas viagens ou em outras partes em serviço d’El-Rei; e estes taes os vendem depois a quem querem, sem investigar a capacidade ou o merito das pessoas. [...] Mas por cima de tudo isto creio que a principal causa, porque suas viagens são tão desastrosas, é pela grande severidade e crueldade de que usam para com todos aquelles pobres escravos, e outras gentes e nações, que tem sob seu poder e domínio.”

Devido a este tipo de relatos, Fausto canta-nos em 1982:

“Quem conquista sempre rouba,
Quem cobiça nunca dá,
Quem oprime tiraniza,
Naufraga mil vezes,
Bonita, eu sei lá!

Já vou de grilhões nos pés,
Já vou de algemas nas mãos,
De colares ao pescoço,
Perdido e achado,
Vendido em leilão.
Eu já fui mercadoria
Lá na Praça do Moça,
Quase às avé-marias,
Nos abismos do mar.”⁵

As lágrimas de Portugal habitam os mares murmurando saudade. Para os que ficam restam apenas as memórias partilhadas por um povo. E o mar não só engoliu navegadores como também inúmeros pescadores. Deste grupo há poucos registos. Através da imagem emblemática da mulher de xaile negro que frente ao mar chora lágrimas inúteis na esperança vã de um impossível regresso, edificou-se a noção muito portuguesa da saudade. A génese desta palavra, que traduz a mágoa sentida devido à ausência de uma pessoa, está intrinsecamente ligada ao mundo marítimo lusitano. Para Portugal, o mar foi o destino do homem e o sentido da vida.

Concluindo, quer no mar alto quer face ao mar, o carácter de inquietude prevalece. A altura e a força das ondas, bem como as mudanças súbitas dos ventos, alimentaram também o receio de que existissem monstros marinhos que causavam tais fenómenos. O desbravar dos mares foi, igualmente, o desbravar do medo face aos elementos míticos. Se o imaginário do medo do mar durante a Idade Média reflete a angústia face ao desconhecido, com o início dos Descobrimientos, o imaginário medonho é a consequência direta da experiência das ondas gigantes, da força do mar e do facto de se ver o longínquo horizonte em todas as direções. Materializou-se a angústia de estar no meio do nada. Se adicionarmos a esta situação uma tempestade, obtemos todos os ingredientes necessários à inquietude profunda.

“Ando...
Numa viagem perdida,
O navio anda à deriva,
Sozinho.
Não é grande o mal, bem pouco dura;
E quando...
Afundar a minha vida,
Se calhar sou prometida... Do mundo.”⁶

O interesse público pelos relatos de naufrágios era tal que se tornaram num estilo literário. O êxito editorial deste género perdura ainda hoje. Naquela altura, porém, as desgraças eram vividas pelos contemporâneos dos leitores, o que fazia com que as tragédias fossem mais intensamente sentidas pelos que não passaram por tal situação. Se tivermos também em conta o facto de toda a sociedade portuguesa estar intimamente associada à expansão ultramarina, podemos afirmar que a cultura se uniu igualmente aos seus momentos mais trágicos. Daí as lágrimas não serem apenas dos familiares mas de toda a nação. Como diria Amália, tudo isto é o fado português.

⁵ Fausto (1982) “Navegar, navegar”, *Por este Rio Acima*”

⁶ Madreus (1990) “O Navio”, *Existir*.

5. O imaginário marítimo e a memória coletiva portuguesa

“Fosse o meu destino o teu
Ó mar alto sem ter fundo
Viver bem perto do céu
Andar bem longe do mundo...”

(José Afonso, “Mar Alto”)

A imaginação medieval do homem europeu era uma complexa teia de lendas e de mitos inspirados pela conceção do inferno dantesco. O fantástico seduzia o homem. Como referimos no segundo capítulo, o homem medieval tinha pavor face ao oceano e este sentimento refletia-se na fantasmagoria das trevas do Atlântico, do abismo no horizonte e das monstruosidades aquáticas. No entanto esta visão não era partilhada por todos, sobretudo por aqueles que tiravam o seu alimento e rendimento do mar. É certo que naquela altura o oceano representava a morte. Por isso navegar era penetrar nos segredos do mundo. À medida que a Idade Média avança e que as informações sobre o oceano crescem, o medo transforma-se em curiosidade. Aliás, para os povos marítimos, o oceano não é tanto o lugar de morte mas o limite entre o conhecido e o desconhecido (Mattoso: 2009).

A vizinhança do mar contribuiu para a presença de elementos marítimos no lirismo medieval galaico-português. Nas barcarolas fala-se de embarcações e de regiões costeiras. A temática destas cantigas de amigo é marcada pela ausência do ser amado e pela esperança do regresso. Se bem que escritas por homens, as cantigas marcam as desventuras do sujeito poético feminino. A saudade promove um diálogo no qual a amada confia as suas aflições ao mar. O *Cancioneiro Geral* (1516), compilado por Garcia de Resende, contém já temas de carácter popular que confirmam a tendência portuguesa para a melancolia através de alusões à orla marítima. Numa outra compilação, editada por José Joaquim Nunes (1926-1928) figura uma das cantigas de amigo mais célebres, a cantiga às ondas do mar de Vigo de Martim Codax:

“Ondas do mar de Vigo,
se vistes meu amigo!
E ai Deus, se verrá cedo!

Ondas do mar levado,
se vistes meu amado!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amigo,
o por que eu sospiro!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amado,
por que hei gran cuidado!
E ai Deus, se verrá cedo!”

As cantigas de amigo apresentam também uma visão positiva do oceano pois é do mar que, muitas vezes, o amado chega. Numa outra cançoneta, citada por Mattoso (2009: 231), Martim Codax canta já não a saudade e a preocupação com o amado, mas a alegria de se banhar nas ondas. Aqui a simbólica trovadoresca do mar manifesta prazer e alegria corporal.

“Quantas sabemos amar, amigo,
Treides comig’a lo mar de Vigo,
E banhar-nos emos nas ondas.”

À imagem do mar, o amor pode ser perigoso, mas só aqueles que nele se aventuram conhecem os prazeres fecundos. O mar, como o amor, exerce uma atração irresistível. O mar sempre representou no litoral o ganha-pão para os pescadores, o lucro para os mercadores e o símbolo do amor total para os poetas. Apesar das técnicas de navegação rudimentares, o oceano representava um rendimento abundante, o que certamente influenciou no imaginário do povo do litoral.

Durante os Descobrimentos o mundo lusitano tornou-se uma verdadeira epopeia com navegadores, missionários, piratas e aventureiros que reinavam em tronos indígenas. Nesta época, cresceu e consolidou-se o bem-estar, voltou-se a praticar a música e a poesia – artes um pouco esquecidas em Portugal durante quase um século – e desenvolveram-se, por conseguinte, as manifestações artísticas e culturais. D. João II acolhia nos seus paços poetas e artistas e promovia festas mundanas. A produção de poesia aumentou neste ambiente palaciano povoado de nobres, cavaleiros e damas. A sociedade portuguesa, a partir do século XV, tornou-se numa autêntica *comédie humaine*, heroica e prometeica por insuflar a sapiência renascentista. A repercussão da expansão ultramarina sobre a literatura torna-se efetiva neste século e preponderante no século seguinte. A aliança da História e da emoção deram o seu fruto.

Ao invés do místico medieval, o artista renascentista volta-se agora para a vida terrena. O entusiasmo intelectual humanista subverte a cultura mediévia em relação ao transcendentalismo. É realçada a vida social. Gil Vicente, por exemplo, foi mestre na apreciação dos fenómenos humanos e na imitação caricatural das pessoas. Em relação à temática marítima, surgem neste contexto clichés literários como o navegador (do marujo cobarde ao heroico

comandante), as damas (que ficam e traem, geralmente, os maridos), os nobres (inúteis e vaidosos) os padres (missionários ou simples frades), os reis (que vencem gloriosamente)¹.

Os artistas quinhentistas ilustram lindamente esta miríade cultural através de uma sensibilidade riquíssima do social e da recriação do natural. Os reis velam pela produção cultural ordenando traduções e a cultura progride nos mosteiros e nos conventos. Só no século XV – século do nascimento da imprensa – foram publicados cerca de 1904 títulos (Macedo: 1979, 50): livros de doutrina, livros de moral e de Direito canónico, Direito civil, literatura, biografias, hagiografias, orações fúnebres, livros de filosofia e de teologia, de astronomia e de matemática, de medicina, livros relativos às artes e às técnicas e relatórios de viagem.

O mito oceânico do mar tenebroso foi sendo gradualmente derrubado. A realidade sobrepõe-se à fantasia. A historiografia quinhentista provém diretamente dos Descobrimentos. A tomada de consciência da importância dos feitos lusitanos cria os alicerces da poesia épica do século seguinte. Os grandes navegadores, homens de génio e de coragem que desvendam os segredos do Atlântico, são profundamente admirados pelos seus contemporâneos e a literatura não tarda a fixar o perfil destes heróis. Observamos, assim, a passagem do “imaginário do Atlântico ao Atlântico imaginado” (Fonseca, 1993). Por outras palavras, os Descobrimentos ilustram uma união entre o imaginário da tradição e do passado e a técnica moderna. Segundo Paulo Lopes (2006: 182), “os mareantes lusos (e todos os outros europeus) não venceram o medo, antes fizeram algo bem mais ousado: aprenderam a viver com ele, dando origem a uma original coexistência”.

A partir do *Cancioneiro Geral*, a arte poética ultrapassa o trovadorismo medieval e alcança uma desenvoltura na técnica e no vocabulário, acusando o gosto pela estética clássica e pela mitologia greco-latina, alicerces da poesia épica. Garcia de Resende refere, muito sobriamente, no seu prefácio, o início da epopeia marítima portuguesa, mas exprime claramente o voto de, em breve, encontrar aquele que saberá inscrever na memória coletiva os feitos lusos. Foi neste momento, entre as glórias passadas e um presente heroico, que surgiram poetas e escritores como Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro (estes três escritores colaboraram no *Cancioneiro*), Fernão Lopes, Damião de Góis, Luís de Camões, etc. A lista dos grandes autores renascentistas seria extensa, mesmo circunscrita aos melhores.

Foi com *Os Lusíadas* que o elemento marítimo, com os símbolos que evoca, entrou definitivamente no panteão dos emblemas nacionais. Nesta obra aparecem os deuses greco-romanos que representam o mar (Tétis e Oceano, Anfitrite e Neptuno, Nereu e as Nereidas) e emergem novas ninfas: as Tágides (as ninfas do Tejo). Para Camões, o mar é um elemento feminino. Notemos que em latim vulgar, em português arcaico e em algumas línguas românicas o vocábulo “mar” é feminino. O mar, quando associado ao elemento feminino, permite a metáfora da sua conquista pelo elemento masculino. Na simbólica camoniana, o povo lusitano – masculino – desbrava o mar virgem – feminino. Por seu turno o mar, como elemento feminino, envolve e protege os nautas portugueses numa atitude materna. O imaginário insular é também ele evocado no episódio da Ilha dos Amores (Canto IX), lembrando a simbologia da Ilha dos Afortunados. O Gigante Adamastor é, sem dúvida, o

¹ É de salientar que as atividades oceânicas só se refletiram muito tenuemente no teatro de Gil Vicente. Este era mais propenso a expor as fragilidades humanas e os ridículos da sociedade que rodeava os navegantes.

marco imaginário da navegação portuguesa e simboliza a vitória humana sobre a natureza. Para Camões, os portugueses superam a natureza sem a ajuda divina, mostrando-se mestres do seu próprio destino. Porém o preço a pagar é tristeza e morte. Um episódio simbólico na cultura lusa é o da partida das caravelas do Restelo que define a amargura dos que ficam:

“Qual em cabelo: Ó doce e amado esposo,
Sem quem não quis Amor que viver possa,
Porque is aventurar ao mar iroso,
Essa vida que á minha e não vossa?
Como, por um caminho duvidoso,
Vos esquece a afeição tão doce nossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento,
Quereis que com as velas leve o vento?”

(Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV)

Camões eleva os argonautas portugueses ao mundo divino, pois a glória dos feitos lusitanos sublimam os da Antiguidade clássica. Herdeiros da tradição greco-romana, os portugueses são, no discurso camoniano, mais *valerosos* porque foram *assinalados* não pelos deuses do Olimpo, mas pelo Deus cristão – elemento muito importante naquela época (Sena, 2009: 2507).

O imaginário marítimo luso desenvolve-se no ambiente renascentista numa época em que a cultura clássica põe em relevo a posição do homem face à natureza e aos deuses. Este tipo de imaginação, de cariz antropocêntrico, realça e estimula ilusões e criações pagãs, como podemos observar não só na literatura mas também nas construções arquitetónicas manuelinas ou no iluminismo. Outra razão para o estímulo da imaginação renascentista é a passagem da “honra” do cavaleiro medieval para a “glória” das letras². Pode-se, por isso, constatar uma evolução dos valores culturais onde a mitologia conquista a alegoria. Com efeito se a alegoria cristã concretizava conceitos abstratos como a virtude ou os vícios, o regresso à mitologia clássica punha agora em evidência o entusiasmo pela natureza, repovoando os mares com sereias, monstros e deuses.

O crepúsculo dos empreendimentos marítimos é marcado pela morte de D. Sebastião, *o Desejado*, em 1578. Começou então um capítulo trágico da História de Portugal. O reino ficou sem rei. A miséria do povo era grande depois de dois séculos de sangria. Muitos acreditaram que o rei ainda vivia e que um dia regressaria, já que ninguém o vira morrer. Nasceu, portanto, uma superstição coletiva no possível regresso do jovem monarca. Com o desaparecimento de D. Sebastião, o país caiu nas mãos dos espanhóis e os portugueses entraram numa fase de depressão política e moral. Neste contexto, o sebastianismo fortalecia os ânimos e gerava a esperança na vinda de um rei forte, o Duque de Bragança, que libertasse o país do domínio estrangeiro. O sebastianismo, como fenómeno social, é revelador a vários níveis. Por um lado, a morte incerta acalmou a indignação popular, pois criou o sentimento de haver sempre uma esperança. Por outro lado, verificamos que o carácter nacional do sebastianismo permitiu que em épocas de sofrimento o povo acreditasse que alguém sairia do nevoeiro para o salvar. É, aliás, um lugar-comum na linguagem portuguesa fazer referência

² Este aspeto é realçado por Silvério Augusto Benedito na sua introdução a Sá de Miranda, *Poesia e Teatro* (2005), p. 23.

ao “rei que há-de voltar numa manhã de nevoeiro”. O messianismo salvador ganhou relevo nas profecias de Bandarra. Mas foi António Vieira que melhor incarnou o protesto coletivo.

O regresso ao sebastianismo é observável também no século XIX, pois se o mar dava uma possibilidade de fuga ao povo, também a deu à família real num momento crucial da história portuguesa: quando a casa real fugiu para o Brasil durante a invasão napoleónica. Um folheto dessa altura (1815) explica que D. Sebastião teria fugido de Alcácer-Quibir e procurado refúgio na Ilha Encoberta ou de São Brandão (Nascimento: 1998: 64-65).

Como verificámos através do excerto precedente de *Os Lusíadas*, o português sente-se abandonado por quem parte e vive na vã esperança de um impossível regresso: “...Da ilha encoberta onde está el-rei D. Sebastião, que não morreu e que há-de vir um dia de névoa muito cerrada... Que ele não morreu...” (Garrett, 1843: 55). Para os românticos, o sebastianismo não é propriamente a crença no regresso impossível do rei mas a esperança de uma segunda renascença portuguesa, de uma ressurreição da pátria, depois de séculos de decadência. Garrett, como mais tarde Pessoa no século XX, sentiu a necessidade de salvaguardar na memória coletiva a lembrança do passado glorioso para não desesperar de um futuro incerto. O destino de Portugal é a busca eterna de si mesmo. “Ser português no universo da pátria simbólica é ser um daqueles que espera pelo despertar de D. Sebastião – o histórico e o metafísico.” (Franclin, 2009: 16). É essa a essência da percepção mítica de Portugal. Este movimento místico-secular está ainda presente na *Mensagem* de Fernando Pessoa, “Nevoeiro”:

“Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...”

Notemos que o messianismo, como expressão da vontade de Deus, está inscrito na história e na cultura portuguesas desde a independência do condado portugalense. O milagre contínuo desde a resistência aos espanhóis até ao descobrimento do mundo produziu o sentimento profundo de “fragilidade nacional” (Lourenço, 1999: 12) nos discursos místicos. Esta relação com o deus cristão – inscrita desde Ourique, onde Cristo se revela a D. Afonso Henriques, até ao milagre de Fátima – subdetermina o fio condutor do imaginário lusitano. Portanto, na perspetiva mitológica e no contexto sagrado, transparece a noção de “destino português” (*Ibid.*, 13), noção ainda realçada no salazarismo com a utilização do simbólico da saudade, do sebastianismo e do Oriente³.

Gilbert Durand, com o seu interesse particular pelo imaginário luso⁴, ilustra as cristalizações do mito português na lenda e na arte e propõe preciosas orientações para uma sociologia do imaginário nacional. Com ele, aprendemos a abordar a saga dos Descobrimentos sob o perímetro do imaginário, como um forro lendário da história do país que se une ao maravilhoso europeu. As descobertas, o heroísmo, o guerreiro/santo, os milagres, o eternamente esperado regresso do rei perdido, são *mitemas*⁵ cuja importância para a identi-

³ Veja-se, neste sentido, Moisés de Lemos Martins (1996) *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento.

⁴ Gilbert Durand (2008) *Portugal: Tesouro Oculto da Europa*. Lisboa: Ésquilo.

⁵ Os “mitemas” são, para Durand, as narrativas subjacentes à produção cultural (literária, obras de arte ou artefactos). Estas “pequenas unidades significativas da narrativa” (2008: 66), que estruturam o mito, são contadas e recontadas e, por isso, perduram no tempo e inserem-se como expressões figurativas na inconsciência.

dade portuguesa é indiscutível. Uma análise, mesmo breve, do imaginário marítimo do país, permite-nos ver “claramente visto” a convivência do povo luso com a epopeia mítica helénica e com a lenda arturiana céltico-cristã.

O fabuloso cavaleiresco está intrinsecamente ligado às conquistas e oferece a possibilidade de uma “*mitoanálise* da alma portuguesa” (Durand, 2008: 20) sendo possível distinguir, numa primeira fase, certos mitos universais que acompanham a história de Portugal numa persistente redundância. Numa segunda fase, é também possível apreender as preferências narrativas que constroem a identidade sociocultural. A mitoanálise é, para o antropólogo, a ordenação e análise dos mitemas dominantes que dão sentido ao mito. Estes “nódulos significativos” (*Ibid.*: 39) representam uma sociedade ou uma época.

Durand propõe, no seu livro sobre o imaginário medieval português, uma divisão do *corpus* lendário cavaleiresco em cinco grandes mitemas: “o monstro e o santo combate”, “o mensageiro do absolutamente diferente”, “a peregrinação”, “o gémeo e a alma irmã” e “o vigilante escondido”. O mitema da luta do santo contra o monstro é edificado sobre os alicerces da filosofia dualista, da luta do bem contra o mal. Se os primeiros inimigos dos santos cavaleiros foram os dragões, os segundos foram os mouros. O segundo mitema faz referência aos fundadores que vêm de algures exteriores à pátria, como por exemplo São Vicente. No mitema da peregrinação transparece a ideia de uma errância em que a aventura do cavaleiro se confunde com a peregrinação religiosa. O tema mitológico da alma gémea do herói refere-se à princesa libertadora, sujeito e objeto de um amor impossível. Em Portugal, a lenda especialmente estruturada por este mitema é a dos amores de D. Pedro e Dona Inês. Por fim, o quinto mitema está diretamente ligado à ideia do rei oculto, adormecido. Encontramos o mesmo encadeamento de representações nas lendas e nas hagiografias.

Adicionado ao mito cavaleiresco e ao espírito de cruzada, Durand analisa no contexto nacional o “mitema do rei escondido” e o “mitema da reconquista do túmulo vazio” em particular. O “rei escondido”, a história de D. Sebastião, evoca a lenda do rei Artur que mortalmente ferido fora levado para a ilha de *Avalon* aos cuidados de *Morgana*. O imaginário do “rei escondido” está ainda presente na lenda do Preste João, tão importante nas conquistas portuguesas. Este mitema converge com o mito do eterno retorno (analisado originalmente por Mircea Eliade em 1949) no sentido em que a História se repete e, por isso, ressurgem os mesmos arquétipos do imaginário. O mitema da “reconquista do túmulo vazio” faz alusão não só ao túmulo de Jesus, mas também ao mito do Graal. A demanda do reino do Preste João assemelha-se assim à busca do Graal, uma demanda impossível. Este grupo de mitos formam, ensina-nos Durand, o grande mito da Idade de Ouro no qual há sempre uma realeza passada e perdida, um rei escondido no paraíso terrestre (ou Ilhas Afortunadas) e um regresso. Notemos que os mitemas do “rei escondido” (Preste João) e das “Ilhas Afortunadas” são predominantes no imaginário português renascentista e a estes se vem adicionar, mais tarde, a morte de D. Sebastião, concretizando o mito da Idade de Ouro. A *Mensagem* de Fernando Pessoa está impregnada deste imaginário, sobretudo do da saudade do passado (mito do eterno retorno) e da esperança no regresso (mitema do rei escondido). Esta permanente convergência de circunstâncias lendárias e históricas é particularmente importante na memória coletiva e na construção cultural da identidade portuguesa.

“A unidade das obras lusitanas, aliada à longa perenidade nacional, arrasta os acontecimentos para o reino da lenda, onde envelhecem como um bom vinho no fundo das caves do tempo. Graças a este ‘privilégio’, a história e todas as suas probabilidades fecundam-se no Portugal dos mitos imemoriais.” (Durand, 2008: 135)

Desde os finais do século XVI, é possível, todavia, constatar uma certa desmistificação do cavaleiresco heroico. Um exemplo é a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. O mar é desde o início desta obra uma saída, uma evasão. Contrariamente ao elogio dos Descobrimentos, o autor fala dele próprio como “o pobre de mim”. Esta atitude do “pobre de mim” continua ainda hoje presente na mentalidade portuguesa como se pode observar no seguinte poema:

“Toda a vida num mar azul
E praias de areia branca
Que meus olhos veem morrer
Numa espuma sem cor

Foi toda a minha alma
Foi toda a fantasia...
Hoje é só saudade
Duma vida que não vivia.”⁶

Como Eduardo Lourenço constata (Lourenço, 1999), Portugal afogou-se em si mesmo e tem saudades de si próprio como um velho marinheiro. A identidade imaginária portuguesa – relegada a um passado mítico – pode resumir-se à ausência de si próprio numa angústia protegida por um xaile negro.

“Nesta saudade sem fim
Choro saudades de mim
Sou mulher mas fui pequena.

Também brinquei e corri
Mas quem sabe se sofri
Se é de mim que tenho pena”⁷

O uso poético da palavra “saudade”, de tradição literária tenaz, é um excelente exemplo da perenidade das imagens marítimas na memória e consciência coletivas do povo português. O “mito da saudade” (Lourenço) acompanha o imaginário do mar numa constante “ressignificação” das representações. A primeira expressão de saudade apareceu com as cantigas de amigo, daí Eduardo Lourenço considerar que “antes de ser pensada, a saudade foi cantada” (1999: 92). Amigo ausente e ondas do mar são os termos da equação que resulta neste sentimento que parece ser “modulado pelo ritmo universal do mar” (*Ibid.*). Podemos mesmo afirmar que a alma portuguesa se revela na palavra-chave “saudade”. A sua essência é a musa por excelência da poesia nacional. A “saudade pensada” é usada pela primeira vez no *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte, o *Eloquente*. A ambiguidade e a intangibilidade do conceito aparecem, por conseguinte, no despontar do século XV: para o Rei-Filósofo este sentimento tanto pode ser fonte de prazer como de tristeza.

⁶ Fernando Correia Campos (2010) *Poemas, Poentes, Mar, Saudade*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 40.

⁷ Vaz Fernandes/Frederico Valério (1956) “*A minha canção é saudade*” (cantada por Amália Rodrigues).

Uma das primeiras composições poéticas sobre o tema-mito foi composta por Bernardim Ribeiro na sua obra *Menina e Moça*. Esta novela sentimental descreve a vida da “menina e moça” que se oculta numa serra. Uma angústia profunda erra na sua alma devido à saudade do namorado ausente. Toda a obra resplandece de alusões à amargura causada por tal perda. Cabe porém a D. Francisco Manuel de Melo um dos mais felizes sentidos do conceito⁸:

“Floresce entre os portugueses a saudade por duas causas, mais certas em nós que em outra gente do mundo; porque de ambas essas causas tem seu princípio. Amor e ausência são os pays da saudade; e como nosso natural he, entre as mais nações, conhecido por amoroso, e nossas dilatadas viagens ocasionão as maiores ausências; de ahi vem, que donde se acha muito amor e ausência larga, as saudades sejam mais certas, e esta foy sem falta a razão porque entre nós habitassem, como em seu natural centro [...]. He a saudade huma mimosa paixão da alma, e por isso tão sutil, que equivocamente se experimenta, deixando-nos indistinta a dor da satisfação. He hum mal que se esgota e hum bem que se padece.”

Mas se a saudade foi erigida em mito nacional no Renascimento, é ao Romantismo que devemos a imagem sublime e sublimada de tal sentimento. O capítulo intitulado “Saudade” em *Eurico, o Presbítero* (1844) de Alexandre Herculano é um clássico de excepcional relevo pela sua beleza solene.

“É assim que eu te vejo em meus sonhos de noites de atroz saudade: mas, em sonhos, ou desenhada no vapor do crepúsculo, tu não és para mim mais do que uma imagem celestial; uma recordação indecifrável; um consolo e ao mesmo tempo um martírio.”

A saudade é um sentimento que bem se coaduna com o estilo romântico dominado pela melancolia. A dor e a angústia, o sofrimento infundável, o sombrio e a lua, todos estes aspetos característicos do romantismo se integram perfeitamente no tema da saudade. O sensível parece acolher de braços abertos as lágrimas de saudades. A presença deste sentimento na literatura portuguesa foi já bastante analisado e não é objeto do presente estudo fazer um resumo deste tópico que nos afastaria do nosso tema central. Notemos porém, já no período saudosista, o elo entre o mar e a saudade inscrito no “Marinheiro” de Fernando Pessoa (1913) pela sua expressão de ambiguidade total: o ter saudades daquilo que nunca se passou. “Só o mar das outras terras é que é belo. Aquele que nós vemos dá-nos sempre saudades daquele que não veremos nunca” (Pessoa: 1986, volume III: 10). Neste drama estático, o sentir confunde-se com o pensar, confusão tão típica do desassossego pessoano, numa busca de um Eu através do sonho. Este Eu sonhado é um marinheiro apenas existente no sonho de uma veladora que “conhece palavras que as sereias lhe ensinaram” (*Ibid.*: 16). O marujo imaginado naufragou numa ilha longínqua e as saudades da pátria fizeram-no imaginar um outro Eu, numa outra pátria, levando-se a esquecer por completo a sua vida passada. A veladora e o marinheiro transformam-se num só e existem apenas na história que ela conta às suas companheiras enquanto velam um morto. A simbologia transcendental do mar/morte/memória são temas-chave deste drama expondo a fatal ambiguidade do

⁸ D. Francisco Manuel de Melo, «Descobrimto da Ilha da Madeira. Anno 1420. Epanaphora amorosa terceira», *Epanáforas de vária história portuguesa*, 3^a. ed., revista e anotada por Edgar Prestage, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 224.

existir. Toda a simbologia pessoana reflete o desengano existencial. O mar é, neste sentido, uma via de escape do real na busca do Eu profundo e uma porta aberta para o sonho, para um mistério mergulhado no vago e no místico. Resumindo, a nostalgia de um impossível, pura essência da saudade – e do saudosismo –, é a “esperança desesperada” (Durand, 2008: 27), cujo primeiro episódio da História de Portugal é o amor impossível de Dona Inês e D. Pedro e o auge é o desaparecimento de D. Sebastião.

Um poema exemplar dos ideais patrióticos que moviam os intelectuais saudosistas e que faz alusão à orla marítima é “O poeta e a nau” de Augusto Casimiro, publicado na revista *A Águia* em 1912.

“Vai errante, no Mar, uma nau sem governo...
O oceano é chão, o céu azul fundindo em aço...
As velas mortas... Nem sequer vento galerno
As vem inchar para dormir no seu regaço!...

Sobre o antigo convés pesa um velho cansaço,
E ou destino fatal ou maldição do inferno,
O mastro grande em vão aponta para o espaço...
– Sobre as ondas a nau é um cárcere eterno!

Dominando em redor, lá na gávea mais alta,
Um marujo, a cantar, fala do Além, e exalta
Um passado esplendor sobre a nau sepulcral...

“Porque o vento há-de vir aninhar-se nas velas!”
“Porque a nau voará, – tocará nas estrelas!...”
– O marujo é Poeta – e a nau... Portugal!”

Evoquemos também a belíssima análise que faz Bachelard da “imaginação dinâmica” ligada às “águas violentas”. As expressões artísticas relativas ao mar descrevem bravura e coragem, saudade e sofrimento, o poder dos homens face à cólera dos oceanos, os sonhos que se tornam realidade ou que, pelo contrário, se transformam em pesadelos e a nostalgia da grandiosidade do passado. Tudo isto são aspetos marcantes da cultura portuguesa que ainda hoje perduram na consciência coletiva. A imagem do Infante D. Henrique observando o horizonte é profundamente reveladora da constituição do imaginário marítimo luso. Seguindo o encadeamento de imagens proposto por Bachelard (1942: 190), o navegador imagina dinamicamente a sua próxima viagem (se bem que, tanto quanto se saiba, o Infante nunca tenha viajado nos oceanos) e sente orgulho quando sonha com as próximas façanhas. O seu pensamento é uma “provocação imaginada”⁹ porque provoca o mar e o destino. É este o “feito sonhado pela vontade que é cantado pelos poetas das águas violentas”. Por isso, as águas do Atlântico inspiram um esquema imaginativo de coragem. Esta associação de símbolos está claramente inscrita no Padrão dos Descobrimentos em Lisboa. Augusto Casimiro revela-se um autêntico “poeta das águas violentas” no seu poema “A primeira nau”¹⁰:

“E ao longe, ao longe passa
Como um fantasma de epopeia e bruma,
Uma nau, velas feitas à ventura...

⁹ “Une provocation imagée”.

¹⁰ Augusto Casimiro (1912) “A primeira nau”, *A Águia*, p.125.

– É a primeira que parte, –
Curiosa a sulcar um caminho de espuma,
Noiva do Mar rojando o véu de névea alvura.

– É a primeira que parte, –
- Idade nova, a dilatar o Mundo,
Curiosa do Além, sonhadora insaciável,
A dar-se ao Mar, a dar-se à treva do Mar fundo...

Na proa, a flamejar, coração vagabundo,
Um braço avança num arranque indominável,
Uma ânsia infinita e ardente a apontar!...
E as ondas abrem o regaço espumejante,
E a nau avança pelo Mar adiante,
– Vitória alada percorrendo todo o Mar!..."

A vontade de controlar o mar é um desejo infantil. Como os navegadores, a criança, na praia, enfrenta o poder do mar: corre atrás das ondas, afugentando-as, e foge à frente delas, zombando-as. Sonha que comanda o oceano e imagina que vence as vagas.

“O destino da vontade de Poder é, na realidade, sonhar o Poder para além do poder genuíno. Sem esta dimensão de sonho, o desejo de poder permaneceria impotente. É através desses sonhos que o desejo de poder se torna mais agressivo. Assim, aquele que deseja ser um super-homem tem, naturalmente, os mesmos sonhos de uma criança que deseja ser um adulto. Dominar o mar é um sonho sobre-humano: é, simultaneamente, uma vontade genial e um desejo infantil.” (Bachelard: 202).¹¹

O mar inspira um imaginário dinâmico, ou seja, “a imaginação de um movimento corajoso” (*Ibid.*: 190). E a um medo ultrapassado corresponde sempre um grande orgulho. Mais do que ninguém, o navegador pode dizer face ao mar: o mundo é a minha vontade. A coragem humana tem de se medir com o poder da natureza. Seguindo este raciocínio, o Homem, consciente da sua força sobre-humana, eleva-se ao nível de Posídon: enfrenta e vence. A conclusão é clara: tão presente como o tema da saudade no imaginário português é o sentimento de uma grandiosidade passada e a imaginação dinâmica da coragem. A confrontação com os elementos eleva o Homem a um patamar superior. Estes aspetos alimentam as poesias épicas sobre viagens no mar.

Notemos que o saudosismo e o sebastianismo são fortemente criticados por alguns intelectuais. Um dos principais exemplos é o “Ultimato futurista às gerações portuguesas do século XX” de Almada Negreiros, no qual ele ridiculiza, entre outras coisas, a tendência melancólica da raça lusa.

As expressões do subjetivismo lírico das almas atlânticas não relatam, todavia, somente exaltação e nostalgia do passado. Outros temas recorrentes são o êxtase arrebatada que valoriza a beleza do elemento marinho, a contemplação do ritmo e do som das

¹¹ “Le destin de la volonté de puissance est, en effet, de rêver la puissance au-delà du pouvoir effectif. Sans cette frange de rêve, la volonté de puissance serait impuissante. C’est par ces rêves que la volonté de puissance est la plus offensive. Dès lors, celui qui veut être un surhomme retrouve tout naturellement les mêmes rêves que l’enfant qui voudrait être un homme. Commander à la mer est un rêve surhumain. C’est à la fois une volonté de génie et une volonté d’enfant.”

ondas, como se as vagas dançassem apenas para aquele que as aprecia. Estes elementos da (in)consciência coletiva formam o arquétipo marítimo que envolve comportamentos e formas de vida.

“Onda que, enrolada, tornas,
Pequena, ao mar que te trouxe
E ao recuar te transtornas
Como se o mar nada fosse.

Por que é que levas contigo
Só a tua cessação,
E, ao voltar ao mar antigo,
Não levas meu coração?”

(Fernando Pessoa, “Fresta”)

Sophia de Mello Breyner Andresen exprime também este sentimento de que o mar vive e dança só para ela:

“As ondas quebravam uma a uma
Eu estava só com a areia e com a espuma
Do mar que cantava só para mim.”

(Sophia de Mello Breyner Andresen, 2008: 27)

A poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen merece alguma atenção devido à simbologia que o mar adquire na sua obra. O mar é uma representação líquida da identidade portuguesa. Se para alguns o mar reflete o poder do império, para a poetisa converte-se em matéria-prima estética. A poesia desta autora é líquida “porque incorporada na fluidez da memória”¹² desde a Grécia Antiga até às colinas de Lisboa. Nela o mar é um espaço sagrado, fonte de um imaginário deslumbrado que funciona como um catalisador da existência e o leitor sente o mar-memória sem a angústia da morte. Sendo lugar de criação e de extinção, o mar desperta o sentimento transcendental do renascer. O mar é memória uterina, essência da sua profundidade.

“Um dia serei eu o mar e a areia,
A tudo quanto existe me hei-de unir,
E o meu sangue arrasta em cada veia
Esse abraço que um dia se há-de abrir.”

(Sophia de Mello Breyner Andresen, “Em todos os jardins”)

Nos anos oitenta do século XX, assistiu-se em Portugal a uma reemergência do tema das grandes navegações na cantiga popular (Vitorino, Fausto, José Afonso), abordando os temas-chave de predileção: a pirataria, os abismos oceânicos e a queda do império. O eterno retorno é proporcionado pelo mar cíclico da saudade.

¹² Maria Teresa Ferreira, “Sophia de Mello Breyner. Figurações do princípio: de ‘Igrina’ a ‘Ítaca’” (GIL: 2007, 124).

“Perguntei ao vento
 Onde foi encontrar
 Mago sopro encanto
 Nau da vela em cruz
 Foi nas ondas do mar
 Do mundo inteiro
 Terras da perdição
 Parco império mil almas
 Por pau de canela e mazagão.”¹³

Em termos literários, esta década vê igualmente um aumento da publicação de romances ligados ao tema marítimo renascentista como *As Naus* de António Lobo Antunes (1988) ou *A Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge (1988). O primeiro desmitifica a época dos Descobrimentos e põe em evidência a derrocada de um império ao relatar o drama dos retornados. No segundo, a ação decorre em Moçambique no fim da guerra colonial. Todo o livro está impregnado de um profundo antimilitarismo e de um humanismo sensível e colorido. Notemos o facto de os artistas dos anos oitenta serem pessoas que viveram a ditadura e a censura. Os seus escritos refletem um projeto de emancipação aberto à plenitude da modernidade apenas possível depois do 25 de Abril. José Mário Branco exprime esta vontade de renascer:

“E se inventássemos o mar de volta, e se inventássemos partir, para regressar. Partir e aí nessa viagem ressuscitar da morte às arrecuas que me deste. Partida para ganhar, partida de acordar, abrir os olhos, numa ânsia coletiva de tudo fecundar, terra, mar, mãe... Lembrar como o mar nos ensinava a sonhar alto, lembrar nota a nota o canto das sereias [...] Assim te quero cantar, mar antigo a que regresso. Neste cais está arrimado o barco sonho em que voltei. Neste cais eu encontrei a margem do outro lado, Grândola Vila Morena. Diz lá, valeu a pena a travessia? Valeu pois.”¹⁴

O romance histórico português, a partir da primeira década de 2000, é também rico em alusões à temática do mar, dedicando-se especificamente à época dos Descobrimentos. Alguns exemplos são *O Regresso de D. Sebastião* de Maria Moura Botto (2000), *Novas do Achamento do Inferno* de Fernando José Rodrigues (2001), *O Prisioneiro da Torre Velha* de Fernando Campos (2003), *Memórias de Branca Dias* de Miguel Real (2003) ou *O Navegador da Passagem* de Deana Barroqueiro (2008).

O aumento na produção e nas vendas não é um acaso, tendo em conta a situação socioeconómica atual. Neste tipo de literatura o passado torna-se presente através de personagens reais ou fictícias. A legitimação histórica nacional é posta em evidência numa época de desorientação social, tendo os romances uma relação à crítica do social. O romance histórico português, ao narrar histórias da época dos empreendimentos marítimos, descreve um passado que é, simultaneamente, referente ao presente. Por exemplo, em *O Prisioneiro da Torre Velha*, o autor reconstitui o destino de D. Francisco de Melo, cujo julgamento é posto em causa devido a juízes corruptos, o que não está totalmente desligado do escândalo

¹³ Vitorino (1983) “Queda do Império”, *Flor de la Mar*.

¹⁴ José Mário Branco (1982), excerto de “FMI”.

mediático do processo da Casa Pia¹⁵. Miguel Real, em *Memórias de Branca Dias*, questiona o colonialismo e as consequências do poder da Igreja. Trata-se de um romance que acompanha as preocupações contemporâneas sobre o imperialismo e a contribuição do cristianismo para o desaparecimento de certas religiões. *Novas do Achamento do Inferno* narra a viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia de uma forma imaginária, mas com um referente real dando poderes encantatórios a personagens históricas reais.

Neste tipo de literatura transparecem certas oposições de interesse atual como o passado e o presente, o Eu e o Outro, ou ainda a vitória e o insucesso das conquistas. Abordando preocupações étnicas e multiculturais, os temas enquadram-se perfeitamente na era da globalização. O sucesso deste estilo literário relativo à época dos Descobrimentos faz ressurgir velhas lendas e mitos profundamente enraizados na alma lusitana. Trata-se de um “reencantamento do mundo” (Maffesoli), o que é algo necessário num contexto de “crise” global e de desencanto existencial. No entanto, o mar em si próprio perde um pouco do seu valor simbólico. A valorização figurativa nestes romances situa-se mais numa “poética das navegações”¹⁶ do que no mar propriamente dito. A mutação de interesse nos diferentes arquétipos da constelação do imaginário marítimo justifica-se pela adaptação constante do Homem ao seu tempo, inspiração proveniente dos acontecimentos histórico-sociais de cada época. No fundo, são as coordenadas temporais que mudam e não as do espaço imaginário.

Um romance que merece também ser mencionado que inclui quase toda a constelação de imagens aquáticas é *O Navegador da Passagem* de Deana Barroqueiro (2008). Nesta obra, o imaginário do mar é explorado de uma forma vivida na primeira pessoa, com os seus nevoeiros repentinos, a fé cristã, a crença na existência da Ilha das Sete Cidades, os tesouros e as especiarias, o medo do abismo do mar, a descoberta de terras desconhecidas e os inexplicáveis desaparecimentos. O protagonista, Bartolomeu Dias, é um personagem real e simultaneamente figura lendária que ilustra a imagem do herói cavaleiresco: honesto, corajoso, modesto, solitário, perdido em romances impossíveis. O comandante reveste os traços de um D. Quixote navegador. O romance apresenta ainda um olhar crítico atual mas de forma contemporânea ao protagonista (Bartolomeu Dias não considera as escravas como seres inferiores) revelando uma evolução na mentalidade portuguesa em relação à importância da história da escravatura. O livro lança um olhar crítico sobre aqueles que eram obrigados a partir, como os judeus, os renegados e os criminosos, e destaca o facto de terem sido eles quem povoaram lugares inóspitos como São Tomé e Príncipe. O romance é também uma reflexão sobre o encontro do Outro e de si mesmo.

Relativamente aos rituais culturais, a presença do imaginário do mar é ainda confirmada nas festas das cidades, vilas e aldeias ribeirinhas e nas estátuas de pescadores e de peixeiras como, por exemplo, em Buarcos no concelho da Figueira da Foz. Aliás, a canção intitulada “Figueira da Foz”, escrita por Nóbrega de Sousa e popularizada pela voz de Maria Clara, descreve as finas areias desta cidade como um “berço de sereias procurando abrigo”. Similarmente, a letra do hino da cidade, “A marcha do vapor”, escrita por António Pereira Correia, faz alusão à imagética marítima:

¹⁵ Esta ideia foi afirmada pelo próprio autor numa entrevista “O livro não é um recado, mas uma reflexão sobre o ato de justiça”. A questão é analisada em detalhe por Clara Vitorino “O quotidiano do alto-mar” in Isabel Capelo Gil (coord.) (2007) *Poéticas de Navegação*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 51.

¹⁶ Termo utilizado originalmente por Silvina Rodrigues Lopes, título da compilação coordenada por Isabel Capeola Gil, *ibid.*

“A bordo ninguém se teme,
Aqui ninguém se receia,
Que o homem que vai ao leme,
Oíça o canto da sereia.

Sereias da marinhagem
Emudeceram aquela
Soltando à branda aragem
A sua canção mais bela.”

As crenças nos poderes sobrenaturais do oceano são ainda hoje atestadas como o banho santo ao bater da meia-noite durante a festa de São João que se celebra a 24 de Junho no Porto e na Figueira da Foz. A esta cidade acorriam pessoas dos pinhais de Leiria e dos campos do rio Mondego, porque se entendia que o mar “curava de maleitas, quartãs, febres e de toda a doença e malquerer” (Veiga de Oliveira, 1984: 139). É muito provável que a tradição provenha de um culto pagão às forças da natureza da época dos lusitanos, tendo em conta que a festa de São João não é senão uma adaptação cristã da celebração pagã do solstício de Verão.



Banho santo, São João, Figueira da Foz

Nossa Senhora da Boa Viagem continua a ser festejada do dia 15 ao dia 18 de Agosto na Ericeira. Durante esta romaria, o mar e a praia são abençoados. Na realidade, o dia 15 de Agosto é o dia da padroeira dos pescadores de várias cidades portuárias. Em Cascais, na Costa da Caparica e em Armação de Pêra, festeja-se a Nossa Senhora dos Navegantes. No dia 24 de Agosto, festeja-se o dia de São Bartolomeu em São Bartolomeu do Mar (perto de Esposende). Segundo a tradição, o diabo anda à solta neste dia. Por isso, dá-se o banho santo às crianças para exorcizar o medo.

“A procissão segue a caminho da praia e vai até ao cruzeiro que fica no pendor da duna, contornando-a e parando, voltada ao mar. Então o pregador escolhido sobe a um púlpito improvisado, erguido sobre os barracos do sargaço, e profere um sermão cujo tema central é geralmente o mar. Findo o sermão, a procissão retoma a sua marcha pelo mesmo caminho, em sentido contrário, entre foguetes, regressando à igreja, onde termina.” (*Ibid.*: 246).

A imersão nas águas é, na realidade, um mecanismo ritual proveniente de tradições ancestrais. Outra expressão do valor simbólico do mar está presente nas igrejas à beira-mar como, por exemplo, em Nossa Senhora do Lago (perto de Esposende) ou em São Donato (em Ovar). A união entre as comunidades ribeirinhas e os santos padroeiros dos navegantes é bastante forte e constitui uma marca indelével nas crenças populares. A originalidade desta relação com o universo marítimo reside na sua dimensão social pois o perigo e a angústia são partilhados pelos marinheiros que partem e pelas famílias que ficam. Segundo a socióloga Christiane Villain-Gandessi¹⁷, é esta a razão pela qual as comunidades atlânticas partilham uma profunda angústia existencial.

Recordemos mais uma vez a pesca do bacalhau. Até aos anos 1930, os barcos de pesca ao bacalhau partiam em abril e regressavam em setembro. Quando se começou a pescar com arrastões, os pescadores andavam no mar durante o ano inteiro (de janeiro a junho e de julho a dezembro). A partir dos anos sessenta, o ritmo do trabalho aumentou e era frequente os pescadores passarem Natal, Ano Novo e Páscoa no mar alto ou no meio do gelo ártico. Mesmo no século XX, as baixas eram frequentes e, nas palavras do comandante Valdemar Aveiro (2006: 36), “para o luto, que todos os anos visitava várias famílias, a data era sempre a da chegada ao porto de armamento, quando ao fazer-se a contagem dos tripulantes, à medida que iam saindo do navio, alguns não apareciam”.

Se o império ultramarino emergiu com a conquista de Ceuta em 1415, só se desmoronou por completo em 1975. Durante cinco séculos, Portugal foi economicamente dependente do mar. O Estado Novo usou os grandes feitos lusitanos na propaganda salazarista. As gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, construídas na década de quarenta do século XX são um dos melhores exemplos. Nelas podemos apreciar os frescos alusivos a motivos marítimos de José de Almada Negreiros como “D. Fuas Roupinho, 1º Almirante da Esquadra do Tejo” (representação do milagre da praia da Nazaré), “Lá vem a Nau Catrineta que tem muito que contar” (a lenda da nau), ou ainda “Quem nunca viu Lisboa não viu coisa boa” (cenas da cidade ribeirinha).

O imaginário hiperbolizado do passado heroico serviu também para justificar as guerras do ultramar e a política colonialista. Consagraram-se heróis como Vasco da Gama ou o Infante D. Henrique. O ensino nacional justificava e tradição autoritária e espiritual.¹⁸ E no fundo, na perspetiva da Sociologia do Imaginário, pouco importou se o Infante Dom Henrique inventou a carta hidrográfica ou se contribuiu ativamente para o desbravar dos mares. O que é verdade é que a sua imagem deu sentido à epopeia da nação.¹⁹

¹⁷ Christiane Villain-Gandessi, “Au Moyen-Âge, le domaine de la peur”, in Alain Corbin e Hélène Richard (2004) *La Mer: Terreur et Fascination*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Éditions Seuil, p. 120).

¹⁸ Veja-se, neste sentido, Moisés de Lemos Martins (1996) *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento, p. 85.

¹⁹ Veja-se, neste sentido, Michel Maffesoli (1984) *Essais sur la Violence Banale et Fondatrice*. Paris: Librairie des Méridiens, p. 160.

O mar é, por conseguinte, não só uma ligação entre várias culturas mas também entre épocas diferentes. Ou seja, este elemento acusa uma plataforma imaginária que reúne vários espaços e vários tempos. Ao longo das épocas que viemos a analisar, o mar criou um propósito comum, uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1989: 34), “um imaginário profundo” (Durand, 1986: 11), pilar edificador do patriotismo português e da consciência nacional.

6. A estrutura antropológica do imaginário marítimo

“É a imaginar que o homem evolui.”

(Patrick Legros *et al.*, 2006: 88)

O imaginário permite a construção conceitual do mundo. É uma mistura subtil de história e de memória que forma a cultura de um povo. A imaginação tem um papel determinante no campo das motivações psicológicas e culturais. Por outras palavras, a arte tem um suporte imaginário e pode ser considerada como uma “manifestação original de uma função psicossocial” (Durand: 1969: 20). O estudo do fenómeno da imaginação exalta o património do imaginário refletido na poesia e na morfologia das religiões.

Gaston Bachelard, na sua obra *A água e os Sonhos*, apresenta uma conceção interessante do imaginário. Para o filósofo francês, a imaginação tem uma dinâmica organizadora e esta dinâmica é um fator de homogeneidade na representação. Existe uma dialética coerente entre o símbolo e os seus sentidos. Por mais confusa ou abstrata que uma imagem pareça, há sempre uma lógica subjacente que a alimenta. Seguindo esta perspetiva simbólica da linguagem e baseada nos estudos de Gilbert Durand sobre as estruturas antropológicas do imaginário, podemos analisar alguns arquétipos fundamentais da imaginação¹ ligados às águas e, mais precisamente, ao mar. Para o fazer, seguimos o trajeto das assimilações subjetivas do encadeamento dos símbolos utilizado na sociologia do imaginário.

Edgar Morin, entre outros, defende a teoria segundo a qual a espécie humana começou a existir quando começou a imaginar e a criar.² O imaginário da humanidade emerge

¹ O termo “arquétipo” designa um modelo primordial. Gilbert Durand, baseado em Carl Jung, utiliza este conceito no sentido de um conteúdo do inconsciente coletivo que reúne imagens e símbolos ancestrais (o feminino, o guerreiro, as estações do ano, a taça, a espada, o monstro, etc.), estando estes presentes nas lendas, nos mitos e nas tradições. Os arquétipos são modelos de condutas e de produções imaginativas, são a junção entre o processo racional e o imaginário.

² Edgar Morin (1973) *Le Paradigme Perdu*. Paris: Le Seuil.

nos mitos cosmogónicos, utilizando oposições complementares para atingir uma unidade e uma completude simbólicas. A união das oposições constitui uma lógica perfeita que se repete na mitologia através de relações intrinsecamente ligadas. Para integrar a harmonia e o absoluto o Homem cogitou várias dialéticas das quais o dualismo foi, hipoteticamente, o primeiro passo e é ainda uma forma de pensamento lógico: o bem e o mal, o masculino e o feminino, o dia e a noite. Assim nasceram os mitos e os símbolos, elementos fundadores de ideologias no sentido de Georges Dumézil³, ou seja, de uma visão do mundo na qual a consciência coletiva se reconhece ao encontrar a expressão da sua unidade e do seu ser.

Os mitos da organização do mundo demonstram que o Homem se apercebeu, a um dado momento na História da humanidade, da sua relação e integração ao mundo natural e ao mundo social. A mitologia comparada revela a semelhança entre os mitos da lua e do sol (ou do feminino e do masculino), das migrações, dos oceanos, etc. As mitologias podem ser entendidas como tentativas do homem para compreender a sua existência e a existência do cosmos. Neste contexto, as religiões traduzem visões específicas das relações entre o Homem e a natureza, entre o Homem e os outros homens, entre o Homem e o que o transcende. Segundo Emanuel Anati⁴, Professor italiano de paleontologia, existem três elementos comuns ao comportamento animal e à vivência religiosa: o ritualismo, as atitudes específicas face à morte e a reação aos fenómenos naturais espetaculares. Segundo esta lógica, o imaginário marítimo, que permite explicar os oceanos pelo fabuloso, nasceu da vivência com o mar.

A água é um dos quatro elementos místicos que Gaston Bachelard divide numa dicotomia racional: as águas claras e as águas profundas; a água calma e a água violenta. Esta oposição binária reflete os dois opostos primordiais: a vida e a morte. Os deuses de outrora representam tal oposição: na mitologia assírio-babilónica, existe Apsu, o Oceano primordial, e Tiamat, as águas turbulentas; na cultura helénica Nereu representa as águas calmas e Posídon as águas violentas; para os escandinavos, *Aegir*, o deus do mar, tem como esposa *Ran*, a personificação do mar traidor. No entanto, aceitar esta dicotomia é limitar a classificação do arquétipo aquático e significa simplificar a imaginação que, na realidade, é infinitamente complexa devido à sua evolução por assimilação e imitação da imagem. A metamorfose gradual das imagens faz-se por encadeamento (Durand: 1969): uma imagem encaixa na seguinte de acordo com a sua função social ou motivação histórica. Por exemplo, a representação da sereia foi assimilada, numa primeira fase à imagem do naufrágio e, numa segunda fase, à do peixe, fornecedor de alimento.

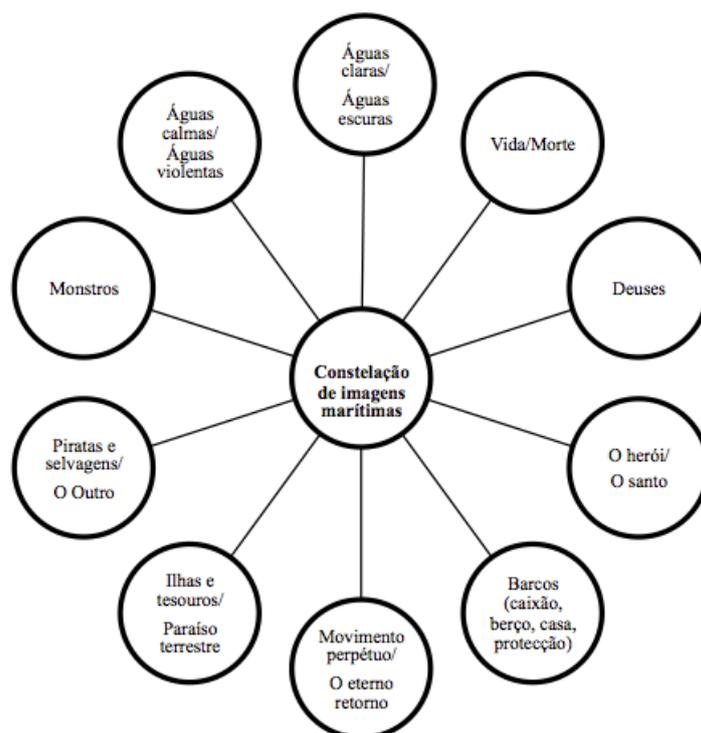
De acordo com Gilbert Durand, este caminho do saber encontra-se na antropologia, porque os homens partilham os mesmos mitemas e as mesmas sucessões lógicas de imagens a nível planetário. É portanto necessário concentrarmo-nos no “trajeto antropológico” que o sociólogo define como “a troca constante que existe ao nível imaginário entre os impulsos subjetivos e assimiladores e as significações objetivas que exaltam o meio cósmico e social” (*Ibid.*: 38). Os mecanismos assimiladores permitem a acomodação bio-psíquica do meio que

³ Georges Dumézil (1968) *Mythe et Épopée*, Tome I : *L'Idéologie des Trois Fonctions dans les Épopées des Peuples Indo-Européens*. Paris: Gallimard.

⁴ Emanuel Anati (1999) *La Religion des Origines*. Paris: Bayard Éditions.

nos rodeia. É esta a intenção fundamental (apreender a natureza com o corpo e com o pensamento através da arte ou da técnica) que constitui a imaginação – trajeto reversível entre o homem e o mundo, pois se o mundo permite a evolução do imaginário, o imaginário permite uma adaptação ao mundo. No caso da temática marítima, o homem inventou a barca para vencer as águas e a violência dos mares tornou possível a invenção da caravela. Neste sentido todas as invenções do *homo faber* partiram da imaginação num movimento lógico e imitativo. É esta a génese da interação permanente entre o homem e o seu meio.

Para perceber o trajeto antropológico do imaginário marítimo é necessário desenhar um esboço de uma “constelação de imagens” (*Ibid.*: 40). Estas imagens aparecem numa “constante estruturada por um certo isomorfismo dos símbolos convergentes” (*Ibidem*).



Constelação de imagens aquáticas

Este esquema é um exemplo das manifestações humanas da imaginação e pode ser comparado ao dos sonhos nos quais as imagens se sucedem numa coesão psíquica. A universalidade das imagens aquáticas é posta em evidência através da análise antropológica das crenças e dos mitos marítimos. Trabalho de longo fôlego que não cabe no âmbito deste ensaio. Achamos de qualquer forma significativo apresentar alguns elementos desta constelação que possam testemunhar traços específicos da cultura lusa.

Os deuses violentos, capazes de causar tempestades e remoinhos, conduzem ao devaneio das águas hostis e profundas. As águas negras refletem a noite e a morte. O sentimento que alimenta a visão do mar escuro é o medo unindo a epifania da morte e a epifania do tempo, pois a água tenebrosa é um convite a uma viagem sem regresso, como uma fatalidade do destino. As águas escuras podem ser igualmente espessas, tomando o aspeto de um “mar coalhado” (termo usado na *Navegação de São Brandão*). O mar coalhado representa

simbolicamente o sangue. As águas noturnas são fonte de desespero e estão intimamente ligadas às lágrimas e ao sangue. O isomorfismo dos símbolos do afogamento e do naufrágio convergem num contexto de tristeza. O mar é o lugar onde os heróis morrem: “Naufrágios, perdições de toda a sorte, que o menor mal de todos seja a morte!” (Camões, Canto V)

Mas um herói deve morrer de armas na mão, não no mar. Morrer em combate é razão de glória póstuma, morrer afogado nada tem de glorioso. No mar perde-se a vida, a glória e até o nome. Pior ainda, o marinheiro perdido nas águas nunca está bem morto, embora tenha perdido a vida. Pois enquanto não receber as honras fúnebres rituais não pode entrar no reino dos mortos. Não está morto, não está vivo: é um desaparecido, um invisível. Os sentimentos provocados (em quem fica e nos que temem morrer) por esta situação dramática estão já presentes na epopeia homérica e são, ainda hoje, sentidos. A dramaticidade extrema da narrativa do naufrágio é um pilar na edificação das memórias nacionais.



A tempestade
Pintura anónima holandesa do fim do século XVI

A imagem medonha de um barco a afundar evoca a de um monstro devorador. A ferocidade aquática reveste a forma de um “mostrengo” que vive no mar e só se torna visível para devorar navios e homens. Os monstros das águas violentas “situam-se nos confins do conhecimento e formam a última barreira face ao aniquilamento da razão humana” (Legros *et al.*, 2006: 204). Os monstros exprimem terrores e repulsões instintivas. Ao associarmos o monstro às ondas podemos explicar a representação maligna da sereia: a onda é a animação da água como as ondas do cabelo são animação da sedução e o cabelo ondulado evoca a fantasmagoria da mulher fatal. O aspeto de mar coalhado como o sangue escuro e espesso também evoca o feminino nefasto. A fatalidade da mulher com cabelo ondulado à imagem do mar negro e violento traz à mente a imagem da sereia sedutora que conduz inevitavelmente à catástrofe. O ser fantástico reflete os fantasmas humanos. A sereia pode ser vista

como um tipo ideal, de acordo com a definição de Max Weber⁵, do feminino: a perfeição física tentadora na aparência (sobre as vagas) esconde uma monstruosidade (a cauda de peixe sob as águas). Esta perfeição ilusória é extremamente destruidora. É interessante notar que a maioria dos monstros destruidores aquáticos é feminina. Talvez porque os mitos foram criados por homens, refletem a incompreensão e o medo da sedução feminina.

“A função do fantástico explica-se pela faculdade do imaginário em ultrapassar a temporalidade e a morte” (*Ibid.*: 201). Como já referimos, até a um determinado momento os seres fantásticos representavam fenómenos naturais desconhecidos. Por exemplo os cabos com os seus penhascos e correntes fortes davam origem ao imaginário do monstro devorador. A faculdade de imaginar estes fenómenos como monstros permite a criação de heróis solares (santos ou guerreiros) capazes de os derrotar. Neste sentido o movimento imaginativo é uma forma racional de combater a angústia da morte. A vitória sobre o monstro, especialmente os gigantes, reflete o triunfo da civilização progressista. O Gigante Adamastor (como todos os gigantes fabulosos da Idade Média) vive na fronteira das terras conhecidas. Na mitologia germânica os gigantes também vivem nos limites do cosmos, para além do mar circundante. O gigante representa a fronteira com o vazio e com o espaço enigmático. É o guardião agressivo do mundo selvagem. Se o homem deseja conquistar novos territórios tem de vencer o gigante e o terror que ele provoca. “Aqui ao leme sou mais do que eu: sou um Povo que quer o mar que é teu.” (Pessoa, “O Mostrengo”). Alguns gigantes, apesar de devorarem os humanos e afundarem os navios, têm, paradoxalmente, histórias que inspiram empatia ou simpatia. Relembremos a este respeito a tragédia do Gigante Adamastor, provocada pela sedutora mas nefasta Tétis.

Mais importante que as características dos monstros é a crença na sua existência. Na *Cidade de Deus* (século V), Santo Agostinho define o monstro por contraposição à norma. É monstruoso tudo o que sai da normalidade. No fundo o monstro é o Outro, é a alteridade dentro da condição humana, é aquilo que não somos. O “selvagem” era considerado monstruoso pela sua suposta tradição antropofágica. O monstro devorador é um mitema constante.

O abismo do mar evoca a possibilidade de ser engolido. A profundidade é uma estrutura do imaginário da descida. Se não for efetuada com engenho, transforma-se numa queda. A descida é lenta e laboriosa ao invés da queda que é rápida e dolorosa. Os heróis podem descer ao Inferno mas nunca nele caem, ou seja podem voltar a sair (como Jonas e a baleia). O abismo simboliza a queda, um “microcosmo do pecado” (Durand, 1969: 229), o que revela, mais uma vez, a angústia face à morte. Cair ou ser devorado são imaginações dinâmicas⁶ diretamente ligadas ao medo. O pavor de ser devorado é sentido não só perante a monstruosidade animal, mas também face ao canibalismo – tradição atribuída aos africanos.

Finalmente, por muitos monstros que existam na categoria dos devoradores, a figura suprema nesta classificação é o mar em si próprio. No entanto os oceanos são também a origem de todas as coisas. Esta inversão de imagens traz reconforto porque se por um lado o mar erradica a vida, por outro também a cria. “Há mar e mar, há ir e voltar”. O perpétuo

⁵ O tipo ideal de Max Weber é um instrumento conceitual da análise sociológica para compreender os fenómenos sociais. Este conceito possibilita a construção de uma representação idealizada baseada nas regularidades observadas. É um modelo abstrato que põe em evidência uma caricatura destas pontualidades, permitindo assim fixar um ponto credível na realidade complexa para medir o que o sociólogo quer observar.

⁶ Para Bachelard, a imaginação dinâmico-material é uma força imaginante num eixo vertical que mergulha ao fundo obscuro do ser. Neste tipo de imaginação existem imagens íntimas da matéria (água, fogo, terra e ar), que têm um peso ontológico e que constituem o núcleo da criação poética.

movimento de “vai e vem” reflete o mito do eterno retorno. Depois de uma tempestade volta sempre a claridade e por isso a esperança é a última a morrer.

“Depois de procelosa tempestade,
Noturna sombra e sibilante vento,
Traz a manhã serena, claridade,
Esperança de porto e salvamento.”

(Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV)

A água suscita também a imagem do barco para não cair nas profundezas. O barco é o objeto por excelência da última salvação. É, por isso, o primeiro transporte místico: Ísis e Osíris viajam num barco fúnebre (*nechemet*); Caronte, o velho barqueiro helénico, leva as almas dos mortos na sua barca para Tártaro, o reino dos defuntos. Para os germanos, as almas chegavam ao mundo dos mortos graças a embarcações misteriosas dirigidas por sombras. Relembremos que São Vicente foi transportado num barco fúnebre escoltado por corvos. Nesta perspetiva, a morte é o primeiro navegador, é o velho capitão das aventuras marítimas dos vivos.

Todos os navios se podem transformar em barcos fantasmas, visões da morte. Na cultura viking, os reis e guerreiros falecidos eram colocados num barco a que se deitava fogo e se lançava à deriva. A ideia de barco-caixão conduz, uma vez mais, à ansiedade face à morte. A felicidade de navegar é sempre acompanhada pelo medo de naufragar.

Mas o barco-caixão pode também ser um barco-recetáculo. O navio é uma casca protetora sobre o mar tenebroso. Esta proteção contra as águas imensas está inscrita no grande Dilúvio contado por mitos de povos distintos em todo o planeta. O mais conhecido na Europa cristã é o da Arca de Noé que oferece segurança aos seres vivos.



O Dilúvio
Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*
Iluminura do século XV

Na realidade os primeiros textos sobre o dilúvio estão inscritos na epopeia de *Gilgamés* de origem suméria na qual o herói imortal, *Utnapishtim*, transfere a sua sabedoria ao rei. Segundo este mito *Ea* – deus do conhecimento – apareceu em sonho a Utnapishtim

e revelou-lhe a intenção dos deuses de exterminar os humanos através de um dilúvio. Utnapishtim reúne por conseguinte a família, constrói uma arca e enche-a com víveres para sobreviver ao dilúvio que vai destruir a humanidade. A chuva caiu durante seis dias e seis noites, mas a aurora do sétimo dia nasceu clara. Nessa manhã, Utnapishtim envia uma pomba que regressa, não tendo encontrado terra. O sábio enviou em seguida um corvo mas este não voltou. Os sobreviventes puderam então sair para terra seca para reconstruírem o mundo. O mito do dilúvio ancestral helénico conta que, face à perversidade do Homem, Zeus decidiu inundar a Terra com a ajuda de Posídon. Só o pico do Monte Parnaso não foi submerso pelas águas tumultuosas. Porém *Prometeu* arranjava maneira de salvar a família. Conhecendo os planos de Zeus, ordenou a *Deucalião*, seu filho, que construísse uma arca para ele e sua esposa *Pirra*. Quando as águas apaziguaram, o barco acostou ao Monte Parnaso e o casal louvou Zeus por ter escapado a tal cataclismo. Mas a sua tristeza era enorme pois eram os únicos humanos do mundo estando assim condenados a uma solidão angustiante. Perante tal infelicidade, Zeus disse-lhes para lançarem pedras para trás das costas. As pedras que Deucalião lançou transformaram-se em homens e os calhaus lançados por Pirra em mulheres. Deucalião foi considerado como o pai dos helénicos. Esta lenda está igualmente presente na cultura azteca na qual um casal, *Coxcoxtli* e *Xochiquetzal*, escapa a um dilúvio numa barca. O mito da grande inundação hindu relata que um peixe divino, avatar de Vixnu, avisou o sábio *Manu* de um dilúvio e lhe enviou um grande barco para nele embarcar juntamente com um casal de cada espécie viva e com sementes de todas as plantas. Quando o oceano submergiu o mundo surgiu o peixe unicórnio com escamas de ouro e Manu amarrou o barco ao seu chifre. Assim, a humanidade e todos os seres vivos puderam escapar à catástrofe. Encontramos ainda, entre os esquimós, lendas referentes a este acontecimento mítico. Invariavelmente, o simbolismo do dilúvio, grande drama aquático, reflete a ideia de reabsorção da humanidade pelas águas e à instituição de uma nova época, transformando-se, portanto, no conceito de renascimento no qual a barca é o objeto que permite a purificação da humanidade.

Jesus controla o poder dos ventos e da água (Marcos 4: 35-41), anda sobre a água (Marcos 6: 45-52) e viaja muitas vezes de barco com os seus discípulos (todo o evangelho de Marcos faz este tipo de referências). Estes trajetos de barco, de uma margem à outra do *thalassa*, são o momento no qual Jesus prova a sua divindade e partilha os seus conhecimentos e ideias. O mar e o barco têm um valor iniciático e espiritual: atravessá-lo exige conhecimentos, coragem e uma convicção íntima, como é o caso de Ulisses, Moisés ou Jesus.

Lima de Freitas vê na riqueza mitológica marinha um “fio condutor de natureza iniciática” (2006: 192) uma vez que o homem (navegador/herói/santo) tem de ultrapassar um momento assimilável à morte, no abismo do mar tenebroso, para poder renascer mais forte. A navegação é vista como um trajeto iniciático cujo destino é o paraíso terrestre (as Ilhas Afortunadas, a Cidade do Sol, o Oriente).

Por estas razões, o barco, além de ser símbolo da grande partida, é também símbolo da grande viagem. A barca é igualmente o veículo dos corpos celestes. No Antigo Egito, *Ré* incarna o sol que se levanta todas as auroras para percorrer a terra na sua embarcação. O

barco solar do deus é, por vezes, engolido por *Apóffis*, uma serpente monstruosa, no momento dos eclipses. Contudo, a serpente é sempre vencida. A ideia da barca conduz ao arquétipo da viagem quer para descobrir o mundo, quer como passagem de um estado psíquico a outro. A poética da viagem reflete a ideia de jornada interior ao infinito da alma. A travessia inclui a partida, o reencontro com o Eu, a contemplação, a renovação e a esperança do regresso. As viagens para o desconhecido são caminhos para o futuro que evocam simultaneamente a liberdade e a perdição. Daí que a visão de uma ilha seja sempre um reconforto quando se está perdido no infinito (do oceano ou da razão).

Algumas ilhas foram teatro de naufrágios, como, por exemplo, a ilha de Santa Helena, os penedos de São Pedro, as ilhas de Cabo Verde no oceano Atlântico, ou ainda Zanzibar e a Ilha de Moçambique no oceano Índico. Existem vários relatos de naufrágios que deram à costa em ilhas longínquas e que foram encontrados mais tarde aquando da passagem de outro navio. O mais famoso dos naufrágios é, sem dúvida, Robinson Crusoe, personagem fictícia de Daniel Defoe (1719). Para além dos monstros, das tempestades e do naufrágio, a ilha é também um tema central que marca a constelação do imaginário marítimo. Se ela pode ser uma prisão de onde não há fuga possível, a ilha é sobretudo um espaço maravilhoso.

Na época dos Descobrimentos, embora não se falasse da Atlântida, acreditava-se na Ilha de São Brandão ou na ilha de Ceilão, paraíso terrestre segundo a tradição muçulmana. A ilha paraíso era, efetivamente, um sonho comum. Na vastidão aparentemente deserta do oceano, uma ilha assinala o fim de um longo momento de árduos trabalhos, proporciona um sentimento de alívio por não se ter alcançado ainda o abismo do mar.

Vários autores debruçaram-se sobre este tema, de que me parece interessante realçar dois exemplos: *A Nova Atlântida* de Francis Bacon (publicada postumamente em 1627) e *Vinte Mil Léguas Submarinas* de Júlio Verne (1869). O primeiro é um bom exemplo da narrativa utópica na qual a ilha, situada nos mares do sul, é evangelizada por São Bartolomeu e governada por um colégio de homens sábios, a Casa de Salomão, de maneira perfeita. No segundo exemplo, o Capitão Nemo percorre as ruínas da capital da Atlântida que se situa a 450 milhas náuticas da costa atlântica de Marrocos.

A imagem da ilha deserta e paradisíaca alimenta ainda hoje o imaginário do bem-estar e do prazer. Basta observar os cartazes das agências de viagens que ilustram a imagem comum da ilha-paraíso com as suas palmeiras pendentes sobre uma água calma azul-turquesa, a areia branca, a calmaria. Aliás, muitas viagens de núpcias – para os mais favorecidos – têm por destino as Maldivas, a Reunião, a Polinésia francesa.

A ilha simboliza a unidade reencontrada e a paz protegida, é uma alegoria do isolamento meditativo, da rutura com a agitação humana. Da mesma forma que acolhe o naufrago, a ilha torna possível o retiro espiritual e protetor a quem se perdeu no oceano interior.

A ilha pode também ser um dos melhores esconderijos para piratas e seus fabulosos tesouros. A obra mais conhecida da literatura que aborda o imaginário insular e o da pira-taria é a *Ilha do Tesouro* (1883) de Robert Louis Stevenson. Esta história criou símbolos e imagens que se tornaram populares em todo o mundo como o mapa do tesouro e o lugar do tesouro marcado com um X, o papagaio e a perna de pau do pirata, as cidades incendiadas, os baús cheios de ouro, a bandeira negra e, claro, os tonéis de rum.

Como vimos, podemos criar um encadeamento de imagens e símbolos aquáticos que se sucedem permitindo construir uma trajetória do imaginário marítimo. Muito facilmente se viaja através deste universo que subtilmente atravessa as memórias biográficas individuais (as viagens de férias, a contemplação da paisagem marítima) e a história coletiva de um povo (os Descobrimentos, a atividade piscatória). A maioria das narrações e poesias relacionadas com o tema marinho utiliza as imagens descritas neste estudo numa simbiose antropológica. É de notar, todavia, que a constelação de imagens acima descrita não é imóvel nem estática. Pelo contrário, os ambientes sociais fazem com que a constelação exista numa contínua atividade pois o imaginário é maleável e adaptável. O que é constante é a eterna angústia do homem perante Cronos (o Tempo) e Thanatos (a Morte). “No mar o tempo não morre.” (Andresen, 1958: 26).

A faculdade simbolizadora do Homem impõe-se no inconsciente coletivo de forma intersubjetiva: o símbolo não é só significativo para um homem mas para o Homem. A intersubjetividade é alimentada pelos mitemas cujas repetições revelam constelações de imagens isomorfas. As histórias são contadas e recontadas incansavelmente através da tradição oral e escrita, da pintura, da escultura, da dança, da música. Explorar os mitos, observar a repetição dos mitemas, destacar os arquétipos, permite uma compreensão da consciência coletiva.

Neste sentido, o imaginário é um vetor social: para que haja um imaginário partilhado tem de existir uma compreensão comum dos símbolos. Por isso encontramos e reencontramos as grandes figuras do “museu imaginário” (Legros, *et al.*, 2006: 92) ao longo da história humana: o gigante, o monstro, o fantasma, o diabo... O que varia é a projeção semântica que lhes atribuímos numa época determinada. Os mitos, as lendas e as crenças revelam uma imaginação que nos permite apreender o sentido da existência. É interessante salientar que o homem oscila constantemente entre o desejo de acreditar no museu imaginário e a vontade de o difamar na busca do equilíbrio entre o bem e o mal. É o vai-e-vem aquático entre o Homem e o imaginário.

Muitos associam o mar aos tempos de outrora, ao passado, às manhãs de nevoeiro ou à ideia messiânica e rejeitam o poder imaginário dos oceanos à luz da modernidade. Porém, e de acordo com vários sociólogos, o homem europeu está a ultrapassar a era prometeica e desencantadora dos tempos modernos para alcançar a era pós-moderna. Ora, a pós-modernidade assiste a uma “remitologização” do mundo (Rabot: 2006), a um “reencantamento” do quotidiano (Maffesoli: 2007). Segundo este último sociólogo, um verdadeiro explorador do presente, a sociologia do imaginário tem uma importância central ao propor um trajeto antropológico da intersubjetividade mítica para iluminar o lado ainda opaco do mundo sensível. Para Maffesoli, as formas da sociabilidade do quotidiano podem ser postas em paralelo com as formas simbólicas arcaicas. As épocas são conduzidas por correntes de entendimento que se cristalizam como o pensamento radical de toda uma época. O pensamento radical da época pós-moderna é o reencantamento do mundo. Esta atitude face ao social é como uma ideia nova do que já foi pensado. Ao incluir um pensar vivo e dinâmico, contrariamente à sociologia clássica e estática, reconhecemos que as paixões e os desejos formam o tecido social, pois a vida é muitas vezes conduzida por tais sentimentos.

O sociólogo do imaginário está ciente que não controla o objeto da investigação, mas ao aceitar o ardor do pensar pode aceder ao sensível social.

Face a uma sociedade contingente, o sociólogo deve ultrapassar os limites dialéticos. Para isso é necessário superar a disfunção explicativa e cartesiana do mundo e ter em consideração a complexidade existente em nós e no mundo. A sociologia do imaginário e a apropriação que faz da mitologia para estudar as maneiras de sentir e de pensar atuais, convida ao regresso do pensamento às formas simbólicas arcaicas, permitindo assim uma compreensão da espantosa vitalidade social.

O estudo das mitologias e do folclore reflete a atividade e o pensamento de uma época e de um povo. Não é absurdo pensar que os mitos e as lendas, outrora divulgados oralmente e depois por escrito, provavam e apoiavam teorias sobre o que nos rodeia: o natural e o cultural. Sob a forma de divertimento, estas narrações além de encantar educam. As histórias acompanham a História. Se esta última relata os factos consignados com uma rigidez cronológica, as primeiras transmitem o ardor dos sentimentos.

As lendas tornaram-se populares quando saíram da clausura dos templos e dos mosteiros. Quase sempre baseados em realidades, com o tempo, vão-se enriquecendo e embelezando. As narrações, transformadas pela tradição, são o produto inconsciente da imaginação: o herói ou o deus, reflete os anseios de um grupo ou de um povo e a sua conduta permite criar uma moral partilhada coletivamente.

As fábulas (nas quais os animais têm o dom da fala), os contos (narrações maravilhosas baseadas numa trama romanesca), as lendas (a História deformada pela imaginação popular) e os mitos (sobre os feitos divinos) são categorias do imaginário que se entrelaçam numa infinita variedade e contínua evolução. Todas estas formas de comunicação são ensinamentos apesar da distorção da verdade. Estas formas de divertimento são, no fundo, uma busca de espiritualidade e de valores sociais. É um reencantamento, um regresso ao paraíso terrestre, numa época em que o hiper-realismo triunfante oculta e degreda os mitos e em que estes são abandonados pela consciência. Lima de Freitas (2006: 91) resume a importância – ainda pouco reconhecida – do mito:

“Cada poeta, cada nação, cada modo de sentir terá de traduzir o mito sem tempo para a inteligência do seu tempo sob pena de perder o tempo, de perder a inteligência, de perder a identidade da nação e de perder o sentido.”

Epílogo

Os mistérios naturais como a lua, o sol, o ciclo temporal, os ventos ou ainda o mar ocupam a imaginação. Nasceram os cultos, as crenças, as palavras mágicas ou as rezas até se adquirir o conhecimento científico. Entretanto estes conhecimentos só podem ser adquiridos com uma certa iniciação. A viagem de barco ofereceu aos povos marítimos esta iniciação, este renascimento, que conduziu ao conhecimento e, por conseguinte, ao poder. Os ciclos temáticos de diferentes culturas imbricam-se uns nos outros, repetem-se com pequenas variações. Hoje em dia o investigador humanístico pode interpretar e classificar os mitos e as lendas para desenhar uma trajetória antropológica o que permite, por sua vez, analisar as crenças e os costumes de um povo. Daí que tivéssemos revisitado os mitos e a História, desconstruindo o imaginário do mar para o reconstruir em seguida.

Em Portugal, os Descobrimentos foram, sem dúvida alguma, uma era mítica psicossocial a nível da imaginação, na qual as visões do mundo sofreram uma metamorfose radical, alterando por sua vez o poder imaginativo. É necessário sublinhar, porém, que esta faculdade lógico-imaginária é característica de todas as épocas. Ou seja, o imaginário marítimo português nem nasceu, muito menos morreu com a glória lusa quinhentista.

A História e o Lugar motivam, mas não explicam na sua totalidade esta união evidente ao mar. A primeira grande fase na imaginação marítima portuguesa – os Descobrimentos – oferece várias inspirações a nível cultural: a imitação, o imperialismo das imagens (no sentido dos arquétipos serem tolerados pelo ambiente social), as imagens do imperialismo, mas também a revolução das imagens face ao momento histórico. Ou seja, se uma época sócio-histórica dá origem a um certo tipo de constelação de imagens, o contrário também se aplica: um certo imaginário incentiva igualmente o ir em busca de novos horizontes. Nesta perspetiva, podemos eliminar o determinismo que reduz o imaginário a um elemento secundário do pensamento.

Se as motivações psicossociais de uma dada época são correlativas a certos estilos artísticos (iluminismo, iconografia, realismo, gótico, romantismo, etc.), as constelações do imaginário permanecem relativamente estáveis. Assim, as guerras no ultramar da época salazarista fornecem, embora num estilo moderno, motivações imaginárias semelhantes perpetuando desta forma o imaginário marítimo luso: os monstros transformaram-se nas minas anti-pessoais e nas bombas, o abismo do mar transformou-se no abismo da guerra e uma grande parte dos soldados portugueses nunca regressou. Neste sentido, as pressões históricas portuguesas sempre estiveram intimamente unidas ao mar.

A história literária apresenta manifestações do imaginário enquanto ato de apropriação do observado para dar sentido às coisas. Percebemos assim a força da linguagem inscrita na literatura, que é a fiel depositária de tradições, valores e crenças. Pois é através dos nossos autores e poetas, e respetivas configurações do real, que podemos dialogar com o imaginário passado e presente, fundamental na constituição da identidade pessoal e coletiva. Em suma, a literatura – e a sua produção de imagens – é um espelho que reflete a vida e a angústia humana face à morte numa tentativa de compreender o destino. O entrelaçar dos grandes acontecimentos históricos com os seus “segmentos míticos” (Freitas, 2006: 77) é observável no imaginário português, tendo em conta a sua profunda dimensão espiritual. Relembremos que do imaginário marítimo nacional transparecem certos mitemas que, pela sua redundância, contribuem para a mitologia lusa. Estes mitemas são a busca das Ilhas Afortunadas, o Rei Escondido, a Saudade da Idade de Ouro e a Esperança do Eterno Retorno.

As estruturas míticas, inseparáveis dos conteúdos representativos e afetivos da cultura, são as invariantes da trajetória antropológica: são temas mitológicos que se inserem no quadro mais amplo da mitologia europeia e das lendas medievais do continente. O presente ensaio expôs uma pálida ilustração de tais invariantes, situadas no contexto do imaginário marítimo em particular: a vida e a morte, as águas tormentosas e as águas serenas, a alteridade representada nos monstros, a força da crença religiosa. Estas constantes, presentes nas obras culturais, permitem salientar a dinâmica do mito estruturante no decurso da História. É possível, neste sentido, observar a constelação de imagens marinhas dinamizadas pelo conteúdo vivido por um povo.

Para abordar a questão da identidade é necessário ter em mente a essência cultural que está enraizada na História. Assim, a metáfora é, em si, um momento de criatividade que gera sentido. Este sentido, porém, tem de ser partilhado quando o que se pretende é analisar a identidade coletiva. Seguindo esta lógica, podemos afirmar que o mar, para os portugueses, é Memória e é História, promovendo representações partilhadas no domínio das crenças, dos valores e da tradição. A sua importância é inequívoca na constituição de identidade. Refletir sobre as representações que constituem o imaginário marítimo português é encontrar um sentido à nossa existência como povo.

Relembremos, por fim, que a análise do imaginário não se limita a estudar o passado. Pelo contrário, dedica-se também ao presente e permite desenhar os contornos do futuro desejado coletivamente. Verificamos, segundo o paradigma sociológico do imaginário, que os temas-chave da mitologia portuguesa estão profundamente enraizados nas figuras (in)voluntárias do nosso quotidiano moderno, por exemplo nas romarias ou na bênção dos barcos. Este método de observação do social possibilita o acompanhamento da evolução da consciência coletiva, pois a cultura tradicional tem uma base permanente e assegura definitivamente a estabilidade da sociedade no que respeita aos valores, à ética e à moral. A sociologia do imaginário é, por isso, uma faísca iluminativa em relação à racionalidade, pois demonstra a íntima união entre o saber racional e o saber imaginário. Em suma, a aventura do imaginário, com a sua surpreendente riqueza de alma, alegre mas também instrói.

Bibliografia

Diário de Viagem de Vasco da Gama, (1945) [século XVI], códice nº 804 da Biblioteca Municipal do Porto, introduzido por Damião Peres e atualizado por A. De Magalhães Basto, 2 volumes. Porto: Livraria Civilização-Editora.

ANATI Emanuel (1999) *La Religion des Origines*. Paris: Bayard Éditions

ANDERSON Benedict (1989) *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática.

ANDRESEN Sophia de Mello Breyner (1958) *A Menina do Mar*. Porto: Figueirinhas.

ANDRESEN Sophia de Mello Breyner (2004) [1983] *Navegações*. Lisboa: Caminho.

ANDRESEN Sophia de Mello Breyner (1984) *Histórias da Terra e do Mar*. Porto: Figueirinhas.

ANDRESEN Sophia de Mello Breyner (2008) *Antologia – Mar*. Lisboa: Caminho.

AVEIRO Valdemar (2009) [2006] *Histórias Desconhecidas dos Grandes Trabalhadores do Mar. Recordações da Pesca do Bacalhau*. Lisboa: Editorial Futura.

BACHELARD Gaston (2005) [1942] *L'Eau et les Rêves*. Paris: Librairie José Corti.

BARROQUEIRO Deana (2008) *O Navegador da Passagem*. Porto: Porto Editora.

BORGES Jorge Luís e GUERRERO, Margarita (2009) [1989] *O Livro dos Seres Imaginários*. Lisboa: Editorial Teorema.

BRAGA Teófilo (1988) *História da Poesia Popular Portuguesa*. Lisboa: Veja.

BOMBARD Alain (1998) [1971] *Os Aventureiros do Mar*. Mem Martins: Editorial Inquérito, Lda.

BUTEL Paul (1997) *Histoire de l'Atlantique*. Paris: Perrin.

CAMPOS Fernando Correia (2010) *Poemas, Poentes, Mar, Saudade*. Porto: Fronteira do Caos Editores.

CAMÕES Luís Vaz de (1972) [1572] *Os Lusíadas*. Lisboa, Imprensa Nacional.

CHEERS Gordon (2003) *Mitologia: Mitos e Lendas de Todo o Mundo*. Sintra: BookBug Edição e Imagem.

- CORBIN Alain e RICHARD Hélène (2004) *La Mer: Terreur et Fascination*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Éditions Seuil.
- DE LA CROIX Robert (1998) *História Secreta dos Oceanos*. Mem Martins: Editorial Inquérito, Lda.
- DUMÉZIL Georges (1968) *Mythe et Épopée, Tome I : L'Idéologie des Trois Fonctions dans les Épopées des Peuples Indo-Européens*. Paris: Gallimard.
- DURAND Gilbert (1992) [1969] *Les Structures Anthropologiques de l'Imaginaire*. Paris: Bordas.
- DURAND Gilbert (2008) *Portugal: Tesouro Oculto da Europa*. Lisboa: Ésquilo.
- ELIADE Mircea (1949) *Traité d'Histoire des Religions*. Paris: Éditions Payot.
- ELIADE Mircea (1992) [1954] *O Mito do Eterno Retorno*. São Paulo: Mercuryo.
- FRANCLIM Sérgio (2009) *A Mitologia Portuguesa – Segundo a História Iniciática de Portugal*. Parede: Ministério dos Livros Editores.
- FERRO Marc (1996) *História das Colonizações, das Conquistas às Independências – Sécs. XIII-XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FONSECA Luís Adão (Ed.) (1993) *O Atlântico: Memória de um Oceano, volume 1, Do Imaginário do Atlântico ao Atlântico Imaginado*. Porto: Banco português do Atlântico.
- FREITAS Lima de (2006) *Porto do Graal. A Riqueza Ocultada da Tradição Mítico-Espiritual Portuguesa*. Lisboa: Ésquilo.
- GARRETT Almeida (2008) [1843] *Frei Luís de Sousa*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia.
- GARRETT Almeida (1999) [1853] *Folhas Caídas*. Lisboa: Europa-América.
- GIL Isabel Capeloa (coord.) (2007) *Poéticas de Navegação*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- GODINHO Vitorino Magalhães (2008) [1962] *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- GOMES de BRITO Bernardo (1904) [1736] *História Trágico-marítima*, vol. II. Lisboa: Oficina da Congregação do Oratório.
- GRAVES Robert (1996) *The Greek Myths*, 2 volumes. Londres: The Folio Society.
- GUIRAND Félix (dir.) (2006) [1996] *Histórias das Mitologias*, 2 volumes. Lisboa: Edições 70.
- HAMILTON Edith (1983) *A Mitologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- HERCULANO Alexandre (2011) [1844] *Eurico, o Presbítero*. Lisboa: Bertrand Editora.
- HESÍODO (data desconhecida) *Teogonia, a Origem dos Deuses*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- HOMERO (data desconhecida), *Odisseia*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LE GOFF Jacques (1990) [1924] *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- LEGROS Patrick, et al. (2006) *Sociologie de l'imaginaire*. Paris: Armand Collin.
- LOPES David (1989) *A Expansão em Marrocos*. Lisboa: Teorema.

- LOPES Paulo (2009) *O medo do Mar nos Descobrimentos. Representações do Fantástico e dos Medos Marinhos no Final da Idade Média*. Lisboa: Edição de Livros e Revistas.
- LOURENÇO Eduardo (2011) [1999] *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- MAFFESOLI Michel (1984) *Essais sur la Violence Banale et Fondatrice*. Paris: Librairie des Méridiens.
- MAFFESOLI Michel (2007) *Le Réenchantement du Monde*. Paris: Éditions de la Table Ronde.
- MACEDO Jorge Borges (1979) *Os Lusíadas e a História*. Lisboa: Editorial verbo.
- MARTINS Moisés de Lemos (1996) *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento
- MATTOSO José (ed.) (1980) *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências.
- MATTOSO José (2009) *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- MAURO Frédéric (1995) *A Expansão Europeia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- McLEOD Judith (2011) *Le Grand Livre des Terres Légendaires*. Paris: National Geographic France
- MERRIEN Jean (2003) *Le Légendaire de la Mer*. Paris : Éditions Terre de Brume.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS Carolina (1996) [1914] *A Saudade Portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MOREL Corinne (2005) *Dictionnaire des Symboles, Mythes et Croyances*. Paris: Éditions de La Chapelle.
- MORIN Edgar (1973) *Le Paradigme Perdu*. Paris: Le Seuil.
- MOURA Gilberto (introdução e notas) (2001) *Teatro de Gil Vicente*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- NASCIMENTO Aires Augusto (1998) *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais*. Lisboa: Colibri.
- NUNES Irene Freire (dir.) (2008) *Récits Mythiques du Moyen Âge Portugais*. Grenoble: Ellug.
- NUNES José Joaquim (ed.) (1926-1928) *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-portugueses: Edição Crítica, acompanhada de Introdução, Comentário, Variantes e Glossário*. 3 Volumes. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PELÚCIA Alexandra (2010) *Corsários e Piratas Portugueses*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PESSOA Fernando (1979) [1934] *Mensagem*. Lisboa: Edições Ática.
- PESSOA Fernando (1986) *Obra Poética*, 3 volumes. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEYRON Loïc (2003) *La Légende de la Mer*. Paris: Flammarion.
- PITTA e CUNHA Tiago (2011) *Portugal e o Mar – À Redescoberta da Geografia*. Lisboa: Ensaio da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- PYRARD de LAVAL Francisco (1858) [1679] *Viagem de Francisco de Pyrard, de Laval, Contendo a Notícia de sua Navegação às Índias Orientaes, Ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil, e os Diferentes Casos, que lhe Aconteceram na Mesma Viagem nos Dez Anos que Andou nestes Paizes: (1601 a 1611)*, Tomo I. Nova-Goa: Imprensa Nacional.
- QUEIROZ Eça (1999) [1903] *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil.
- RAMOS Feliciano (1961) [1958] *História da Literatura Portuguesa*. Braga: Livraria Cruz.
- RIBEIRO Aquilino (2009) [1933] *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Bertrand Editora.
- RODRIGUES PEREIRA José António (2009) *Grandes Batalhas Navais Portuguesas. Os Combates que Marcaram a História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- SÁ DE MIRANDA Francisco (2005) *Poesia e Teatro*, introduzido e anotado por Silvério Augusto Benedito. Lisboa: Editora Ulisseia e Editorial Verbo.
- SARAIVA José Hermano (1993) *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SÉRGIO António (adaptação) (1987) *História Trágico-Marítima, Narrativas de Naufrágios da Época das Conquistas*. Lisboa: Círculo da Leitores.
- VAZ João Pedro (2005) *Pesca de Naufrágios, As recuperações Marítimas e Subaquáticas na Época da Expansão*. Lisboa: Tribuna.
- VEIGA DE OLIVEIRA Ernesto (1984) *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- VIDAL-NAQUET Pierre (2005) *L'Atlantide. Petite Histoire d'un Mythe Platonicien*. Paris: Les Belles Lettres.
- VIEIRA Anselmo (2010) *Nos Mares da Terra Nova. A Saga dos Bacalhoeiros*. Lisboa: Editorial Presença.

ARTIGOS

- BBC News (2001) "Famous ghost ship found", *BBC*, 9 de Agosto de 2001, [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1482337.stm>].
- BORGES António Coelho (2000) "Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI)" in José Tengarrinha (org.) *História de Portugal*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, pp. 59-77
- BUJOLD Renald (2002), "Os Descobrimientos portugueses: conto para os meus netos", [<http://www.teiaportuguesa.com/renaldconto.htm>].
- ECO Umberto (2001) "Le Prêtre Jean", *Alliage*, 45-46, [http://www.tribunes.com/tribune/alliage/45/Eco_45.htm].
- FONSECA Luís Adão (1992) "O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI", *Estudos Avançados*, vol. 6, nº 16, [<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000300004>].
- GOLDSCHMIDT Georges-Arthur (2004) "La décision du monstrueux", *Imaginaire et inconscient*, Vol. 13, pp. 11-14.

- KRUZ Luís (1983) “A representação do mundo”, *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, Lisboa, Comissariado para a XVIIª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, pp.239-293.
- MARTINS J. Cândido (1998) “O mar, as Descobertas e a literatura portuguesa”, *Mensageiro*, [<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candido2.htm>].
- MENDES José Amado (1996) “Características da cultura portuguesa: alguns aspetos e sua interpretação”, [<http://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12795/1/Jos%C3%A9%20M. Amado%20Mendes%2031%20vol.%201.pdf>].
- NUNES Irene Freira (2010) “Mulheres sobrenaturais no nobiliário português – *a Dama de Pé de Cabra e a Dona Marinha*”, *Medievalista on-line*, nº 8, [<http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8/nunes8004.html>].
- PHELAN Jake (2007) “Seascapes: tides of thought and being in Western perception of the sea”, *GARP*, nº 14, Londres: Goldsmith College, [http://eprints.gold.ac.uk/75/1/ANT-GARP14_GRO.pdf].
- PICOITO Pedro (2008) “A transladação de São Vicente. Consenso e conflito na Lisboa do século XII”, *Medievalista on-line*, ano 4, nº 4, [<http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/PDF4/picoito-PDF.pdf>].
- RABOT Jean-Martin (2006) “Pós-modernidade e politeísmo dos valores”, *Atas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Braga, pp. 4-9.
- SENA Tatiana (2009) “O velho, o mar e a saudade: literatura, identidade e grandes navegações na memória cultural portuguesa”, *Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP*, [http://www.abraplip.org/anais_abraplip/documentos/comunicacoes_orais/tatiana_sena.pdf].

MÚSICA

- Amália Rodrigues (1951) “Fado Marujo”.
- António Sousa Freitas / Nóbrega e Sousa, “Canção da Figueira da Foz”.
- Fausto (1982) “O Barco vai de saída”, *Por este Rio acima*.
- Fausto (1982) “Navegar, navegar”, *Por este Rio acima*.
- José Afonso (1981) “Mar Alto”, *Fados de Coimbra e outras Canções*.
- José Afonso (1964) “Canção do Mar”, *Coro dos Caídos*.
- José Mário Branco (1982) “FMI”.
- Madredeus (1990) “O Navio”, *Existir*.
- Manuel Dias Soares/António Pereira Correia, “Marcha do Vapor”.
- Vaz Fernandes/Frederico Valério (1956) “A minha canção é saudade” (cantada por Amália Rodrigues).
- Vitorino (1983) “Queda do Império”, *Flor de La Mar*

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Neptuno e Anfitrite, Alegoria da água

Segundo Bon Boullongne (1649-1717)

Gravura de Louis Desplaces (1718)

Biblioteca Nacional de França, Estampas e Fotografias, Sa 6 Fol.

As sereias

Abraham Orteliu (1574) *Theatrum orbis terrarum*

Biblioteca Nacional de França, Mapas e Cartas, Rés. Ge. DD 2005

O Anticristo sentado sobre o Leviatã

Lambert de Sait-Omer Liber Floridus

Norte de França, século XIII

Biblioteca Nacional de França, Manuscritos, latin 8865, fol 62 v.

A baleia provocando um naufrágio

Abraham Ortelius (1574) *Theatrum orbis terrarum*

Biblioteca Nacional de França, Mapas e Cartas, Rés. Ge. DD 2005

O Gigante Adamastor

Jorge Colaço (1868-1942)

Centro Cultural Rodrigues de Faria, Forjais, Esposende, Portugal.

Fotografia de José Gonçalves (2009)

A separação das águas e das terras

Livro Missal da ordem franciscana.

Pavia ou Milão, cerca de 1385-1390.

Biblioteca Nacional de França, Manuscritos, Latim 757, fol. 37

São Brandão na Ilha Afortunada

Chants Royaux sur la Conception Couronnées au Puy de Rouen (1519-1528)

Biblioteca Nacional de França, Manuscritos, Fr. 1537, fol. 77v

“Sob o rugido da tempestade”

Gustave Doré (1832-1883)

Ilustração em Samuel Taylor (1876) *The Rime of the Ancient Mariner*. Londres: Coleridge, Londres.

Doré Gallery, Hamilton, Adam & Co, 1876, In-fol.

Biblioteca Nacional de França, Reserva dos livros raros, Yk-45

“S. Vicente Em Lisboa”

Lima de Freitas, 1996

Azulejos da Estação dos Caminhos de Ferro do Rossio em Lisboa

Sereia, símbolo de fecundidade marítima

Guillaume le Clerc da Normandia, *O Bestiário divino*

Terceiro quarto do século XIII

Biblioteca Nacional de França, Manuscritos, Fr. 14969 fol. 21

Uma das raras cartas náuticas portuguesas do século XV

Nicolay de Caverio, *Planisfério Náutico*

Génova, anterior a 1506

Biblioteca Nacional de França, Cartas e Mapas, SH, Arquivos 1

Banho santo, São João, Figueira da Foz

António Tomás (1923-2001)

Constelação de imagens aquáticas

Júlia Tomás (2011)

Tempestade

Anónimo, fim do século XVI, princípio do século XVII

Biblioteca Nacional de França, Estampas e Fotografias, Ic 9 Fol. p. 16.

O Dilúvio

Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*

Versão francesa traduzida por Raoul de Prestes

Miniatura do Mestre do Vereador, Rouen, século XV

Biblioteca Nacional de França, Manuscritos, Fr. 28, fol. 66v